

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

GLACIELLI THAIZ SOUZA DE OLIVEIRA

**DO LAR DOMÉSTICO AO LAR INSTITUCIONAL: A
PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO NA ÓTICA DAS CUIDADORAS
SOCIAIS DE CASAS LARES DE CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2017

GLACIELLI THAIZ SOUZA DE OLIVEIRA

**DO LAR DOMÉSTICO AO LAR INSTITUCIONAL: A
PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO NA ÓTICA DAS CUIDADORAS
SOCIAIS DE CASAS LARES DE CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Lindamir Salette Casagrande.

Curitiba

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

- O48do Oliveira, Glacielli Thaiz Souza de
2017 Do lar doméstico ao lar institucional : a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas e lares de Curitiba e região metropolitana / Glacielli Thaiz Souza de Oliveira.-- 2017.
156 f.: il.; 30 cm.
- Disponível também via World Wide Web.
Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2017.
Bibliografia : f. 135-147.
1. Cuidadores - Mulheres - Relações com o trabalho. 2. Lares coletivos para crianças - Curitiba, Região Metropolitana de (PR). 3. Trabalho - Aspectos sociais. 4. Relações de gênero. 5. Papel social. 6. Percepção. 7. Mulheres - Emprego - Legislação. 8. Cuidadores - Treinamento. 9. Pesquisa qualitativa. 10. Análise de conteúdo (Comunicação). 11. Tecnologia - Dissertações. I. Casagrande, Lindamir Saete, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 22 - 600

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 476

Do lar doméstico ao lar institucional: A percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e Região Metropolitana

por

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira

Esta dissertação foi apresentada às 9h00 do dia **10 de fevereiro de 2017** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM TECNOLOGIA, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof^ª. Dr^ª. Marília Gomes de Carvalho
(UTFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria Freire de Lima e
Souza
(UFBA)

Prof^ª. Dr^ª. Silvana Maria Escorsim
(UFPR)

Prof^ª. Dr^ª. Lindamir Salete Casagrande
(UTFPR)
Orientadora

Visto da coordenação:

Prof^ª. Dr^ª. Nanci Stancki da Luz
Coordenadora do PPGTE

O documento original encontra-se arquivado na Secretaria do PPGTE

DEDICATÓRIA

A Deus

O único digno de todo o louvor e adoração, ao meu Deus que me sustenta e me fortalece diante das dificuldades, a quem não me desampara e me socorre a todo instante, a Ti senhor, o Rei dos reis! Senhor dos senhores, o único digno de toda honra e glória. Socorro presente e fortaleza minha!

A todas as Marias desse Brasil

Que da sua labuta alimentam as suas crias.

A Minha Mãe

Que me deu o sopro da vida e até hoje é meu suporte, meu porto seguro, meu acalanto, meu amor eterno. Te amo mãe!

A Meu Esposo Eder

Meu amor, minha vida, meu tudo, que me deu o seu coração e o aconchego de seus braços nos dias de turbulência e cansaço, que não mediu os esforços e me apoio nesta caminhada.

Aos Meus Filhos Vinicius e Samuel

A quem amo de forma incondicional e sem medida, amor eterno, amor infinito!

AGRADECIMENTOS

Após dois anos de intenso trabalho e pesquisa nasce a minha dissertação, porém, só consegui concluí-la graças ao suporte e apoio de muitas pessoas. Nessa caminhada, algumas se tornaram verdadeiras (os) amigas e amigos. Nesse sentido, deixo um pequeno agradecimento a cada um que, de alguma forma, fez parte desse processo.

A princípio agradeço ao GETEC, pois foi nesse espaço que aprimorei o leque das discussões de gênero. Agradeço também, ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE, ao corpo discente que compõe esse programa, a coordenação e corpo docente pela acolhida e por proporcionarem a ampliação do meu conhecimento. À UTFPR a minha eterna gratidão, pois possibilitou a realização do sonho do mestrado.

Não poderia deixar de agradecer a duas pessoas especiais na minha vida, duas professoras, que não só nesses dois anos contribuíram com o meu processo de formação, mas que fazem parte dessa história desde a minha graduação e são, até hoje, fonte de inspiração: Elza Maria Campos que me despertou o universo de gênero e me apresentou o debate crítico e feminista na academia e no movimento feminista e Lorena Ferreira Portes que sempre me incentivou a ser uma pesquisadora e acreditou no meu potencial. A vocês queridas mestras minha eterna admiração e gratidão.

Agradeço às casas lares que permitiram e autorizaram a utilização dos seus espaços para as entrevistas, com os sujeitos participantes dessa pesquisa. Em especial, agradeço às cuidadoras sociais, protagonistas, dessa pesquisa, pois sem elas esse trabalho não teria sido efetivado.

Agradeço às queridas arguidoras Marília Gomes de Carvalho, Ângela Maria Freire de Lima e Souza e Silvana Maria Escorsim pelas contribuições e enriquecimento nessa pesquisa. Por apontarem alternativas e possibilidades neste processo vindo a contribuir para o aprimoramento dessa dissertação.

Algumas pessoas se tornam verdadeiros sóis nas nossas vidas, e um desses Sóis-estrela se chama Michel Ferreira, amigo, parceiro. A amizade se constituiu há pouco tempo, mas com certeza já tinha sido consolidada desde a travessia no Transatlântico no oceano Atlântico em primeira classe às terras do Pau Brasil. Nessa travessia também estão locadas (os): a querida Flavia Sena Durães, amiga irmã; Saul Freire, querido amigo de todas as horas; Doriana que em

dias difíceis sempre tinha uma palavra amiga e de entusiasmo; Tania Incerti, companheira de profissão e de mestrado e os queridos/as colegas do PPGTE: Ana Maria Carvalho, Egre Padoin, Cleison Ribeiro Ayres, Talita Ketlyn. Às amigas terapia: Gabriela; Heloisa, Regiane, Sunamita, Bia, Fernanda e Ane que de forma direta e indireta sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada e acreditaram no meu potencial. A todos/as, meu muito obrigada.

Agradeço também aos queridos e queridas discentes de Serviço Social do UNIBRASIL, por cada dia vivenciado em sala de aula tenho certeza que fiz a escolha certa, pois a troca de saberes que produzimos juntos nesse espaço é a certeza de que podemos sim, acreditar que a educação pode transformar vidas e histórias. Agradeço ao GETRAVI/UNIBRASIL que possibilitou os primeiros passos nas discussões de gênero no período da graduação e do qual hoje posso retribuir através da sublinha que coordeno Gênero e Feminismo Negro.

Por fim, sempre deixamos os últimos agradecimentos para aquelas pessoas que realmente fazem a diferença em nossas vidas. Esta pessoa é a minha querida orientadora que desde o primeiro dia do mestrado me acolheu, auxiliou e conduziu-me neste processo de forma serena e tranquila pois, já tinha percebido que a sua orientanda é um pouco ansiosa. Querida professora e amiga Lindamir: meu muito obrigado! Por tudo que você me ensinou, pelas orientações e pela acolhida, pois nas horas que achei que não iria dar conta de finalizar você simplesmente olhava e dizia: você é capaz! Sim! Vai conseguir! A você, minha querida mestra, minha eterna gratidão e amor fraterno!

Sou feita de retalhos.
Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e
que vou costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me
acrescentam e me fazem ser quem eu sou.
Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma
saudade...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.
E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços
de outras gentes que vão se tornando parte da gente
também.
E a melhor parte é que nunca estaremos prontos,
finalizados...
Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.
Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da
minha vida e que me permitem engrandecer minha história
com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa
deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles
possam ser parte das suas histórias.
E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar,
um dia, um imenso bordado de "nós".

Cris Pizzimenti

RESUMO

OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza. **Do lar doméstico ao lar institucional:** a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana. 2017.156f. Dissertação de Mestrado. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Sociedade – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba 2017.

Esta pesquisa tem como tema central a questão de gênero e trabalho feminino. Traçando como objetivo geral analisar as percepções do trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares em Curitiba e Região Metropolitana. Delimitamos como objetivos específicos: identificar o papel das cuidadoras sociais da casa lar, a partir dos significados por elas atribuídos; identificar as fragilidades e gratificações na relação de trabalho das cuidadoras sociais no contexto da perspectiva de gênero; analisar as relações de trabalho as quais são submetidas às cuidadoras sociais, bem como a legislação profissional. Realizamos uma pesquisa com referencial metodológico qualitativo. Como técnica para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada com 15 cuidadoras sociais das instituições selecionadas. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Em relação às análises e interpretações dos dados coletados se verificou que a maioria das entrevistadas se considera de alguma forma mãe das crianças e adolescentes institucionalizados, o que indica, a princípio, que não compreendem a profissão de cuidadoras sociais como um trabalho. Percebe-se ainda, que este fato dificulta a percepção acerca da desvalorização social e financeira da profissão. A pesquisa apontou a importância de se constituir nos espaços das casas lares a implementação de formações continuadas, já que na maioria das entrevistas se identificou que no processo do trabalho as cuidadoras sociais se identificam como mães das crianças e adolescentes acolhidos e não se reconhecem como profissionais do cuidado. Dessa forma, uma das percepções observadas na pesquisa foi a necessidade que haja, por parte dos setores públicos, a responsabilidade de averiguar como as instituições contratantes dessas profissionais estão capacitando essas mulheres, como uma maneira de provocar nesses espaços a materialização de ações que minimizem a desvalorização desta profissão.

Palavras chaves: cuidadoras sociais; cuidado; gênero; trabalho

ABSTRACT

OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza. **From the domestic to the institutional home: the perception about work from the perspective of the social caregivers of nursing homes in Curitiba and the metropolitan region.** 2017.156f. Dissertação de Mestrado. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Sociedade – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba 2017.

This research has as central theme the issue of gender and women's work. The objective of this study is to analyze the perceptions of work from the point of view of the social caregivers of homes of children in disadvantaged or at risks in Curitiba and Metropolitan Region. We define as specific objectives: to identify the role of the social caregivers of the home, based on the meanings assigned by them; Identify the weaknesses and gratifications in the work relationship of social caregivers in the context of the gender perspective; Analyze the labor relations that are submitted the social caregivers, as well as professional legislation. We conducted a qualitative methodological research. As a technique for data collection, we used the semi-structured interview with 15 social caregivers of the selected institutions. The technique of content analysis was used. Regarding the analyzes and interpretations of the collected data, it was verified that the majority of the interviewees consider themselves to be somehow the mother of the institutionalized children and adolescents, which indicates, in principle, that they do not understand the profession of social caregivers as a job. It is also perceived that this fact makes it difficult to perceive the social and financial devaluation of the profession. The research pointed out the importance of the establishment of continuous training in the homes of children in disadvantaged or at risks, since in most of the interviews it was identified that in the work process, the social caregivers identify themselves as mothers of the children and adolescents who are accepted and do not recognize themselves as professionals Of care. Thus, one of the perceptions observed in the research was the need for the public sectors to determine how the contracting institutions of these professionals are empowering these women, as a way to provoke in these spaces the materialization of actions that minimize the devaluation of this profession.

Key words: social caregivers; caution; genre; Work

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- CAPES**.....Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CEPAL**.....Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
- CF**.....Constituição Federal.
- CLT**.....Consolidação das Leis Trabalhistas.
- CNCA**.....Cadastro Nacional de crianças e adolescentes acolhidos.
- CNJ**.....Conselho Nacional de Justiça.
- CONANDA**....Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- ECA**.....Estatuto da Criança e Adolescente.
- FAS**.....Fundação Assistência Social.
- GETEC**.....Núcleo de Gênero e Tecnologia.
- GETRAVI**....Grupo de Estudos, Pesquisa, Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar.
- IBGE**.....Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
- LOAS**.....Lei Orgânica da Assistência Social.
- NOBRH**.....Norma Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.
- OIT**.....Organização Internacional do Trabalho.
- ONG**.....Organização Não Governamental.
- PNAD**.....Pesquisa Nacional por Amostra à Domicílios Contínua.
- PNCFC**.....Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
- PR**.....Paraná.
- PSS**.....Processo Seletivo Simples.
- SGD**.....Sistema de Garantias de Direitos.
- SUAS**.....Sistema Único de Assistência Social.
- TCLE**.....Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- UTFPR**.....Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
INTRODUÇÃO	13
1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
1.1.1 SER SOCIAL.....	14
1.1.2 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA 15	
1.1.3 DIVISÃO SOCIOTÉCNICA E SEXUAL DO TRABALHO.....	15
1.1.4 CUIDADO	16
1.1.5 GÊNERO	16
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	21
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	21
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
1.3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
1.3.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2 CONCEITOS ILUMINADORES: REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 O SIGNIFICADO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA	24
2.1.1 A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL	24
2.1.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	27
2.2 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO A INTRODUÇÃO DO MAQUINÁRIO	29
2.2.1 CAPITALISMO FINANCEIRO MONOPOLISTA.....	32

2.3	DIVISÃO SOCIOTÉCNICA E SEXUAL DO TRABALHO E A INTERFACE COM O CUIDADO.	38
2.4	GÊNERO: UMA CATEGORIA TRANSVERSAL	48
2.5	UM OLHAR PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS CUIDADORAS SOCIAIS	58
2.6	CUIDADORA SOCIAL UMA FORMA DE “CUIDADO VIGIADO”	61
2.7	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	64
3	O UNIVERSO DA PESQUISA SOBRE CUIDADO: EM PAUTA AS PESQUISAS SOBRE CUIDADORAS SOCIAIS EM UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	68
3.1	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	68
3.2	DESAFIOS E LIMITES A PRÁTICA DO CUIDADO	77
4.	CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA: TRILHAS, CAMINHOS E PASSOS METODOLÓGICOS	83
4.1	A ESCOLHA DA METODOLOGIA	83
4.2	A PESQUISA DE CAMPO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	86
4.2.1	CASA LAR I	86
4.2.2	CASA LAR II.....	87
4.2.3	CASA LAR III.....	87
4.3	O UNIVERSO DA PESQUISA E OS SUJEITOS PESQUISADOS	88
4.4	QUEM SÃO AS MARIAS DA PESQUISA?	91
4.5	PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS CUIDADORAS SOCIAIS	92
5.	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	94
5.1.1	MARIA? PRESENTE!	94
5.2	DIFICULDADES E GRATIFICAÇÕES DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DAS CUIDADORAS SOCIAIS	

5.2.1	DIFICULDADES APRESENTADAS NO PROCESSO DE TRABALHO	103
5.2.2	GRATIFICAÇÕES DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DAS CUIDADORAS SOCIAIS.....	111
5.3	(DES) VALORIZAÇÃO DO TRABALHO 112	
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
7.	REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	146
APÊNDICE B	– Solicitação de Autorização para Campo de Pesquisa	150
APÊNDICE C	152
APÊNDICE D	153

INTRODUÇÃO

Os ovos estalam na frigideira, e mergulhada no sonho preparo o café da manhã. Sem nenhum senso da realidade, grito pelas crianças que brotam de várias camas, arrastam cadeiras e comem, e o trabalho do dia amanhecido começa gritado e rido e comido, clara e gema, alegria entre brigas, dia que é o nosso sal e nós somos o sal do dia, viver é extremamente tolerável, viver ocupa e distrai, viver faz rir. (LISPECTOR, 1975, p. 64)

A epígrafe citada acima representa uma metáfora que vislumbra o cotidiano de mulheres trabalhadoras em instituições de acolhimento institucional. O interesse pelo tema **cuidadoras sociais** teve origem no estágio em Serviço Social, no ano de 2011. Observou-se a invisibilidade social estabelecida com relação às cuidadoras sociais de uma instituição de acolhimento em relação às suas condições de trabalho. O modelo de uma casa lar constitui em acolher institucionalmente crianças vítimas de diferentes tipos de violência e negligência que foram judicialmente afastadas de suas famílias de origem.

Dessa forma, o cotidiano neste estágio despertou a necessidade de se pesquisar quem são essas mulheres trabalhadoras e como as relações de gênero e trabalho se materializam nesse espaço a partir das percepções sociais das próprias trabalhadoras. No ano de 2012 começamos a frequentar o Núcleo de Gênero e Tecnologia (GETEC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Nesse sentido, a vivência como assistente social em uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, somada aos encontros do GETEC e os constantes debates e estudos realizados nos encontros do grupo, nos instigou a querer investigar de forma mais profunda esse fenômeno. Logo, surgiu o pré-projeto de pesquisa que hoje materializa-se na dissertação de mestrado.

Sendo assim, se faz necessário compreender como a categoria profissional das cuidadoras sociais é vista na sociedade capitalista, considerando que o trabalho, ou seja, aquilo que o sujeito desempenha, possui, para o contexto social e cultural: um valor moral e social. Já que o sujeito que trabalha faz-se social sendo um sujeito que interage na construção de si mesmo, das experiências vivenciadas no mundo e nas relações sociais, e essas construções se materializam na produção material e intelectual. (QUELUZ; LIMA FILHO, 2005). Desta forma, é importante que o conceito de trabalho não seja reduzido apenas à obtenção de renda, mas que contemple também as questões culturais, sociais e de gênero.

O sistema econômico capitalista conduz a ampliação da desigualdade social tendo em vista que o lucro gerado no processo de trabalho não é dividido de forma igualitária entre os/as capitalistas com os/as trabalhadores/as. E nesse contexto, de produção de trabalho e reprodução

do trabalho, se encontram as mulheres trabalhadoras, que tentam conciliar as atividades da rotina de trabalho público com os seus afazeres domésticos. A nossa pesquisa tem como foco central conhecer a percepção das cuidadoras sociais que realizam um trabalho considerado de certa forma como a extensão do trabalho doméstico.

Portanto, compreender como se manifesta a relação de trabalho dessas mulheres em um contexto de casa lar, se faz necessário para nosso entendimento, pois possibilitará uma reflexão e análise diante da realidade vivenciada por essas trabalhadoras principalmente em relação ao universo da divisão sociotécnica e sexual do trabalho. Sendo assim, delimitamos pressupostos que nortearam o caminho da pesquisa.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para a materialização desta dissertação partiu-se dos pressupostos teóricos que iluminaram os caminhos teóricos citados a seguir.

1.1.1 SER SOCIAL

Sendo a concepção de trabalho uma das vértebras dessa pesquisa, compreende-se o conceito de trabalho a partir da compreensão de ser social de György Lukács (1979), pois é através da materialização do trabalho que os homens e mulheres se diferenciam dos demais seres vivos (ANTUNES, 1985). Nessa concepção o trabalho tem como função primordial atender as necessidades humanas, isso ocorre através da teleologia, compreendida nessa pesquisa a partir da percepção adotada por Yolanda Guerra (2000, p.03) que entende como “uma atividade consciente em que a forma final do objeto do trabalho é prefigurada na mente do trabalhador, antes mesmo da realização do processo de trabalho”. Nesse sentido, o trabalho é visto como categoria central no cotidiano da vida dos seres humanos, já que:

Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades. (GUERRA, 2000, p. 03)

Percebe-se que a diferença entre os seres humanos está calcada em conseguir projetar e transformar a natureza em um produto final, ou seja, o homem ou a mulher ao constituir uma necessidade humana consegue construir instrumentos para atender a essa necessidade, que, em tempos primordiais, estava restrita a subsistência própria ou de um grupo. A partir das revoluções tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e das novas organizações do trabalho em um sistema capitalista, a concepção de trabalho tem uma nova vertente, que é a do trabalho no modo de produção capitalista.

1.1.2 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Com as novas organizações do trabalho, a partir do modelo econômico capitalista, surgem duas classes sociais: a classe trabalhadora e a classe burguesa. Nesse cenário, Karl Marx (1989, p. 262) ressalta que a partir da constituição da acumulação primitiva ocorre no decorrer do processo histórico a:

[...]separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.

Neste panorama, a concepção de trabalho traz como pano de fundo a questão do capital *versus* trabalho. Ocorre a apropriação da força de trabalho da classe operária por parte dos/as capitalistas sendo que não há uma distribuição igualitária dos lucros gerados pela produção dos bens produzidos pela classe trabalhadora, sendo que essa fica com a menor parte. A má distribuição do lucro gera a ampliação da desigualdade social, a qual é a matriz da questão social¹, gerando as várias expressões da questão social como: pobreza, desemprego, violências, dentre outras. E nessa conjuntura do trabalho está a divisão sociotécnica e sexual do trabalho.

1.1.3 DIVISÃO SOCIOTÉCNICA E SEXUAL DO TRABALHO

Compreende-se a divisão sociotécnica e sexual do trabalho a partir da concepção de indissociabilidade das relações sociais e sexuais (HIRATA; KERGOAT, 2007), ou seja, não são dicotômicas, logo, estão articuladas no contexto do trabalho doméstico, trabalho não remunerado e trabalho informal. Articulando-se a dimensão da produção econômica e da reprodução, abre-se o leque de discussão acerca dos afazeres domésticos enquanto trabalho vinculado à condição feminina, o que limita o desenvolvimento profissional das mulheres, pois grande parte das mulheres ao adentrar o espaço público enfrentam dificuldades, tais como: desvalorização do seu trabalho produtivo, baixos salários, carreiras descontínuas, empregos de menor valorização social (BRUSCHINI, 2007). Muitas mulheres se colocam no mercado de trabalho reproduzindo os afazeres domésticos através das funções de babá, empregada doméstica, diarista, cuidadora de idosos e de crianças, faxineira, dentre outras atividades que

¹ Partimos da compreensão de questão social, como fenômeno próprio do modo de produção capitalista que “constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes. Expressa a relação entre as classes (e seu antagonismo de interesses) conformadas a partir do lugar que ocupam e o papel que desempenham os sujeitos no processo produtivo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 82-98).

são extensões da rotina dos afazeres domésticos da esfera privada, reforçando o estereótipo do cuidado como atividade da mulher.

1.1.4 CUIDADO

É fato que as atividades que têm vinculação direta com o cuidado são consideradas por grande parte da sociedade brasileira como atribuição do universo da mulher, isto é, estão locadas no contexto do trabalho reprodutivo. O *care* é visto como atividade que representa funções femininas que são desvalorizadas em relação ao prestígio social, pois estão relacionadas ao trabalho doméstico, trabalho não remunerado. A vertente de cuidado adotada nessa pesquisa partiu da concepção de que o cuidado transita tanto a esfera pública quanto a privada, isto é, está inter-relacionado no contexto dos núcleos familiares, dos espaços sócio ocupacionais, das políticas públicas, faz parte da vida dos sujeitos sociais (CARVALHO, 1999). Observa-se que o cuidado está presente em todas as esferas da sociedade, porém, a materialização do ato de cuidar é que ressalta a diferenciação dos múltiplos cuidados, pois conforme a forma de se concretizar o ato do cuidado abre-se o precedente para a exploração, a mercantilização, a subordinação e a hierarquização do cuidado (AZEVEDO; PASSOS; 2015), o que irá refletir na remuneração, nas condições de trabalho, na formação profissional dos/as trabalhadores/as que atuam nessa área. Nesse sentido, está impregnada a questão de gênero, sendo um dos nossos pilares de discussão nesse trabalho.

1.1.5 GÊNERO

A percepção de gênero, que iluminou nossa pesquisa, está embasada na concepção relacional que, segundo Joan Scott Wallach (1995) se constitui em uma perspectiva que compreende gênero como parte das relações sociais e como importante elemento no contexto das relações de poder. Logo, as relações de gênero não são dicotômicas, pois estão presentes no tecido social, sendo necessário um olhar atento, para percebermos como se estabelecem as relações entre os sujeitos sociais, tendo o cuidado de analisar a época e a localidade (CASAGRANDE, 2011).

Assim, a categoria gênero pode ser apreendida em uma perspectiva histórica e social, já que na constituição do bojo social se fazem presentes as representações simbólicas (SCOTT, 1995) como as instituições, a religião, a educação, a cultura, a ciência, e a tecnologia que são componentes que transitam pela sociedade e se manifestam de formas plurais e diferentes, de acordo com o contexto sócio histórico de cada sociedade. E são nesses espaços que se

manifestam as relações históricas e relacionais dos atores sociais. Em um contexto de modo de produção capitalista, as relações sociais, econômicas e culturais contribuem para a naturalização das relações desiguais entre homens e mulheres, sendo que uma destas materializações se manifesta no cotidiano das relações de trabalho produtivo, se estendendo a esfera do trabalho reprodutivo. Nessa concepção, as cuidadoras sociais reproduzem a naturalização dos afazeres domésticos como funções desempenhadas por elas, simplesmente pela sua condição de mulher. O que reproduz uma concepção de gênero relacionado ao contexto do cuidado como espaço reservado às mulheres.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Identificar quais construções objetivas e subjetivas foram cristalizadas na percepção dessas mulheres, assim como as fragilidades encontradas, possibilitará desvelar questões que estão sendo naturalizadas no cotidiano das relações de trabalho, que podem estar envoltas em um estereótipo de afazeres domésticos relacionados às mulheres pelo simples fato da sua condição de mulher e que são justificadas pela divisão sociotécnica e sexual do trabalho, levando a uma concepção naturalizada.

Segundo Simone Beauvoir (1987, p.14) “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. Nesta linha de reflexão, na contemporaneidade, a mulher expandiu sua inserção no mercado de trabalho, porém ainda enfrenta, em muitos casos, a dupla ou tripla jornada de trabalho, sendo a rotina diária uma busca por conciliar a demanda da casa, da família e das atividades do próprio trabalho realizado fora da esfera privada do seu lar. Entretanto, no caso das cuidadoras sociais ocorre a reprodução do trabalho doméstico nos seus espaços sócio ocupacionais, tendo como agravante a concepção de mãe social das crianças/adolescentes atendidos/as.

Cabe salientar que no decorrer do processo histórico ocorreram mudanças significativas nas instituições de acolhimento para crianças/adolescentes, principalmente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Destaca-se o atendimento a grupos menores de crianças e adolescentes, o não desmembramento de grupos de irmãos, maior interação na vida comunitária e preservação dos vínculos afetivos, isto é, ocorreram mudanças significativas em relação ao direito das crianças e adolescentes.

Mas, esses direitos influenciaram a estrutura das atividades de trabalho das cuidadoras sociais? O que se tem é que em relação ao universo de trabalho das cuidadoras sociais, se

construiu uma designação a essas trabalhadoras sob termo **mãe social**, o qual está legalmente amparado pela Lei nº 7.644 (18 /12/1987, grifos nossos), que aborda em seus primeiros artigos que:

Art. 1º - As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, **utilizarão mães sociais** visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social. Art. 2º - Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares.

Percebe-se que a própria Lei delimita o sujeito de trabalho para esta função, ao afirmar que esta atividade considera como “mãe social” aquela que se dedica a criança ou adolescente em medida de acolhimento, isto é, de forma explícita e implícita enfatiza a questão de gênero em uma perspectiva de naturalização das funções da mulher. A esse respeito Marlene Neves Strey (2003, p. 182-183) argumenta que:

Sexo não é gênero. Ser uma fêmea não significa ser uma mulher. Ser um macho não significa ser um homem. Sexo diz respeito às características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica. [...] o sexo biológico com o qual se nasce não determina, em si mesmo, o desenvolvimento posterior em relação a comportamentos, interesses, estilos de vida, tendências das mais diversas índoles, responsabilidades ou papéis a desempenhar, nem tampouco determina o sentimento ou a consciência de si mesmo/a, nem das características da personalidade, do ponto de vista afetivo, intelectual ou emocional, ou seja, psicológico. Isso tudo seria determinado pelo processo de socialização e outros aspectos da vida em sociedade e decorrentes da cultura, que abrange homens e mulheres desde o nascimento e ao longo de toda a vida, em estreita conexão com as diferentes circunstâncias socioculturais e históricas.

Deste modo, há o condicionamento, no contexto da sociedade, de naturalizar funções e papéis à figura da mulher, por considerá-la apta ao universo da reprodução burguesa na esfera do **Lar, da Casa e da Família**.

Não se pode esquecer que essa reprodução se materializa de forma mais explícita ou implícita conforme o contexto cultural e social de cada momento histórico no âmbito das diversas sociedades que se constituem no mundo. O que nos leva à reflexão de Simone de Beauvoir (1987, p. 13) “não se nasce mulher: torna-se”, isto é, a constituição do ser mulher se faz através das relações sociais e culturais de cada sociedade. No que tange à divisão sociotécnica e sexual do trabalho pode-se dizer que a mulher:

[...] está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (BRITO; OLIVEIRA,1997, p. 252).

Assim, entra em cena a tônica da definição de papéis sociais e culturais a homens e mulheres, no intuito de adaptar os mesmos aos padrões de reprodução da sociabilidade

capitalista, impondo uma relação de poder e de subordinação neste contexto, pois, se constituem nas expressões da questão social, as quais estão no cerne da desigualdade social vivenciadas, sob o sistema capitalista.

Nessas condições, nascem os rótulos e estigmas vivenciados no cotidiano tanto por homens como por mulheres que têm suas vidas traçadas nos moldes de uma sociedade que justifica as expressões da questão social com base nas desigualdades de classe, gênero, raça, etnia, para a manutenção da desigualdade social no bojo do sistema vigente. Nesse sentido, a não valorização do trabalho feminino em uma sociedade machista e capitalista, em muitos casos, tem o aval da própria legislação, como por exemplo, o Artigo 4º da Lei nº 7.644 (18/12/1987) que expressa as atribuições da cuidadora social:

- I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;
- III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e a casa-lar que lhes forem confiados.

Nesse campo de trabalho se reafirma o retrato da reprodução da família nuclear burguesa, através do papel da mulher como cuidadora, pois quando se pensa em mulher, além do sexo, agrega-se a esta mulher, a figura da mãe no quesito da maternidade, do cuidado ao lar, da figura da dona-de-casa, da doçura, da afetividade, da organização e do cuidado aos familiares. E ao homem, a sociedade atribui quesitos como a agressividade, a virilidade, a racionalidade, dentre outros.

Isto se interiorizou na sociedade de tal modo que, através da rotulação, enraíza na mulher o papel da **Rainha do Lar**, isto é, conduzimos as mulheres a padrões e normas da sociedade em que escolhas diferentes das endossadas pela coletividade, são postas como fora dos padrões morais e culturais impostos pelo tecido social e implicam em desajustes ao que a sociedade considera como moral, princípios, com ênfase em uma naturalização biológica e não em uma construção social. Pois, como aponta Rita de Cássia Santos Freitas (2002, p. 81):

Qualquer análise acerca da família tem de se ater às condições que essas famílias vivem. Não existe a Mãe, assim como não existe a Mulher ou a Família. A construção desses papéis é rasgada a todo instante pelo tecido social em que vivemos. Pensar em família sem ater para as diferenças de classe implica conhecer bem pouco desse objeto de estudo.

As Instituições que trabalham no contexto de casas lares estabelecem com as cuidadoras sociais vínculo empregatício, através da relação de trabalho normatizada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que no contrato rege que as mesmas possuem uma folga semanal e um final de semana de descanso por mês.

Para esta função, o mínimo de escolaridade exigido é o ensino fundamental, o qual pode ser incompleto. Não precisam ter experiência como cuidadoras sociais, apenas disponibilidade para permanecer nas funções do cargo em uma rotina de atendimento 24 horas², ou seja, é necessário que a profissional pernoite na casa lar, de forma a atender toda a rotina estabelecida à realização do trabalho.

Torna-se um desafio à rotina diária de trabalho, pois as cuidadoras sociais atendem cerca de 10 a 12 crianças. Diante desse contexto, percebe-se que a atuação dessas trabalhadoras volta-se realmente para um grupo familiar, entendendo família na perspectiva de Maria Cristina Bruschini Aranha (1990), já que a autora explana que a família é um grupo de pessoas heterogêneas que mantêm uma vivência cotidiana repleta de uma dinâmica com estruturas emocionais variadas, assim como personalidades e individualidades diferentes e neste contexto as relações podem ser prazerosas ou conflituosas.

No ambiente do acolhimento institucional, em uma estrutura de casa lar, se constitui a concepção da família tradicional, ou seja, tenta-se reproduzir a conjuntura da família nuclear. Mas, a família contemporânea está em processo de mudança, devido ao cenário econômico, social, político e cultural, sendo que no tecido social “existem várias formas de estruturação familiar, porém, quando o ideal se impõe as outras possibilidades, podem ser tomadas como antinaturais, e surge uma tentativa de resgatar e ‘consertar’ o que parece estar errado” (SNIZEK, 2008, p. 47). Tentar reproduzir na dinâmica de uma casa lar o contexto da **família tradicional e burguesa** pode acarretar nessas mulheres papéis de cuidado e afeto que não condizem com a realidade das crianças acolhidas, das cuidadoras sociais, da instituição, e da própria sociedade, até porque “se há uma família definida como normal, ela é única por contraste com a grande massa não familiar que a cerca, definida como anormal” (CORRÊA, 1982, p. 27). Construir uma percepção de família tradicional e idealizar essa vertente em casas lares pode resultar em estigmatizar essas trabalhadoras em uma rotina do cuidado como atividade privativa da mulher. Nesta linha de reflexão cabe

[...] refletirmos sobre o caráter que o trabalho das Mães Sociais assume no bojo da sociedade capitalista. Este se reveste do mito de tratar-se duma atividade a ser desempenhada por mulheres, pois se identifica com suas capacidades supostamente inatas de cuidar de crianças e com seus instintos maternos de prover carinho e proteção. (LIMA, 2009, p. 149).

² Na pesquisa de campo encontramos regimes de trabalho diferenciados nas casas lares que escolhemos para pesquisar, pontuamos essas diferenças no capítulo IV.

Essa concepção de instintos maternos está imersa no viés da divisão sexual do trabalho, ou seja, se constitui como ações do feminino tendo como destaque os sentimentos e a afetividade, (LIMA, 2009, p. 149). Neste sentido, busca-se desvelar a percepção de trabalho através do olhar dessas profissionais, pois compreende-se que essas questões necessitam de uma resposta além das obtidas pela naturalização do trabalho feminino permeadas por percepções do senso comum. Isto sim, para que se possa transcender ao imediatismo e atingir o cerne da subjetividade, vislumbrando o fenômeno da pesquisa na sua totalidade.

Desse modo, não há possibilidade de entender a realidade das cuidadoras sociais descolada do contexto econômico, político, social e cultural diante do fenômeno que se revela através da percepção do trabalho executado pelos sujeitos significativos da pesquisa. Demanda à necessidade de entender a macroestrutura para atingir a microestrutura, na vertente da perspectiva crítica. Como argumenta Silvia Tatiana Maurer Lane (2004, p. 61) “[...] não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido numa sociedade, numa cultura, num momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas”. Assim, buscam-se os sujeitos da pesquisa na sua totalidade, pois o ser humano interage no mundo de maneira que transforma e é transformado diante das suas ações.

Diante disso, tem-se o desafio de descortinar através do relato das cuidadoras sociais, as questões que norteiam e nutrem essas relações sociais estabelecidas nos desdobramentos das suas percepções, no campo: das relações de trabalho, gênero, convivência com a equipe técnica, com os gestores e com as próprias crianças e adolescentes. Sendo assim, este problema de pesquisa se torna enriquecedor ao buscar compreender: qual a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

No intuito de respondermos ao problema de pesquisa estabeleceu-se os seguintes objetivos:

1.3.1 OBJETIVO GERAL

➤ Analisar a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o papel das cuidadoras sociais da casa lar, a partir dos significados por elas atribuídos;
- Compreender, numa perspectiva de gênero, as dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais;
- Analisar as relações de trabalho às quais são submetidas as cuidadoras sociais, bem como a legislação profissional.

1.3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa é o caminho que se constrói para se alcançar o objetivo traçado, dessa forma, a pesquisa é posta “como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e na capacidade de intervenção”. Em tese, pesquisa é a atitude de ‘aprender a aprender’, e como tal faz parte de todo o processo educativo e emancipatório (DEMO, 1993, p. 128).

Como metodologia do trabalho, escolheu-se a pesquisa qualitativa por compreendermos que através desse procedimento ter-se-á maior proximidade com os fenômenos apresentados pelos sujeitos da pesquisa. Pois, como afirma Chizzoti (2005, p. 84):

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos.

Portanto, a dissertação tem como base a pesquisa de campo e para a interpretação dos dados utilizamos a análise de conteúdo a partir da concepção de Chizzotti (2005, p. 98), que afirma que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Como sujeitos significantes, foram selecionadas 15 participantes distribuídas em três casas lares, sendo duas instituições da região metropolitana de Curitiba e uma instituição do município de Curitiba. Os critérios para seleção das participantes da pesquisa, em relação a Casa Lar I e Casa Lar II, se concretizou a partir das cuidadoras que se encontravam nas instituições no dia da pesquisa, no caso da Casa Lar III, optamos por entrevistar as duas cuidadoras que estavam há mais tempo na Instituição, até porque as demais funcionárias não estavam registradas como cuidadoras sociais e sim como auxiliares. Para a coleta de dados dos sujeitos da pesquisa aplicamos uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas nos meses de maio,

junho e julho de 2016, sendo gravadas por um gravador digital e posteriormente transcritas para a realização das análises.

1.3.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação está dividida em introdução, quatro capítulos e considerações finais. Na **introdução** foi contemplada a relevância da temática, traçando pressupostos que iluminaram a discussão, se delimitou o objetivo geral e os específicos, assim como foi apresentado o caminho metodológico escolhido.

No **capítulo II** foram percorridos os conceitos teóricos que iluminaram a pesquisa ampliando os olhares para a concepção da categoria trabalho, divisão sociotécnica e sexual do trabalho com a interface com o conceito de cuidado, se abarcou a vertente de gênero e por fim foi trabalhado o conceito de identidade profissional.

No **capítulo III** foi realizado um breve panorama do estado da arte da temática cuidadora social e as instituições de acolhimento para maior compreensão de como essas pesquisas estão sendo desenvolvidas no universo acadêmico.

No **capítulo IV** foi percorrida a metodologia utilizada na pesquisa, traçando os primeiros olhares ao campo de pesquisa e as percepções **não faladas** pelas entrevistadas. Neste capítulo também foi abordada a metodologia utilizada na dissertação, traçando o caminho realizado com os sujeitos significantes do trabalho, além de explicitar um tópico sobre o contexto das instituições de acolhimento que autorizaram a pesquisa.

O **capítulo V**, foi abordado a análise dos dados e os resultados, apresentamos as três categorias de análises: Maria? Presente!; Dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais e (Des) Valorização do trabalho. Trazendo para a discussão, em cada categoria, as principais percepções da ótica das cuidadoras acerca de cada categoria elencada.

Nas **considerações finais** ponderou-se as principais percepções abstraídas do trabalho, realizando uma reflexão acerca do que se constitui a essência da profissão de cuidadora social, analisando se nossos objetivos geral e específicos foram alcançados no trilhar do trabalho. Por fim, também serão sugeridas ações que possam auxiliar na qualificação do trabalho das cuidadoras sociais.

2 CONCEITOS ILUMINADORES: REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo discorreu-se sobre os conceitos teóricos que iluminam, na compreensão e reflexão da categoria trabalho, a divisão sociotécnica e sexual do trabalho em interface com o conceito de cuidado, a questão do olhar sobre a concepção de gênero e sua transversalidade e também agrupou-se reflexões acerca da compreensão do conceito de construção da identidade profissional.

2.1 O SIGNIFICADO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Explicitar o significado do trabalho em uma conjuntura que abarca um modelo econômico capitalista contemporâneo, processo de construção dos sujeitos sociais e a produção da vida material, são questões que se apresentam como temas relevantes para a compreensão do objeto de estudo dessa pesquisa, já que esse trabalho traz em uma de suas análises a divisão sociotécnica e sexual do trabalho e as interfaces com as questões de gênero.

2.1.1 A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL

É fato que a temática do trabalho tem despertado, em muitos/as pesquisadores/as, um interesse relevante, pois vivencia-se uma crise da sociedade do trabalho (OFFE, 1989) e até se debate o adeus ao trabalho (ANTUNES, 1985).

Porém, para compreender o significado do trabalho é importante refletirmos sobre a vertente de ser social em uma perspectiva ontológica, isto é, o que é a ontologia do ser social e qual é a importância do trabalho para a construção desse ser social? Primeiramente, compreendemos ser social à luz da percepção lukácsiana que apresenta em seus estudos, que o ser social se diferencia dos outros animais da natureza pela habilidade de transformar a natureza. Ao transformar essa natureza, consegue transformar a si mesmo. (BARROCO, 2008).

O ser humano nos primeiros anos de vida depende do auxílio de outros seres humanos para sua sobrevivência. Nesse processo de vivências sociais, o humano necessita aprender diversas habilidades e técnicas para poder continuar existindo. No decorrer do desenvolvimento social, isto é, no princípio da ontogênese os seres humanos produziram técnicas e habilidades que foram sendo reproduzidas e aprimoradas diante do tecido social. A esse respeito, György Lukács (1979) menciona que quando os seres humanos reproduzem técnicas que outros humanos já produziam e também criam e aperfeiçoam novas técnicas, a atividade humana se

constitui como fonte de ideias podendo ser considerada também uma experiência propriamente realizada.

Desta forma, o ser humano consegue lembrar-se das ações realizadas no passado e projetar ações para o futuro. Logo a experiência de vivência do humano ultrapassa a vivência do imediato (aqui e agora). Lukács (1979), nesse sentido, afirma que o ser humano consegue se diferenciar dos outros animais pelo fato de conseguir transformar a natureza a sua volta, produzindo cultura, e os demais animais permanecem envolvidos nessa natureza sem transformá-la. Nessa vertente, Lukács (1979) pontua que se encontra a gênese do trabalho, pois, os seres não humanos se fixam na competição biológica com seu meio ambiente e os seres humanos constituem a relação com a natureza para além da competição biológica, constroem produtos da natureza através da sua consciência. A esse respeito Ronaldo Vielmi Fortes (2001, p. 135-136) ressalta que:

[...] a natureza não está mais presente para o homem de modo imediato e direto. Mesmo as satisfações das necessidades mais imediatas – vinculadas diretamente à reprodução orgânica, por exemplo – implicam mediação social. Elas ocorrem de um modo típico e especificamente humano. De modo que já nas primeiras fases do seu desenvolvimento o homem encontra diante de si uma dupla base de origem para as alternativas às quais ele deve responder: naturais e sociais.

Logo, a análise do ser social em interação com o mundo começa a partir do momento em que o ser humano se compreende no mundo e a partir do momento que homem e /ou mulher transformam a natureza a qual passa a ter um significado, ou seja, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações” (MARX; ENGELS 1989, p. 229), isto é, o concreto pode ser considerado o mundo real, e só começa a ter vida no instante em que o ser social se reconhece no mundo. Dessa forma, o concreto (real) surge no pensamento do ser humano como forma daquilo que o ser social experimenta no mundo e, quando se retira elementos dessa natureza para a constituição de abstrações, o ser social está em sintonia não apenas com o início, mas também com o ponto de chegada.

Nesse sentido, se percebe a habilidade do ser social de estar sempre criando coisas novas a partir da sua vivência com a rotina do cotidiano e as necessidades diversas dos seres humanos. Nessa linha de reflexão, Sérgio Lessa (1999) traz como exemplo didático a necessidade de se quebrar um coco para se alimentar. Quando o ser humano está de frente com o coco leva para a sua consciência a necessidade de quebrar esse fruto para poder se alimentar. Ao conectar mediações para atingir esse objetivo, começa a buscar os meios pelos quais atingirá essa meta. A essa mediação se denomina capacidade de atingir seu objetivo através do trabalho, que tem como um dos resultados a transformação da realidade do coco enquanto fruto natural como algo que veio a sofrer a intervenção do ser humano. Sendo assim, o ser social tem como

início desse processo o real (coco), que transporta para sua consciência (mente) esse real, logo conecta-se às mediações para transformar esse real, de forma que, possa atender a sua necessidade e devolver na forma de concreto pensado (LESSA, 1990).

Desse modo, se faz necessário entender as determinações e possibilidades, apontando certa finalidade e validando uma ação objetiva do que foi pensado. (MARX; ENGELS, 1989). Assim, os objetos, na mente, assumem características materiais, concretas e reais, ou seja, tem significados.

A partir da aproximação com esses objetos, a mente do indivíduo começa a projetar finalidades e escolhe, dentre as diversas objetivações uma delas para a concretização real da sua ação, como por exemplo, a constituição de uma ferramenta de trabalho, ou seja, a partir do tronco de uma árvore, o ser social pode estabelecer a execução de uma cadeira para sentar, ou de uma canoa para atravessar um rio. Sendo assim, se estabelece a transformação da matéria prima em um produto. Logo, o ser humano cria, (re) cria, constrói, destrói e (re) constrói por meio do seu trabalho, além de estabelecer relações com os outros seres racionais e irracionais.

Nesse sentido, Marx (2006, p. 211, grifos nossos) afirma que:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. [...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. **Mas, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.**

Através da citação acima de Marx (2006) se percebe que a diferença entre os seres humanos e os demais animais está na forma de que como o trabalho é realizado, pois no caso dos animais não humanos o trabalho é instintivo junto à natureza.

Em relação à questão do ser social e da natureza o que se constitui é a transformação, intervenção e domínio na natureza gerando também o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos seres humanos. Portanto, o ser humano:

[...] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 2006, p. 212).

Dessa forma, o trabalho na discussão de Marx, é visto como ponto mediador na relação entre o ser social e a natureza e também entre o ser social e o tecido social (PONTES, 2002).

Logo as relações sociais são concretizadas mediante essas relações e inter-relações, o que leva a coexistência de uma ação transformadora diante da realidade social. Sendo que “a ontologia marxiana volta-se primordialmente para os processos de produção e reprodução da vida humana, sendo que as representações que surgem na mente humana são reflexos do real captados como representações na consciência”. (PONTES, 1995, p. 59). Mas, em uma concepção de trabalho na sociedade capitalista temos as relações sociais de classe, ou seja, o ser social interage na materialização do cotidiano de forma real, concreta, histórica e dialética em interconexão com as relações sociais capitalistas e de exploração do ser humano pelo próprio ser humano, tendo como pano de fundo a dicotomia entre capital *versus* trabalho, esse contraste é o tema do próximo tópico.

2.1.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A base das relações humanas parte das relações materiais, sendo que essas são constituídas das formas necessárias para a realização das atividades material e individual (MARX, 1989). Logo, se faz necessário uma breve descrição acerca do desenvolvimento capitalista, traçando como ponto inicial desse diálogo o começo do processo de manufatura, o capitalismo industrial e o capitalismo monopolista, também trazendo para o *corpus* do trabalho a organização dos principais métodos que abarcam o processo de desenvolvimento do modelo econômico capitalista: taylorismo, fordismo e toyotismo.

Com a transição entre sistema econômico feudal e as primeiras sociedades pré-capitalistas, surge nesse contexto, o processo de manufatura que consiste de duas características iniciais: primeiro, quando, num mesmo espaço, tendo como dono um único capitalista, se aglomeram trabalhadores/as de áreas diferentes, e nesses espaços cada indivíduo realiza seu trabalho de forma única e exclusiva. Já no outro contexto vários/as artesãos/ãs realizam um trabalho, produzindo produtos que tem a mesma espécie, para um único capitalista. Neste viés o resultado da produção pode ser considerado um produto social, que tem a participação dos/as trabalhadores/as nesse processo de produção de forma coletiva simples (BARROCO, 2008).

Segundo Marx (2006, p. 270), a manufatura “[...] aleija o trabalhador, convertendo-o numa anomalia ao fomentar artificialmente, sua habilidade no pormenor, mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas”. Pois, os/as trabalhadores/as não tendo a participação em todo o processo de trabalho sofrem um “empobrecimento em forças produtivas individuais, em virtude dessa mesma pormenorização produtiva” (SOUZA, 2006, p. 42), já que o trabalhador não faz parte de todo o processo de produção.

Tendo em vista que, em um processo de trabalho com viés na manufatura, ocorre a divisão manufatureira de certa atividade artesanal, que era antes realizada do começo ao fim pelas mesmas pessoas, a partir desse processo as etapas da construção do produto passam a ser divididas entre todos os trabalhadores/as, o que estabelece a divisão social do trabalho, pois o sujeito não tem mais domínio da execução do seu trabalho em todas as esferas do processo de produção. Esta divisão social do trabalho só ocorre no modo de produção capitalista, sendo que:

O caráter capitalista da manufatura se organiza do modo seguinte: O caráter técnico da manufatura transforma (inova) tanto a parte constante (insumos, instalações, matéria prima, ferramentas, etc.) como a variável (força de trabalho) do capital, em razão da divisão manufatureira do trabalho. A manufatura, além de submeter o/a trabalhador/a ao comando e à disciplina do capital, cria uma hierarquia entre os/as mesmos/as trabalhadores/as, [...] que vai dos não qualificados/as aos/às qualificados/as. (SOUZA, 2006, p. 41)

Marx (2006, p. 11) ressalta que a burguesia transmite um “caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países”. Com o desenvolvimento da comunicação e dos instrumentos de produção em detrimento da autossuficiência e do isolamento dos países, há um aumento da circulação mundial de produtos e começa a surgir uma interdependência entre os países que se manifesta tanto nas questões materiais quanto intelectuais, sendo que, no comando desse processo, estava a classe burguesa que tinha como meta atingir até as civilizações em um processo de desenvolvimento de produção ainda respaldadas no modelo de autossuficiência (MARX, 2006). A nova burguesia, para ampliação do modelo econômico capitalista, tem como estratégia colocar os preços mais baratos nos produtos, sendo assim, com essa estratégia:

[...] derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo segundo a sua imagem e semelhança (MARX, 2006, p. 12).

Logo, o sistema econômico capitalista se torna dominante e se constitui como “uma economia industrial global e de uma história mundial única” (HOBSBAWM, 1996, p. 107). Porém, cabe ressaltar, que o capitalismo não é uma pessoa e muito menos uma instituição e sim está intrinsecamente enviesado pelas relações sociais que se constituem de maneira antagônica entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, isto é, uma relação que tem como base a “lógica cega, obstinada, de acumulação” (BEAUD, 1987, p. 191).

A reprodução dessa relação se materializa através da produção da mais valia que se constitui da diferença entre o valor que é pago para o/a trabalhador/a através de um salário e o lucro que é acumulado pelos donos do capital que se estabelece no processo de produção das mercadorias e se materializa no ato da comercialização desses produtos industrializados. Assim:

A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social do trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social do trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração (MARX, 1983, p. 250).

Dessa forma, no período manufatureiro surge a produção das máquinas que tira de cena a atividade artesanal como fator regulador da produção social. Segundo Marx (1989), o grande desenvolvimento no contexto do sistema capitalista está alicerçado na invenção das máquinas, na Inglaterra, que provocou uma nova redefinição na configuração da divisão sexual do trabalho, que auxiliou na divisão e separação da indústria da manufatura em relação à indústria agrícola. Com o advento da máquina a vapor, ocorre uma alavancagem da divisão social do trabalho com perspectiva internacional, pois estabelece a desvinculação das grandes indústrias dos cenários nacionais, intensificando a circulação dos produtos no mercado internacional.

2.2 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO A INTRODUÇÃO DO MAQUINÁRIO

Dotados de recursos que em outra época estavam reservados à Divina Providência, modificaram o regime das chuvas, apressaram o ciclo das colheitas, e tiraram o rio de onde sempre esteve e o puseram com as suas pedras brancas e as suas correntes geladas no outro extremo da povoação, atrás do cemitério (MARQUEZ, 2006, p. 204).

No final do século XVIII e início do século XIX, o modo de produção capitalista se amplifica pelo mundo, tendo como berço a Inglaterra, gerando uma exploração no mercado mundial. A Inglaterra se destacou nesse período devido a fatores como: mão de obra em grande quantidade e exploração excessiva dessa mão de obra em grande parte oriunda dos campos ingleses, que foram cercados, virando assim propriedades privadas, gerando um grande êxodo rural e provocando os inchaços urbanos. Nessa perspectiva Marx (1989, p. 747, grifos nossos) afirma que:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. **Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele.** Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

Outro fator para o destaque da Inglaterra como implementadora do modelo econômico capitalista está relacionado ao fato dela possuir um grande acúmulo de reserva de capital devido às explorações das Colônias pelos ingleses, a abundância de matéria prima como carvão,

algodão e ferro que também foram fundamentais para o desenvolvimento capitalista industrial do país.

Nesta conjuntura, começa a se reestruturar uma nova reconfiguração da divisão social do trabalho e, com o advento do maquinário, ocorre uma ampliação da desvalorização do trabalho vivo e a inclusão de mulheres e crianças no chão de fábrica expropriando a força de trabalho desses sujeitos, sendo que:

Em primeiro lugar, ocorre uma apropriação pelo capital das forças de Trabalho suplementares – aqui nos referimos ao trabalho das mulheres e das crianças. Ao tornar supérflua a força muscular, a maquinaria permitiu o uso do trabalho das mulheres e das crianças, como forma de repartir o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira, desvalorizando, em consequência, a força de trabalho do adulto. Isso contribuiu para que houvesse quebra de resistência do trabalhador masculino. (SOUZA, 2015, p. 44)

Todavia, com o avanço da tecnologia nas indústrias e fábricas há uma diminuição da resistência das operárias e dos operários em relação ao instrumental do trabalho, já que com as máquinas há uma diminuição do número de trabalhadores/as no processo de produção, o que gera uma mais valia relativa, pois ocorreu o aumento da produtividade sem equivalência no aumento de trabalhadores/as e dos salários.

Sendo assim, o processo de produção capitalista impõe um ritmo acelerado de produção para gerar o excedente que será vendido, tendo como meta acumulação de lucro. Desta forma, o processo se estabelece pela presença constante de circulação de mercadorias seguindo a lógica: produção, comercialização e consumo em interface com as relações sociais de classe que tem como característica a existência: capitalistas *versus* trabalhadores/as assalariados/as. O movimento ampliado do capital tem como mola propulsora o trabalho e a força social do capital ao se:

Apropriar constantemente de trabalho não pago em detrimento do trabalho necessário. Neste contexto “a lei da mais-valia, forma capitalista da lei de valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações”. [...] E assim o capital é capital por ser trabalho acumulado, enquanto o trabalho é trabalho por ser condição de existência dos homens, embora exista como trabalho assalariado por ser condição de existência do capital. (PELIANO, 1990, p. 87).

Mas, a apropriação do trabalho não pago se apresenta através do modo de gerir o trabalho no sistema capitalista, pois o controle e a gestão que o capital desempenha diante do processo de trabalho constituem-se como fatores preponderantes no contexto da materialização da submissão do trabalho ao capital. Nessa vertente, Harry Braverman (1987, p. 87) explícita que o gerenciamento científico se estabelece “Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar”, ou seja, a

metodologia de gerenciamento utilizada junto aos/às trabalhadores/as tem como princípio a disciplinarização da mão de obra.

Diante das rápidas mudanças orquestradas nos processos de trabalho aliadas ao controle que o capital tem desses processos gera-se a potencialização do capital que, cada vez mais, vai aumentando a extração da mais valia e ao mesmo tempo neutraliza as formas de resistência da classe trabalhadora, gerando, nesse processo, um ranço de dominação, nos/as trabalhadores/as e de aceitação/submissão à lógica capitalista que se estende para além do contexto das relações de trabalho e atinge toda a esfera das relações sociais. (TUMOLO, 2003).

Nesse sentido, “Certo grau de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa aplicar todo o tempo, durante o qual funciona como capitalista, isto é, como capital personificado, à apropriação e, portanto, ao controle do trabalho alheio” (MARX, 2006, p. 234).

Observa-se que o/a capitalista passa a controlar a gestão das/os trabalhadoras/es como uma função real e não apenas em sentido de formalidade e passa a ser um condicionante no processo de trabalho. Nesta linha de reflexão Marx (2006, p. 235) ressalta que:

Dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade.

No modo de produção capitalista, o sucesso do seu processo tem relação com a execução do trabalho social em grandes proporções a quem demanda o controle desse processo, sendo que esse controle, conforme argumento de Marx (2006) não será realizado pelos trabalhadores/as. Logo, a gestão controla a força e o processo de trabalho.

Outro ponto importante, em relação ao modo produção capitalista, é que uma das características em destaque é a valorização do valor, isso não quer dizer que outros modos de produção não produzam valor, na verdade sim, porém na vertente do modelo econômico capitalista ocorre a valorização do valor, que se materializa através da mais-valia (MARX, 2006).

Esse processo se constitui a partir da máxima expropriação da força de trabalho dos/as trabalhadores/as que se aglomeram em grandes espaços. Pois, para que haja uma expropriação elevada da força de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras gerando a mais valia se faz necessária essa aglomeração. Porém, em contraponto, a junção dessas pessoas leva a convivência social, trocas, sentimento de coletividade, reconhecimento enquanto iguais e consciência crítica da sua realidade enquanto pertencente à classe trabalhadora. O que, para o

cenário do capital se faz ameaçador, diante da possibilidade de resistência, articulações e organizações por parte desses/as trabalhadores/as.

Logo, o capital busca na gestão da força de trabalho (através de uma maior distribuição de tarefas e utilização de equipamentos) o controle de todo o processo de trabalho, tendo como intuito impedir a união do proletariado. Nesse sistema econômico, o capital se materializa como capital dinheiro quando se investe esse dinheiro de forma produtiva e também pode ser aplicado como capital produtivo que se constitui pelas mercadorias que estão inseridas no processo de produção através dos: artefatos tecnológicos, meios de produção, força de trabalho e os elementos que integram as forças produtivas. Todavia, o capital produtivo também tem a vertente do capital variável, que é o capital investido para a obtenção da força de trabalho.

Entretanto, ocorre uma divisão entre capital constante e capital variável. Sendo que o capital constante está subdividido em capital fixo e circulante. No fixo encontram-se o maquinário (enxada, computador, máquinas diversas, trator, dentre outros) que pode ser utilizado diversas vezes durante o processo de produção. Já o capital circulante é o investido na compra da matéria prima, sendo esta empregada de forma única e integrada ao produto final, como por exemplo, o ferro, sementes, energia, dentre outros). Logo, para que o/a capitalista tenha êxito, se faz necessário que as várias categorias do capital estejam em sintonia para a concretização do processo de produção do/a capitalista.

2.2.1 CAPITALISMO FINANCEIRO MONOPOLISTA

Não é já o trabalho vivo que, insuflando vida no trabalho morto, prodigiosamente o ressuscita, é o trabalho morto que suga o trabalho vivo a ponto de o esvaziar de sua própria essência incorporando-o em si como seu simples acessório; já não é o presente que resgata o passado da sua letargia, é o passado que avilta e agrilhoa o presente; já não é a qualidade que plasma a massa bruta, é esta que emaranha e oblitera aquela, é a vil 'coisa' que sufoca a celebrada pessoa; já não é o instrumento de trabalho que funciona de veículo para a exteriorização da natureza humana, é o próprio instrumento que se torna um meio de comando da energia desumanizada (MAFFI, 1969, p. 21).

A epígrafe acima reflete um contexto que pode ser transferido para o final do século XIX até a metade da segunda década do século XX, já que esses períodos trazem a constituição do desenvolvimento capitalista marcado pelo rápido processo de introdução do conhecimento tecnológico e científico que tem como característica marcante a introdução de um relevante processo de mecanização nos processos de trabalho, trazendo como destaque o método taylorista que introduz ao processo de trabalho um conjunto de normas e técnicas para controle dos movimentos dos/as trabalhadores/as, tendo como objetivo central aumentar a produção no contexto das indústrias e fábricas.

O taylorismo abarca como característica não só o controle dos/as operários/as, mas um aumento na exploração da força de trabalho, o que ampliou a desumanização do trabalho, pois trouxe como consequência, não somente a automatização de grande parte dos processos de trabalho, mas também dos próprios movimentos dos/as trabalhadores/as no chão de fábrica. E a concepção e o planejamento do processo de trabalho passam a ser controlados por outros atores no cenário da produção como: gerentes, administradores, diretores, já que segundo Frederick Winslow Taylor (1990, p. 41):

[...] o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho.

Taylor (1990) coloca a necessidade do/a trabalhador/a estar direcionado para a execução de uma única função, o que segundo ele, evitaria a **vadiagem**. Dessa forma, Taylor (1990, p. 23) afirma que “[...] o remédio para a ineficiência está antes na administração que na procura do homem excepcional ou extraordinário”. O método taylorista está direcionado a racionalização dos custos gerando uma racionalidade absoluta que atinge a questão da remuneração dos/as operários/as, pois estabelece que os trabalhadores/as irão receber conforme a quantia de peças produzidas, levando a uma concepção de racionalidade absoluta e que leva a construção de uma ideologia de incentivos monetários voltada para o controle do comportamento dos/as trabalhadores/as (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006). Na concepção de Antonio David Cattani (1997, 247) a perspectiva taylorista é constituída de um:

Sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho.

O sistema de organização dos processos de trabalho baseado no método de Taylor tem uma concepção de modelo administrativo científico. O modelo taylorista dissemina uma concepção de que o trabalho assalariado é o que há de melhor para a classe trabalhadora e segundo Taylor (1990, p. 14) “[...] a ambição pessoal sempre tem sido, e continuará a ser, um incentivo consideravelmente mais poderoso do que o desejo do bem-estar social”. Porém, junto com essa concepção veio a exploração e o disciplinamento dos/as trabalhadores/as, (DEJOURS, 1992).

Entretanto, em meados de 1914, começa a operar um novo modelo de produção, o modelo fordista, que possui uma vertente de racionalização produtiva e de gestão, sendo criado pelo industrial norte-americano Henry Ford, dono da fábrica automobilística Ford Motor CO. Ford substitui o modelo de Taylor no quesito da produção por peça para a aplicação de uma produção em linha de montagem, com viés na produção e gerenciamento em massa, porém

mantem muitos dos princípios adotados por Taylor, e ressalta que o/a operário/a deveria ter sua remuneração de acordo com o que produzia:

Exigimos que os operários executem o que se lhes ordena. Nossa organização é tão especializada, e tão intimamente se relacionam as partes, que nem por um momento poderíamos deixar ao operário liberdade de ação. Sem disciplina severa haveria uma confusão espantosa. Uma empresa industrial não pode comportar-se de outro modo. É preciso que os homens realizem um máximo de trabalho para terem um máximo de salário. Se a cada um se deixasse fazer como bem entende, a produção se ressentiria e com ela o salário. Quem não está contente não é obrigado a ficar. (FORD, 1964, p. 85).

Outra característica do modelo fordista é que segundo Ford (1964), uma empresa deve apenas se deter na fabricação de um único produto, tendo como princípio uma produção em massa e com o investimento em alta tecnologia para baixar os custos buscando a maximização da expropriação das forças de trabalho dos operários/as. Ford segue a mesma linha de raciocínio de Taylor ao enfatizar que o operário deveria realizar apenas uma tarefa. O modelo de produção fordista segue três linhas: melhorar o tempo de produção através da imediata inserção de equipamentos e da matéria prima com o intuito de aumentar o excedente e produção e injetar mais mercadorias no mercado; a busca pela redução da quantidade de matéria prima estocada também rege o modelo fordistas e, por último, a expropriação da produção por operário/operária com a aplicabilidade da especialização desse sujeito nas linhas de montagem (SANDRONI, 2009).

Outro fator é que a partir da implementação tanto do taylorismo quanto do fordismo, o controle e disciplinarização dos/as trabalhadores/as transpassaram os muros das indústrias e fábricas e interferiram nas relações sociais dos núcleos familiares, na sociedade, na cultura, como o próprio Ford (1964, p.186) afirma “[...] no tempo em que aumentamos os salários, também aumentamos de vigilância (*sic*), e averiguamos da vida particular de cada um, para saber o destino que davam aos seus salários”.

Tendo em vista sempre o aumento do lucro por parte dos/as capitalistas, e em meio à crise do petróleo na década de 1970, a ampliação da ideologia neoliberal em uma conjuntura internacional e a entrada em cena do Japão, surgiu o modelo de produção toyotista. Este modelo foi criado por engenheiros da fábrica Toyota e aperfeiçoado pelo Taichi Ohno (1997). Neste sistema, as relações de produção sofrem significativas mudanças, pois o toyotismo aglomera técnicas de administração com maior flexibilidade do capital, assim como estende a flexibilização para as máquinas, ferramentas e até para o trabalho do ser humano, o que se diferencia do processo fordista que tinha uma maior rigidez na sua produção. Para Ohno (1997, p. 28):

[...] o Sistema Toyota de Produção, com seus dois pilares defendendo a absoluta eliminação do desperdício, surgiu no Japão por necessidade. Hoje, numa época de

lento crescimento no mundo inteiro, esse sistema de produção representa um conceito em administração que funcionará para qualquer tipo de negócio.

Em contrapartida, o sistema toyotista mantém a mesma linha da lógica de racionalidade dos custos, exercidos pelo modelo de Taylor e Ford, mas introduz mudanças significativas de cunho institucional e organizacional diante das relações de produção. (LARANJEIRA, 1997). Assim como os dois modelos de produção anteriores, o toyotismo propagou “[...] uma nova hegemonia capaz de articular coerção capitalista e consentimento do trabalhador [...] por meio de mecanismos de envolvimento estimulado do trabalho vivo” (ALVES, 2011, p. 99-100).

Neste sentido, o sistema toyotista implanta a concepção de trabalho em grupo, porém, com o intuito de potencializar um/a trabalhador/a para controlar a qualidade e eficiência do trabalho do grupo. Se ocorre uma queda da produção por causa de apenas um/a operário/a, isso se reflete no grupo todo, induzindo a exclusão deste/a trabalhador/a por parte do grupo, porque ele/a não atende de forma eficiente a demanda da produção, (ALVES, 2011). Sendo assim, o controle antes exercido apenas pelo/a capitalista ou gerente, no sistema Toyotista, passa a ser controlado também pelos próprios colegas de grupo, além da cobrança que o/a próprio/a trabalhador/a começa a fazer de si próprio/a. Segundo Foucault (2005) esse novo sistema influencia na construção de uma sociedade disciplinar e punitiva, que para Gilles Deleuze (1992), está imersa em uma conjuntura de controle social.

Outro aspecto do modelo toyotista é a premiação aos/às funcionários/as que se destacam e atingem os objetivos e metas determinado pela indústria ou fábrica, gerando um alto índice de competição entre o proletariado. Esse tipo de gestão participativa que traz na sua subjetividade um convencimento através de bônus, prêmios e/ou gratificações ao/à trabalhador/a que aqueles objetivos não são somente da indústria ou fábrica, mas sim, pertencem também ao/à funcionário/a. Busca, no entanto, que todos seus/suas trabalhadores/as atinjam o perfeccionismo (OHNO, 1997).

Cabe ressaltar que os três modelos de produção têm muitas afinidades, como: controlar o processo de produção do/a trabalhador/a; busca de maximização da produtividade com o intuito de angariar mais acumulação de capital. Neste sentido, cabe a reflexão de Marx e Engels (1998, p. 4), “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes”, pois somente através da mobilização da classe trabalhadora, a mesma conseguirá se libertar das correntes opressoras do sistema que a doutrina, oprime e aliena.

Outro ponto relevante para o debate é a questão do terceiro setor, já que grande parte das atividades das cuidadoras sociais se inserem nesse setor. Através do acirramento do

neoliberalismo na década de 1990, no Brasil, se constitui uma contrarreforma, conforme aponta José Paulo Netto (1993). Notou-se um reordenamento das ações Estatais no que condiz com as ações reguladoras ou suas **funções legitimadoras**, quando ocorre um rompimento do grande capital com o modelo *Welfare State*, (Estado de Bem-Estar Social), ao dar direcionamento que entona uma diminuição do ônus do capital em relação a reprodução da força de trabalho e das próprias condições gerais de reprodução capitalista (Alencar, 2009).

Observa-se que mundialmente ocorreu e ainda está em curso uma nova configuração do capitalismo e dos seus mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (CHESNAIS, 1996) constituindo-se de forma diferente do modelo fordista. Na contemporaneidade o capitalismo não está tão preso às regras, aos procedimentos e às instituições que colocavam no antigo cenário a articulação e a construção do **contrato social, do Estado de Bem-Estar Social ou do Estado previdenciário**. Com a globalização da economia de mercado se compõe um processo de privatização, desregulamentação e liberalização do capital diante das instituições que regulamentavam suas ações (CHESNAIS, 1996).

Nesse novo cenário de crise do padrão de acumulação do pós-guerra e a manifestação de um novo padrão produtivo e econômico, comandado pelo capital financeiro, ocorre um questionamento em relação a performance do Estado no contexto da redistribuição dos lucros de produtividade e na garantia dos organismos institucionais e políticos que regulamentavam a economia, o mercado de trabalho e de maneira mais ampla a própria relação entre o capital e o trabalho, o que atinge diretamente as políticas sociais voltadas para o pleno emprego, a distribuição de renda, o consumo de massas e a própria perspectiva de salário social protegido.

Nessa conjuntura passa-se a propagar uma política social restritiva em relação ao crescimento econômico, que tem como base o controle inflacionário, o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira e através do receituário neoliberal o país adota como estratégia uma política de contrarreforma do Estado na década de 1990 (BERING, 2003) buscando como estratégias a abertura financeira e comercial da economia tendo como base a soberania do mercado. Este fato modifica as relações entre o Estado e a sociedade e entre o capital e trabalho, uma vez que, o Estado deixa de ser o promovedor e articulador do desenvolvimento econômico e social e torna-se um elemento estimulador do grande capital através do fortalecimento da autorregulação do mercado.

Essa redefinição coloca para o Estado uma atuação mínima, o que o constitui como um Estado Mínimo, nessa reconfiguração muitos serviços sociais são transferidos para a sociedade civil, no que se constituem como Terceiro Setor, isto é,

Este deslocamento engendra o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais. (ALENCAR, 2009, p. 07).

O que está envolto na tendência de privatização de serviços sociais públicos como por exemplo: a área da saúde, educação e previdência social, o que desagua no desmonte da proteção social do sujeito, levando ao acirramento do quadro de desigualdade social e miséria. Logo, se transfere para a sociedade civil, através das instituições do terceiro setor, serviços sociais que antes estavam locados no setor público com a idealização do discurso da **autonomia, solidariedade, parceria e democracia**. Mas, que por traz se constitui a construção do Estado Mínimo e a retirada da responsabilidade do mesmo junto a população levando o ideário de que os próprios sujeitos são responsáveis pelos seus **problemas sociais**, e que esses sujeitos devem buscar alternativas para a respostas as suas necessidades sociais nas instituições filantrópicas, ONGS (organizações não governamentais) ou fundações empresariais. Como argumenta Carlos Montaña (2010, p.189,):

o projeto neoliberal, que elabora essa nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial. [...] No seu lugar cria-se uma modalidade polifórmica de respostas às necessidades individuais [...] Assim, tais respostas não constituiriam direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável

Essa nova lógica de transferir a responsabilidade de ações do Estado para o terceiro setor tem como pano de fundo ações paliativas e imediatistas, e que no tecido social são muitas vezes vistas como ações mais eficientes e democráticas, porém, essa transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil gera perda de direitos sociais e o reestabelecimento do vínculo entre sujeitos e a ideologia do voluntariado e assistencialismo. Nesse cenário se encontram grande parte das instituições de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Como esta pesquisa tem como foco central as mulheres cuidadoras sociais de instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, a discussão de trabalho se constitui como eixo central. Logo, cabe pontuar à luz de Maíra Saruê Machado (2014, p. 61), a diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Para a autora:

O ‘trabalho reprodutivo’ é aqui entendido como o trabalho da manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.). ‘Trabalho doméstico’ não remunerado, ‘cuidados’ ou ‘atividades / tarefas de manutenção da casa e dos filhos’ têm aqui o mesmo sentido de ‘trabalho reprodutivo’, opondo-se ao trabalho produtivo, ou seja, aquele que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, também chamado de ‘trabalho remunerado’ (ainda que possa não ser de fato remunerado).

Neste sentido, o desdobramento da divisão social e sexual do trabalho se faz necessária, uma vez que a pesquisa faz menção ao trabalho reprodutivo das cuidadoras sociais. Dessa forma, no próximo tópico realizamos uma breve reflexão acerca dessa questão.

2.3 DIVISÃO SOCIOTÉCNICA E SEXUAL DO TRABALHO E A INTERFACE COM O CUIDADO.

A frase de Lia Luft (1988, s/d) “Da minha dor sei eu”, diz muito das mulheres que atuam na área do cuidado. Mas, para compreendermos os desafios impostos às cuidadoras sociais no cotidiano da rotina de trabalho, é necessária uma maior compreensão da divisão social e sexual do trabalho e a interface com o conceito de cuidado.

Através da expansão do conceito de trabalho analisado principalmente por Helena Sumiko Hirata e Danièle Kergoat (2007) se avançou na compreensão da divisão sociotécnica e sexual do trabalho. Na medida em que se reproduzem as questões de gênero que são apropriadas e reproduzidas na sociedade burguesa, mediante as relações do cotidiano, essas reproduções são indissociáveis, logo, é na “indissociabilidade, que se torna possível a ampliação do conceito de trabalho.” (AZEVEDO; PASSOS, 2015, p. 184).

Essa percepção também faz parte das discussões de Hirata e Kergoat (2007), quando pontuam que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo são expressões não dicotômicas, mas que se constituem no bojo de um sistema que engloba o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e até mesmo o trabalho informal.

Dessa maneira, ao ampliar a categoria trabalho, pontuando a divisão social e sexual do trabalho e ressaltando a visão de gênero, possibilitamos um enriquecimento da análise acerca da realidade investigada, assim como, a explicitação da precarização das manifestações de trabalho. Por muito tempo o trabalho doméstico esteve à margem das discussões e estudos sobre o trabalho (BRUSCHINI, 2007). Entretanto, com a ampliação dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho ocorreu a possibilidade de vislumbrar a vinculação entre o trabalho remunerado e não remunerado. Bruschini (2007, p. 10) afirma que:

Esta nova perspectiva de análise, articulando a esfera da produção econômica e da reprodução, permitiu observar as consequências das obrigações domésticas na vida das mulheres, limitando seu desenvolvimento profissional. Com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade, as mulheres muitas vezes acabam por priorizar seu investimento pessoal na esfera privada.

A palavra **cuidado** têm muitos significados e são utilizados em múltiplas áreas. Neste sentido, Hirata (2010, p. 48) afirma que o *care* é um “[...] tipo de relação social que se dá tendo

como objeto outra pessoa”. Marília Pinto de Carvalho (1999, p. 51) pontua que “[...] uma das características do conceito de **cuidado** é que ele transita entre as esferas da vida pública e privada, da família ao mercado de trabalho e as políticas públicas”.

Nesta linha de pensamento pode-se deduzir que “Os atos de cuidar podem ser múltiplos, o que diferencia essa forma de operar o cuidado é a sua mercantilização que demarca a hierarquia, a formação, a remuneração, as condições de trabalho, etc.” (AZEVEDO; PASSOS, 2015, p. 199).

Cabe ressaltar que o cuidado é algo que existe há muito tempo nas relações humanas, como por exemplo, o cuidado com as crianças, com a casa, com os pais idosos, com parentes doentes, entre outras atividades relacionadas ao cuidado e que se estabelecem no cotidiano das relações sociais, sendo assim:

É preciso considerar que não há apenas uma definição de *care*; ela é multidimensional para abarcar o ‘amplo campo de ações e atitudes’ e as diversas hierarquias existentes em seu interior, em termos de profissionalização (formação, remuneração, recrutamento, promoção, condições de trabalho, reconhecimento etc.) e prestígio: cuidadoras da primeira infância, babás, empregadas domésticas e diaristas, técnicas e auxiliares de enfermagem, e agora, a nova figura de cuidadora ou profissional do *care*, que, no Brasil, por exemplo, ainda não se reconhece como tal. Para alguns, ‘existe um contínuo entre cuidados médicos, os trabalhos dos cuidadores e o trabalho doméstico, pois todos contribuem para a promoção da saúde. (HIRATA; GUIMARÃES, 2013, p. 371).

Esta transição e as multidimensões do conceito de cuidado provocam divergências e interpretações diversas. Conforme argumento de Carvalho (1999) este conceito passa pela perspectiva da psicologia através de autoras como Nancy Chodorow (1990) e Carol Gilligan (1997), que têm uma leitura do termo cuidado na qual as mulheres desde pequenas têm suas identidades construídas através de noções de relacionamento, ligação e cuidado. Neste sentido, as mulheres sentem que têm o dever de cuidar das pessoas.

Já a abordagem de cuidado enfatizada pela sociologia, tem seu cerne na área dos estudos sobre o trabalho feminino não remunerado, em especial em relação à prestação de cuidado junto a familiares ou pessoas com algum tipo de deficiência. Esta análise de pesquisa é realizada a partir da divisão sexual do trabalho que segundo Carvalho (1999, p. 52) “implica simultaneamente numa divisão desigual do poder e numa posição subordinada das mulheres na sociedade”.

Cabe pontuar que a abordagem adotada nesta pesquisa em relação ao cuidado é a de cunho sociológico, pois enfatiza o *care* “como um conjunto de práticas histórica e socialmente construídas, que em sua configuração atual fazem parte de uma transformação nas vidas de

homens, mulheres e crianças articuladas à emergência e consolidação da modernidade”, (CARVALHO, 1999, p. 76).

Todavia, a questão do cuidado no sentido da reprodução da força de trabalho e apropriação desse trabalho pelas relações sociais de produção está correlacionada, além da precarização, com a hierarquização e relações de opressão que são materializadas pela “submissão do trabalho do cuidado, efetuado pelas mulheres na esfera da reprodução” (AZEVEDO; PASSOS, 2015, p. 184). No decorrer das novas configurações do trabalho algumas atividades que estão relacionadas com o bem-estar do outro foram apropriadas pelo sistema capitalista e mercantilizadas como, por exemplo, as profissões de empregadas domésticas, faxineiras, babás, enfermeiras, educadoras sociais, cuidadoras sociais, cozinheiras, arrumadeiras, dentre outras.

Em um contexto de precarização do trabalho feminino, uma das problemáticas é a questão da formação profissional das mulheres, já que os campos profissionais que são mais valorizados necessitam de uma formação profissional e técnica, sendo que esses campos de trabalho na grande maioria são preenchidos pelos homens. No século XXI, muitas mulheres estão restritas ao espaço-ocupacional em funções que representam o trabalho reprodutivo, o que para Hirata e Kergoat (2007) enfatizam “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social. ” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Nesse contexto, o cuidado na sociedade capitalista está vinculado tanto na esfera do mercado de trabalho quanto das políticas públicas como uma questão reprodutiva dos papéis femininos construídos na historicidade social como naturais.

Foi a partir da década de 1970, com o advento da segunda onda do movimento feminista, que começam maiores intensificações e análises acerca da questão da divisão sociotécnica e sexual do trabalho, tendo como abordagem teórica o recorte de gênero. Nessa perspectiva, Kergoat (2009, p. 67) salienta que, “[...] a divisão sexual do trabalho adquiriu [...] o valor de um conceito analítico”, já que pulsa aos olhos das feministas a vertente do trabalho doméstico como trabalho na divisão sociotécnica e sexual do trabalho.

Cabe salientar que, na perspectiva das Ciências Sociais, foram encontradas diversas explicações em relação a divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002). Todavia, destacam-se duas das várias teorias que incidem sobre a divisão sexual do trabalho na concepção de Hirata (2002, p. 279) que divergem entre si:

A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de “vínculo social”, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de “relação social” (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) de uma teoria geral das relações sociais.

Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão social e sexual do trabalho está baseada nestas duas concepções sendo que a primeira está na vertente da distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho (segregação horizontal) o que atinge os ofícios e as profissões e, nessa conjuntura, se agrega a divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres; já a segunda concepção esta alicerçada nas formas em que o tecido social se constitui para estabelecer um processo de hierarquização (hierarquia vertical).

Logo, Hirata (2002, p. 25) clarifica que, para ocorrer um progresso na compreensão da nova divisão sexual do trabalho, se faz necessário um avanço nas pesquisas que englobem as questões da “[...] divisão do saber e do poder entre homens e mulheres” (HIRATA, 2002, p. 25). Já que no trabalho reprodutivo ainda temos a mulher efetuando a maioria das tarefas domésticas. Quando os homens realizam alguma atividade do trabalho doméstico causa estranheza por ser considerada uma atividade feminina.

Naturalmente, em um contexto das sociedades capitalistas, a divisão sexual do trabalho, que coloca para as mulheres as atividades domésticas como naturais, embora sejam construídas socialmente, e para os homens as tarefas da esfera produtiva, cabe salientar “que na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção.” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 18).

Na realidade brasileira, a divisão do trabalho doméstico apresentou alterações nos últimos tempos, principalmente nos grandes centros urbanos, que absorvem de forma mais intensa a força de trabalho feminina, mas no interior da vida privada as tarefas domésticas ainda continuam sendo majoritariamente das mulheres (HIRATA, 2002).

Em relação à apropriação pelo capitalismo da força de trabalho feminina, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2013, p. 67) enfatiza que:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.

Outro ponto importante no contexto do trabalho é que no decorrer do processo de desenvolvimento da sociedade, das tecnologias e do amadurecimento do sistema capitalista surge um novo tipo de trabalhador/a, que tem como característica a **polivalência**, a **multifuncionalidade**, que tem como raiz uma maior intensidade dos ritmos, tempos e processos de trabalho, sendo que esse processo transita tanto nos espaços industriais quanto nos campos de serviços. (ANTUNES, 2008).

Nessa conjuntura de transformações do capitalismo e também dos próprios trabalhadores ocorreu uma redução do trabalho vivo e um aumento da apropriação da esfera teleológica e intelectual do trabalhador por parte das relações sociais de produção. Sendo que essa nova estruturação do capital veio recheada de desqualificação e precarização do trabalho em um cenário internacional que gerou um aumento do contingente da classe trabalhadora que cada vez mais encontra menos campos de trabalho, o que se reflete em uma diminuição do trabalho formal e estável.

Essas complexas transformações também são evidenciadas no setor de serviços como novas expressões da precarização (AZEVEDO; PASSOS, 2015) e se materializam na sociedade, emergindo e reafirmando uma relação antagônica entre homens e mulheres e tem como núcleo central a divisão social técnica e sexual do trabalho e as expressões de hierarquização e opressão de gênero. Nestas circunstâncias, a divisão sexual se manifesta como “[...] alternativa aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a ‘sexualização’ do social.” (KERGOAT, 1984, p. 280).

Outro fator importante na análise da divisão sociotécnica e sexual do trabalho é que na perspectiva econômica de globalização ocorreu um aumento do emprego feminino. Porém, isso não significa ganhos em relação aos direitos sociais e trabalhistas para as mulheres, pois também houve um aumento da precarização e vulnerabilidade do trabalho feminino, já que “[...] são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis” (HIRATA, 2001, p. 144).

Percebemos que com o advento da globalização as questões referentes ao cuidado antes debatidas apenas nas esferas privadas, na atualidade, passam a fazer parte das discussões nas esferas públicas (HIRATA, 2009).

A este propósito, cabe uma reflexão em relação ao lugar que as mulheres ocupam em uma sociedade de classes antagônica, já que as mulheres ainda têm o seu reconhecimento profissional associado às qualidades femininas como o cuidado e a competência relacional que

são qualidades consideradas naturais, inatas e justificadas pela sociedade como qualidades femininas. Já os homens, no contexto da sociedade machista, possuem qualificações e não qualidades. Desse modo, trazeremos para a cena do debate o trabalho realizado pelas mulheres no contexto privado é problematizar o trabalho doméstico em um viés de mercantilização desse trabalho e possibilitar a visibilidade desse trabalho tanto social quanto financeiramente (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Outro ponto importante na concepção da divisão sexual do trabalho são as políticas de **conciliação** (HIRATA; KERGOAT, 2007) que têm sua gênese nos países do Norte e trazem em seu bojo uma política que busca a conservação da mulher como mantenedora das tarefas domésticas na esfera privada e ao mesmo tempo buscam a conciliação com o trabalho na esfera pública. Essas políticas de conciliação conduzem as mulheres novamente a exercerem papéis dicotômicos entre homens e mulheres estereotipados e as atividades domésticas, potencializando e naturalizando a mulher enquanto única responsável pelas tarefas da esfera privada.

Entretanto, para Jacqueline Laufer (1995) a política de conciliação é concebida como algo positivo na divisão das tarefas domésticas. Pois, para Laufer (1995, p. 164) esse modelo possibilita:

Articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional [...]. Uma eventual recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres.

Porém, essa perspectiva vem sofrendo grandes críticas nos países do Norte, como por exemplo, a França. Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 604) “Hoje, certos pesquisadores propõem substituir ‘conciliação’, ou mesmo ‘articulação’, por ‘conflito’, ‘tensão’, ‘contradição’ para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres”. Como, “no ‘modelo de conciliação’: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Na busca por novas alternativas frente às novas configurações da divisão sexual do trabalho, emerge outro modelo denominado “modelo da delegação” (HIRATA; KERGOAT, 2007), neste cenário se materializa o aumento das mulheres em profissões que exigem nível superior o que coloca no cotidiano a necessidade de delegar a outras mulheres as tarefas do lar.

Porém, as mesmas autoras, argumentam que essa problematização cria uma relação polarizada, em uma das pontas as mulheres executivas com profissões de maior visibilidade social e na outra ponta mulheres que executam atividades ainda reconhecidas como femininas, principalmente correlacionadas à área do cuidado, neste sentido que pontuam a bipolarização entre o trabalho feminino no universo antagônico de classe, o que leva à feminilização³ da pobreza (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Por outro lado, Maria Betânia Ávila e Veronica Ferreira (2014) pontuam a importância das políticas públicas para se alcançar uma melhor qualidade de vida para as mulheres e sugerem em vez do conceito de **conciliação** a utilização do termo **enfrentamento**, pois este possibilita a indicação de um conflito e a busca por um processo de transformação da realidade.

A feminilização da pobreza, na realidade brasileira, atinge há muito tempo as mulheres da classe trabalhadora. Ao analisar-se o passado percebe-se que as mulheres negras recém-libertas do sistema escravocrata tinham como uma das poucas opções de trabalho, no início do século XX, as casas da burguesia de classe média e rica, e prestavam serviços domésticos. Já as filhas da classe nobre e burguesa tinham como opção principalmente serem professoras. Entretanto, as trabalhadoras brancas pobres aumentavam o contingente de trabalhadores dos campos industriais, sendo assim, “torna-se necessário atentarmos para os processos sócio históricos que permeiam a divisão sexual do trabalho e reafirmam a desigualdade, a submissão e a exploração das mulheres em relação aos homens e em relação com elas mesmas, principalmente no caso brasileiro”. (AZEVEDO; PASSOS, 2015, p. 197-198).

Todo esse processo de ampliação da industrialização do Brasil intensifica a absorção de mão de obra feminina no mercado de trabalho. Neste contexto, a questão do cuidado se torna uma problemática, já que o Estado não oferta políticas públicas que contemplem de forma adequada e na totalidade o atendimento às crianças, idosos e pessoas com deficiência que se encontravam até então sobre o cuidado da família, principalmente das mulheres. Atualmente, com a saída destas mulheres de forma mais efetiva do contexto privado para o público, notou-

³ Para Silvia Cristina Yannoulas (2011, p. 271) “na literatura especializada sobre gênero e trabalho, são utilizados, alternativamente, dois significados diferentes para a categoria de feminização das profissões e ocupações, que se correspondem com metodologias e técnicas distintas para a coleta e análise de informação pertinente. Um significado quantitativo que optamos por denominar de feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação; sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos e um significado qualitativo que denominaremos feminização que alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, originadas a partir da feminilização ou aumento quantitativo e vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época.”

se que para as mulheres assumirem um papel mais contundente socialmente na esfera pública foi necessário que alguém assumisse a administração da esfera privada.

Segundo Suely Gomes Costa (2002), no contexto brasileiro, se chama de maternidade transferida, sendo compreendida como a maneira em que as mulheres conferem recíprocas responsabilidades, sendo assim outras mulheres são convocadas para assumirem essa função no ambiente privado, o que intensifica a naturalização do trabalho doméstico enquanto “tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados à submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente).” (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

Assim, “essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas” (COSTA, 2002, p. 304). E com a captação do mercado das práticas relacionadas ao cuidado, essas se transformam em mercadorias que tem como objeto a venda e comercialização dessa força de trabalho, que em sua grande maioria é feminina, e se materializa pela prestação de serviços, tendo como função primordial a usurpação da expropriação do trabalho.

Essas atividades do cuidado eram, inicialmente, exercidas mediante um padrão normativo e construído socialmente como atributos naturais femininos. Na nova configuração do cuidado se mantém a característica feminina, mas não vem sendo apenas construído como um padrão natural feminino e sim como uma competência profissional naturalizada da mulher. Logo, sendo **natural** da mulher, se coloca a não necessidade de uma formação profissional, o que caracteriza uma precarização no trabalho feminino. Nessas condições Fernanda Caldas Azevedo e Raquel Gouveia Passos (2015, p. 201) alertam que:

Apesar da (con)vocação das mulheres para exercerem o trabalho do cuidado, não há uma exigência de qualificação profissional, ficando elas restritas a qualidades ditas “naturais” do gênero feminino proporcionando a desqualificação e a precarização das mulheres. As mulheres pobres e sem formação são as mais afetadas e as mais (con)vocadas nessa realidade, pois, acabaram ocupando as atividades direcionadas para a promoção do cuidado, seja para as crianças, para os idosos, para os deficientes e demais pessoas que dele necessitarem. No caso brasileiro, são as mulheres pobres e negras que atuam enquanto trabalhadoras do *care*, portanto, tem-se não apenas a reprodução da desigualdade de gênero, mas a perpetuação da desigualdade de classe e de raça também.

Percebe-se que as mulheres estão inseridas não só no trabalho reprodutivo, mas também na esfera do trabalho produtivo. No entanto, o que ocorre é uma perpetuação histórica de um processo de desigualdade de gênero, pois a partir do momento que as mulheres saem

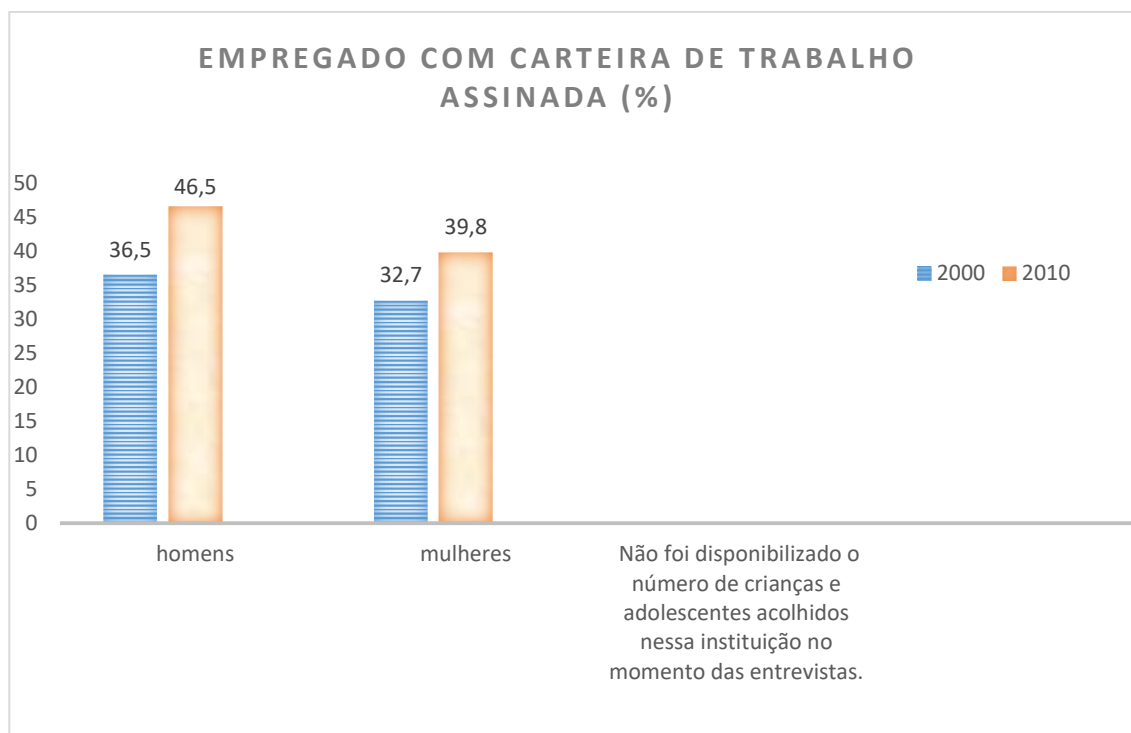
para o mercado de trabalho e a sua força de trabalho é mercantilizada então são incluídas no processo de produção.

Entretanto, se não ocorre na esfera privada a redistribuição do trabalho doméstico, ou seja, do trabalho reprodutivo, continuamos vivenciando uma exploração do trabalho não remunerado. Nesse ponto, ao analisar-se a divisão sexual do trabalho com a interface do cuidado, observou-se que as atividades que têm um vínculo com o *care* são desvalorizadas porque são compreendidas ainda como atividades vinculadas ao universo do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico, do trabalho não remunerado, logo como atribuições femininas construídas e normalizadas pelo tecido social como funções com características femininas e que se constituem em qualidades vistas como **naturais** da mulher. Mas, na contramão desse discurso se encontra o movimento feminista que vem na busca da desconstrução desses estereótipos, pois segundo Nalu Faria (2010, p. 16):

A abordagem da economia feminista consolidou um enfoque de economia mais amplo, que considera o trabalho de reprodução e outras atividades não monetárias como parte da economia. Resgatou o conceito do econômico, que não é só o que se produz para vender no mercado, e afirmou que o trabalho doméstico tem um papel econômico. Portanto, todas nós, mulheres, independentemente se estamos ou não no mercado de trabalho assalariado, damos contribuições para a construção da economia, e isso está ancorado em uma análise da centralidade do trabalho humano na construção do conjunto de bens produzidos pela humanidade.

A fala de Faria converge aos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra à Domicílios (PNAD) referente aos anos de 2012 e 2013 realizada pelo IBGE (2016). A pesquisa enfatiza que os homens ainda representam 61,1% da população ocupada no Brasil, mesmo as mulheres sendo maioria em idade ativa para o trabalho e mesmo com um aumento das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos as atividades realizadas pelas mulheres são em sua grande maioria informais e precárias. Os dados da pesquisa do IBGE (2016) também apontaram que entre os anos de 2000 e 2010 as desigualdades nas relações de gênero no Brasil não diminuíram e as mulheres ainda tem uma renda salarial de até 70% em relação ao salário dos homens (AZEVEDO; PASSOS, 2015).

Em relação ao trabalho formal a pesquisa da PNAD demonstra que a quantidade de homens com carteira registrada teve um aumento, pois em 2000 eram 36,5% e saltou para 46,5% em 2010. Em relação às mulheres com carteira assinada em 2000 eram 32,7% e em 2010 39,8%. Observa-se que ocorreu um aumento das mulheres com registro em carteira de trabalho, mas mesmo sendo a maioria em idade de trabalho não se atingiu a proporção igualitária em relação aos homens.



FONTE: CENSO 2000 e 2010

Através dos dados da PNAD é possível realizar-se uma correlação com o que Hirata (2009) afirma ao abordar três indicativos do trabalho precário, sendo eles:

1. Ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.);
2. Horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário;
3. Níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. (HIRATA, 2009, p. 26).

Assim, se as mulheres estão em processo de crescimento no mercado de trabalho em relação aos homens e mesmo assim, ganham 70% menos que eles e no mercado de trabalho formal não representam a maioria, isso pode levar a várias análises e reflexões, principalmente na compreensão de um sistema capitalista, em uma vertente neoliberal e globalizada.

Nessas circunstâncias, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2010, p. 30) afirma em um dos seus trabalhos que “[...] A participação econômica das mulheres ocorre em condições de desigualdade, discriminação e sobrecarga de horas de trabalho que relativizam o avanço”. Neste ponto, “o modo de produção capitalista, potencializa a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo. O sexo, fonte de

inferiorização social feminina, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista.” (SAFFIOTI, 2013, p. 16-17).

Com base nessas reflexões, o contexto da divisão sexual do trabalho e a correlação do cuidado explanam que as relações que envolvem os/as atores/atrizes nessa conjuntura, segundo Ângelo Soares (2012, p. 45) “são determinantes do tipo de interação que será estabelecida no trabalho do cuidado”. Pois, segundo o mesmo autor, as relações que estão em trânsito nesse campo são permeadas por assimetrias de gênero, raça/etnia, classe social, e longevidade, tendo como pano de fundo as implicações de poder que interlaçam qualificações específicas, (SOARES, 2012).

Logo, além da divisão sexual do trabalho físico, nesse cenário também se destaca a questão da divisão sexual do trabalho emocional, na medida em que aos homens são conferidas atividades de cunho mais agressivo, duro, rígidos, frios, dentre outras e às mulheres imputa-se tarefas que trazem em sua essência a delicadeza, a gentileza, sensibilidade (SOARES, 2012).

Pode-se então corroborar em consonância com Hirata (2002) e Kergoat (2007) que mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho o cenário da divisão social e sexual do trabalho ainda mantém uma grande desigualdade da divisão do trabalho doméstico e familiar.

2.4 GÊNERO: UMA CATEGORIA TRANSVERSAL

A categoria gênero se constitui como um importante conceito de análise, pois se compõe de forma transversal diante das expressões da questão social na atualidade. Nesta perspectiva, segundo Lindamir Salete Casagrande (2011, p. 23) “ o gênero perpassa todos os segmentos da sociedade e requer atenção de todos/as para se compreender como se estabelecem as relações entre homens e mulheres de acordo com a localidade e época”.

Logo, a transversalidade do gênero possibilita uma maior aproximação com o fenômeno estudado, neste caso, ampliando o leque de debates em relação ao trabalho feminino ligado ao cuidado e a desvalorização dessa atividade por ser considerada feminina. Sendo assim, não há possibilidade de entender a realidade das cuidadoras sociais descolada do contexto econômico, político, social e cultural diante do fenômeno que se revela através da representação social que está impregnado pelas questões de gênero.

Diante do leque de abordagens de gênero, a lente de gênero utilizada como referencial neste trabalho tem sua vertente no conceito **relacional de gênero** que segue uma perspectiva

da construção de gênero e a relação de poder, tendo em seu bojo a compreensão de que as relações de gênero não são dicotômicas e sim “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). Cabe ressaltarmos que “A proposição de desconstrução das dicotomias – problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido – pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento” (LOURO, 2007, p. 31).

Segundo Joan Scott (1995) a categoria gênero pode ser compreendida em uma perspectiva histórica e social, pois transpassa componentes como simbologias culturais que estão inseridas nas representações simbólicas tais como: os personagens religiosos que permeiam o tecido social; as prerrogativas normativas que constituem a política, a educação, a religião e o próprio campo científico. Esses espaços contribuem para a construção histórica e relacional do masculino e feminino assim como se correlacionam com as questões subjetivas da identidade dos sujeitos e das suas representações sociais.

Porém, cabe salientar que esses componentes, mesmo estando em sintonia entre si não atuam todos juntos e muito menos são somente reflexos um do outro (SCOTT, 1995). Sendo assim, ao utilizar-se uma abordagem com um viés na concepção de gênero relacional esta revela a significação da relação de poder, já que a concepção de gênero proporciona:

[...] um primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia á significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] **O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.** Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) **começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos**, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 16-17, grifos nossos).

Por outro lado, se faz necessário compreendermos que as relações de poder estão no cerne das relações de gênero, isto é, “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (LOURO, 2007, p. 41). Logo, para compreendermos como as relações de poder se manifestam nas relações de gênero, não podemos descolar essas interações das relações sociais que se materializam nas esferas das diferenças masculinas e femininas, ou seja, gênero não é o único espaço que vivencia a relação de poder, porém se constitui como um ambiente importante que proporciona a compreensão da estrutura do tecido social” (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012).

Nessa mesma vertente, Maria Lúcia Chaves Lima e Ricardo Pimentel Mélo (2012), explanam que a concepção de gênero vai muito além de simplesmente pontuar que gênero está relacionado à esfera do poder e sim que está constituído como uma relação de poder “[...] e não uma posição fixa atribuída às pessoas [...] ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida”. (LIMA; MÉLLO, 2012, p. 191).

Na mesma linha de reflexão pode-se apontar que no universo do tecido social constituído pelo feminino e masculino não imperam apenas os mecanismos de repressão ou censura, mas essa conjuntura está envolta em outras implicações como “gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas)” (LOURO, 2007, p. 41).

Desta forma, compreende-se que a categoria de gênero vislumbrada através da percepção do seu contexto sócio histórico e cultural, está além de uma concepção apenas pelo viés definido pelo sexo biológico e sim se procura analisar as construções das relações sociais e de poder de forma a “[...] explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social” (PISCITELLI, 1998, p. 150).

No entanto, para maior compreensão em relação à concepção de gênero adotada nesta pesquisa serão explicados os pontos da construção da crítica feminista que estão no contexto das diferentes abordagens acerca da terminologia gênero, já que não existe um único caminho ideológico sobre o pensamento feminista, pois, a trajetória da crítica feminista consiste de diversas correntes teóricas sendo que cada uma busca compreender a partir da sua percepção a subordinação e posição feminina no tecido social (BANDEIRA, 2008).

O repensar da produção de conhecimento a partir da crítica feminista colocou no cenário do tecido social novos sujeitos, como participantes do processo de produção de conhecimento e também como protagonistas das pesquisas na conjuntura da teoria social (BANDEIRA, 2008).

Nesta linha de reflexão, a crítica feminista possibilitou a construção de uma dialética ao confrontar os pressupostos deterministas biológicos e comportamentais como verdades absolutas do ser masculino e feminino, porém para prosseguir-se nesta discussão é necessário:

A desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado. (SARDENBERG, 2001, p. 91)

Sendo assim, o objetivo não é apenas dar acesso às mulheres às teorias das quais foram afastadas por muito tempo “[...] já que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e um pressuposto chave dos discursos patriarcais” (GROSZ, 1995, p. 86), mas também buscar uma maior igualdade e equidade de gênero.

Nesse sentido, importa lembrar que tanto como prática política quanto teórica, o projeto feminista tem suas raízes históricas nas filosofias do Iluminismo atendo-se, assim, a uma filosofia e colocando na cena do debate que essas determinações são construções sociais e culturais, isto é:

Ao possibilitar essa nova dialética dos costumes sociais, novos comportamentos, linguagens e olhares, traz como consequência mudanças relativas à condição da existência de homens e de mulheres e entre eles, reciprocamente. Em outras palavras, a condição de gênero se efetiva pelos tipos das relações que se produzem (ou que podem se produzir) entre homens e mulheres, que, em boa medida, resultam dos processos sociais e culturais. A partir disso é que varia o tipo de relação que ambos estabelecem com a racionalidade científica, assim como os seus engajamentos institucionais e profissionais. (BANDEIRA, 2008, p. 222)

A esse respeito, Evelyn Fox Keller (2006) afirma que a categoria de gênero tem sua centralidade nas identidades dos indivíduos, que estão ligados pelo sentimento de pertencimento na conjuntura da coletividade e das diversidades socioculturais, mesmo que de certa forma sobrepostas, e estando em interface com a pluralidade das categorias culturais, étnico-raciais, classe social, religião, geração, dentre outras. Para Saffioti (1992, p. 210) a questão de gênero:

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Dessa forma, a teoria feminista ao propagar o conceito de gênero como uma forma de conhecimento situado, contextualiza que este conceito está envolto nas relações históricas e sociais, assim como, perpassa também as relações desiguais de poder no que tange as mulheres e homens, esta concepção se apresenta como enriquecedora para a ciência e para a construção da igualdade na sociedade, pois enfatiza um olhar diante da realidade social (BANDEIRA, 2008).

Esta percepção possibilita a desconstrução de estereótipos e características considerados naturais para homens e mulheres, porém são construções socioculturais que

abarcam, em sua gênese, conceitos normativos, morais, hierárquicos tendo como pano de fundo uma perspectiva de relação de poder e androcêntrica de visão de mundo. Assim também, segundo Guacira Lopes Louro (2007, p. 21) “[...] seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar a desigualdade social”.

Dessa maneira, ultrapassar essa concepção se faz necessário, pois, “[...] os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados), enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificada, sexuada e socialmente diferenciada)” (SCOTT, 2001, p. 376).

Assim, a teoria feminista evidenciou uma invisibilidade histórica da mulher na produção científica e com isso induziu ao reconhecimento de saberes feministas, de invisibilidades e da produção de novos conhecimentos das mulheres já que “historicamente, a Ciência Moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios”, (SARDENBERG, 2001, p. 89).

Neste sentido, “Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo”. (RAYNAL, 1999⁴ *apud* BANDEIRA, 2008, p. 209).

De tal modo, a crítica feminista repudia qualquer tentativa de uma construção universal de ciência por compreender que essa concepção tem uma raiz imutável e inflexível de parâmetros, o que abrange inclusive a relação de poder levando a construções de centros de dominação e poder, por isso que “[...] um sujeito universal e único não é encontrado mesmo em laboratório. Portanto, desconstruir e criticar as totalidades universais que formam, entre outros, o arsenal de concepções teóricas predominantes passa a ser o alvo com o qual, fundamentalmente, lida a crítica feminista” (BANDEIRA, 2008, p. 214).

⁴ RAYNAL, Florence. “Les femmes dans la France”. Label France, Paris, n. 37, out. 1999. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html>. Acesso em: fev. 2008.

Logo, a concepção de gênero através de uma abordagem histórico social além de contemplar uma ferramenta analítica também tem um viés político e através de uma lente sócio histórica não está enraizada em uma perspectiva de gênero no viés essencialista.

Segundo Tereza Lauretis (1987) a concepção de gênero em uma vertente essencialista vigorou com mais potencialidade nas décadas de 1960 e 1970 e tem sua matriz na diferença sexual sendo que a partir da década de 1980 se torna protagonista de críticas, pois, não oportuniza a visibilidade de contemplar um sujeito nas suas multiplicidades, isto é, “[...] de conceber o sujeito e as relações da subjetividade com a sociabilidade com uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais”. (LAURETIS, 1987, p. 208).

A esse respeito, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2001, p. 06) pontua que o conceito de gênero “[...] trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos” a mesma autora também salienta que conforme essas novas abordagens evidenciam uma concepção histórica, social e política das construções científicas abrem contestações acerca da hipotética neutralidade científica, (SARDENBERG, 2001). Dessa forma, busca-se, na contemporaneidade dar visibilidade à construção de uma perspectiva de gênero que abarque a contextualização de “[...] um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único e contraditório em vez de simplesmente dividido ” (LAURETIS, 1987, p. 208).

Além do que, em relação à crítica feminista, a neutralidade é outro ponto relevante constituinte de uma severa análise crítica na cena de debate diante da concepção que imperou por muito tempo de uma neutralidade da ciência o que na verdade se constituía por uma pseudoneutralidade científica. Sendo assim, o conceito de gênero contribui para as pesquisas científicas por ser “[...] uma ferramenta teórica que possibilita a crítica da visão androcêntrica e da dominação masculina” (CARVALHO, 2003, p. 57).

Neste viés, busca-se a compreensão de gênero para além de papéis de mulheres e homens, mas visando um olhar plural, possibilitando o combate a uma visão androcêntrica de ciência e de mundo que está ancorada na “produção de teorias sobre as mulheres que as (nos) representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos” (SARDENBERG, 2001, p. 09), o que enfatiza as relações e interesses das mulheres como inferiores aos masculinos, assim como não evidenciam as relações de poder existentes entre as mulheres e os homens.

Entretanto, “[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem” (LOURO, 2007, p. 23). Sendo assim, dar visibilidade a categorias que têm uma perspectiva unitária e universal é possibilitar a ampliação do debate em relação a conceitos antes não questionáveis e abordados como questões naturais.

Nesse viés, se deve ressaltar o feminismo negro como importante movimento na luta pela igualdade de gênero. O feminismo negro surge como possibilidade de discussão das pautas, que abarcam as especificidades das mulheres negras e que não eram contempladas nas discussões do movimento feminista. Nessas circunstâncias:

A condição social das mulheres negras, por não ter despertado grande interesse nas feministas, que por muito tempo ficaram restritas ao debate sobre a relação homem-mulher, passou a ser estudada principalmente por feministas negras. Estas mulheres vêm demonstrando que o enfoque exclusivo às questões de gênero apresentado como fonte de opressão de mulheres não faz a conexão entre o sexismo e outras formas de dominação existente na sociedade. Este olhar exclusivo, aliás, apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências (inclusive raça) sexualidade e classe. (PINTO, 2007, p. 31).

As mulheres feministas negras, a partir da politização e conhecimento das desigualdades de gênero e raça, que se materializam no tecido social brasileiro, buscam através do feminismo negro transcender a barreira do preconceito e racismo, dando um novo sentido às pautas do movimento feminista (DAMASCO, 2009). Como ressalta Sueli Carneiro (2003, p. 10):

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.

Olhando-se para a história do movimento feminista negro, percebe-se que as feministas negras buscavam espaços de discussão e debate no movimento feminista que ampliassem o olhar da desigualdade de gênero para além das pautas debatidas naquele momento. Desse modo, “Os eventos nacionais e internacionais das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam.” (DAMASCO, 2009, p. 47).

No contexto capitalista a mulher negra sofre uma dupla discriminação, já que sofre as discriminações por ser mulher em uma sociedade capitalista e de classe social e sofre a discriminação étnico/racial. Porém, é importante salientar que o fato da mulher ser negra não

significa que a discriminação que ela sofre seja mais importante que da mulher branca, mas cabe ressaltar que, é necessário dar visibilidade as opressões de gênero que as mulheres negras sofrem, assim como as lésbicas, as transexuais, as intersexos dentre outras, vítimas da intolerância e discriminação de gênero.

Pode-se observar que os marcadores raça, classe, religião, a partir de uma ótica de análise de gênero tornam-se conceitos históricos e culturais (SCOTT, 2000). Segundo a autora, em uma conjuntura de análise binária se estabelece a ocultação das diversas identificações entre os polos diferentes, isto é, “[...] assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria” (SCOTT, 2000, p. 217).

Na contemporaneidade, se requer um pensar científico que ultrapasse as barreiras dos universos masculinos e especificidades femininas e “[...] que seja útil e relevante para a prática política” (SCOTT, 2000, p. 203). Isto é, “[...] nosso objetivo não é só ver as diferenças entre os sexos, como também as formas em que estas funcionam para reprimir as diferenças no interior de cada grupo de gênero” (SCOTT, 2000, p. 220).

A esse respeito se torna indispensável a análise acerca de gênero para um debate das relações de poder na sociedade capitalista pois, por muito tempo, além da justificativa de cunho da natureza biológica da mulher, ocorreu também a negação do acesso da mulher aos espaços públicos da produção de conhecimento e de ciência (SCOTT, 1995), sendo justificada pelo viés da “[...] incapacidade e pelo obscurantismo das mulheres, ao contrário dos homens que se notificaram pelas luzes e pela objetividade”. (BANDEIRA, 2008, p. 212).

Desse modo, a categoria analítica de gênero tem sido um suporte teórico importante para proporcionar uma avaliação crítica diante das expressões da questão social como, por exemplo, a violência contra a mulher, a divisão sexual do trabalho, o preconceito pelo fato de ser mulher, a questão da descriminalização do aborto, dentre outros.

A perspectiva de gênero, desde 1970, vem sendo construída, primeiramente pela academia e logo depois adentra os movimentos feministas, porém traz em seu bojo um leque de vertentes diversas. A esse respeito, a pesquisadora Sardenberg (2001), destaca que na construção do pensamento feminista se sobressaem três principais correntes: o feminismo liberal, socialista e radical.

Nesse universo de debates e posicionamentos divergentes, as feministas liberais, entendem que a subordinação da mulher está alicerçada a uma socialização diferenciada e

materializada de forma discriminatória tendo como cerne a base do sexo. Suas lutas estão voltadas as questões de direitos iguais, políticas de ações afirmativas dentre outras ações que seguem esse viés (SARDENBERG, 2001). Em contraponto, as feministas que seguem uma linha socialista e radical apontam que as políticas de reforma social não conseguem dar conta de atender de forma suficiente as questões da desigualdade das mulheres e afirmam que mesmo sendo políticas necessárias, não atingem a verdadeira gênese do problema (SARDENBERG, 2001).

Na mesma linha de reflexão Keller (1996) ressalta que em relação ao feminismo liberal não ocorre um questionamento mais acirrado à vertente tradicional da ciência, mas evidencia as práticas discriminatórias no contexto da inclusão das mulheres no cenário da ciência e também na luta por igualdade no quesito de oportunidades e políticas educacionais que venham incentivar as meninas pela ciência. Porém, as feministas de esquerda denunciam a predominância de um conhecimento científico acadêmico voltado para matrizes androcêntricas que compõem as escolhas e delimitação de fenômenos de investigação e análise, o que também influencia no processo metodológico e interpretativo dessas pesquisas e seus resultados (KELLER, 1996).

Nesse panorama, é importante citar o feminismo perspectivista que tem sua gênese epistemológica no marxismo. Aborda como pressuposto a negação da neutralidade e de um conhecimento absolutamente objetivo, trazendo para a discussão da produção científica a construção de um direcionamento social, histórico e cultural (HARTSOCK, 1986), ou seja, tem em sua gênese a questão da discussão da sociedade de classe. Sendo assim, as feministas que adotam essa perspectiva seguem uma postura anti-relativista e trabalham em uma perspectiva de que as desigualdades de gênero se entrelaçam de diversas maneiras vindo a produzir conhecimentos qualitativos distintos para homens e mulheres, assim como, sinalizam oposições diferentes e antagônicas que não estão embasadas nas diferenças biológicas entre o masculino e o feminino, mas são produções de padrões construídos nas relações de gênero na conjuntura de sociedades sexistas (HARSTOCK, 1986).

Logo, o feminismo perspectivista está embasado em desvelar um conhecimento produzido pelas experiências das mulheres, diante das desigualdades de gênero no intuito de dar visibilidade a estas e buscar a sua erradicação. Para Sardenberg (2001) esta postura não é algo recente dentro do movimento feminista, pois tem sua gênese na década de 1960, através do debate **o pessoal é político** um termo muito utilizado pelas feministas nesse período e que buscavam uma maior conscientização das mulheres em relação aos seus direitos igualitários.

Todavia, algumas autoras como Judith Butler (1995), Claudia Lima Costa (1998) e Joan Scott (1998) questionam essa vertente do feminismo por considerá-la essencialista. Apontam que nessa concepção, a materialidade da vida das mulheres confunde-se com a experiência feminina, não se levando em conta os possíveis hiatos “[...] entre a posição social (compreendida como as experiências vivenciadas das pessoas) e a posição discursiva” (COSTA, 1998, p. 78). A própria noção de **experiência** é pouco problematizada, aparecendo como algo dado ou **transparente** (SCOTT, 1998). O mesmo se aplica à noção implícita de **sujeito cognoscente**, no caso, o **sujeito do feminismo** (BUTLER, 1995). Pergunta-se: quem tem o privilégio epistêmico no feminismo perspectivista? As mulheres ou as feministas? Quais mulheres ou quais feministas? (SARDENBERG, 2001, p. 101)

A esse respeito Donna Haraway (1995) coloca a importância de se ter a objetividade como um instrumento teórico-metodológico para não cairmos no abismo de uma visão essencialista e a autora ainda problematiza que “Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Mas, aqui há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo em que se alega ver desde a sua posição” (HARAWAY, 1995, p. 22-23). Neste viés, segundo Haraway (1995, p. 23):

As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes” Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo.

Nessas condições, percebe-se que o universo da existência da pluralidade na concepção feminista acarretou avanços nas discussões acerca da teoria crítica feminista além do que essa diversidade de pensamentos e vertentes possibilita a construção de uma atitude feminista, que contemple “exemplos específicos de gênero na ciência, desde as práticas discriminatórias de emprego e treinamento, suas prioridades e rumos até o conteúdo do saber produzido” (SCHIEBINGER, 2001, p. 334-335).

Diante dessa construção histórica da categoria gênero e da pluralidade das vertentes feministas que englobam a teoria crítica feminista, cabe ressaltar, a concepção do feminismo da diferença, que afirma em sua essência que a vertente de gênero está embasada na construção social e binária dos polos opostos (masculino e feminino) de forma que a categoria central se torna a diferença (CARVALHO, 1999). Traça como intuito a recusa ao feminismo da igualdade e segue uma linha de pensamento que acredita que as únicas diferenças entre mulheres e homens estão nas questões biológicas e sexuais sendo necessária a eliminação das diferenças de

opressão. Essa perspectiva tem como categoria central de análise a diferença, o que tem base na polarização binária do masculino e feminino.

A ampliação da produção de conhecimento que vislumbra a lente de gênero oportuniza um enriquecimento não somente para o campo científico, mas que também interpassa os movimentos sociais, os dispositivos públicos e privados, fóruns internacionais, o que elenca o desenvolvimento da transversalidade enquanto componente da categoria gênero, provocando no tecido social a inserção de “um novo universo vocabular e novos espaços de interação entre os atores do campo científico e político-institucional, assim como, possibilita a emersão de novas questões de reflexão e de estudo” (BANDEIRA, 2008, p. 223).

Isto é possível porque não há um saber que esteja acabado, terminado e estanque e sim vivenciamos aproximações da realidade posta, ou como afirma Donna Haraway (1995) ao pontuar que a visão parcial nunca fecha, isto é, se materializa através da dialética, sendo um processo espiral.

Porém, ressalta-se que a percepção de gênero adotada nesta pesquisa segue a linha de gênero relacional, por compreendermos que esta percepção nos dará o suporte teórico necessário para uma análise que tem como cerne o entendimento de gênero como uma construção social e cultural.

2.5 UM OLHAR PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS CUIDADORAS SOCIAIS

Compreender a identidade profissional dessas mulheres se faz um desafio instigante que converge à percepção abordada por Paulo Freire (2010, p. 50):

[...] no momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram sua percepção muda, embora isso não signifique, ainda, a mudança na estrutura. Mas, a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórico-cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles.

A construção da identidade profissional na conjuntura social faz parte do processo de socialização do ser humano, há uma integração entre a identidade pessoal e a profissional. Como aborda Claude Dubar (1997, p. 13) “A identidade humana não é dada, no acto⁵ do nascimento. Constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida”, ou seja,

⁵ Português de Portugal.

“Identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto [...] é metamorfose.” (CIAMPA, 1984, p. 74).

Nesta perspectiva de reflexão, a identidade profissional não é imutável, está sujeita a mudanças constantes, ou seja, depende da dinâmica das relações sociais vivenciadas no cotidiano da relação de trabalho, aonde sofre transformações constantes de princípios, valores, normas, regras impostas pela instituição, pelo grupo de pertencimento, pelas escolhas, pela própria sociedade. Neste sentido, investigar:

O processo de constituição da identidade profissional das mães sociais que trabalham no Acolhimento Institucional para crianças implica na análise do processo de constituição da identidade. Isto nos remete ao exercício de compreender seu movimento, sua historicidade, sua complexidade, e assumir que são os sujeitos que constroem a sua realidade e reciprocamente são constituídos por ela”. (LIMA, 2009, p. 54).

Neste ponto, pode-se dizer que a identidade profissional⁶ se materializa através da experiência, isto é, no dia a dia da prática e na convivência com outros atores. Neste contexto se vivencia os acordos e desacordos “[...] entre a identidade virtual (proposta ou imposta pelo outro) e a identidade real, interiorizada pelo indivíduo”. (SANTOS, 2005, p. 132).

Diante do conceito apresentado por Clara Santos (2005), se compreende a identidade profissional envolvida em uma teia de relações sociais e históricas que transpassam o contexto do ser individualizado e desconexo da realidade a sua volta. Neste sentido, se busca desvelar a identidade profissional das cuidadoras, o que possibilitará entender a construção do ser social dessas trabalhadoras.

A esse respeito Stuart Hall (2005, p. 07) afirma que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades”. Já que “[...] as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento [...] as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.” (LOURO, 2007, p. 27).

⁶ Para maior aprofundamento na temática da identidade sugerimos: CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: **LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO Wanderley (Orgs.)**. Psicologia social: o homem em movimento (p. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984; CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2007; BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001; BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005; HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p. Internacional do Trabalho.

Nesta linha de reflexão também corrobora Hall (2005) quando enfatiza que há três tipos de identidades e que essa construção está vinculada à historicidade. O autor afirma que no período Iluminista se tinha a identidade do sujeito iluminista, de forma que a identidade dos sujeitos desse período era vista como algo imutável, ou seja, nasceu com o ser humano e não haveria mudança sendo dessa forma idêntica até a sua morte. Na idade moderna se constituiu o sujeito sociológico, se tem a concepção do sujeito com a sua essência interior denominada de identidade, entretanto, já se admite a transformação dessa identidade através da vivência com o tecido social.

Por fim, Hall (2005) aborda a concepção do sujeito pós-moderno da contemporaneidade através de uma análise da fragmentação da identidade, isto é, a constituição de várias identidades fragmentadas desse sujeito que podem resultar em identidades contraditórias. Outro olhar que Hall (2005, p. 8) enfatiza a questão da identidade cultural, na sua concepção são “[...] aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Além do que, o mesmo autor enfatiza que, através do processo de globalização, as identidades culturais que antes estavam centradas e unificadas estão sendo fragmentadas, pois devido ao contexto da mediação do mercado globalizado na vida social as identidades se tornam desvinculadas do contexto cultural, histórico, tradicional.

Zygmunt Bauman (2005) partilha de algumas contextualizações apresentada por Hall (2005), ele compreende que na contemporaneidade vivenciamos um contexto sócio histórico o qual ele denomina como “modernidade líquida”. Bauman (2005) afirma que nada persiste da mesma forma por muito tempo, o que gera a falta de solidez de um estado de bem-estar social, incluindo nesse cenário as relações familiares, de trabalho, os próprios hábitos e rotinas culturais, dentre outros que eram pontuados no século XVIII.

Dessa maneira, Bauman (2005, p. 60) contextualiza que na contemporaneidade “[...] uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade”. No entendimento do autor a identidade no momento é compreendida como “[...] um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento” (BAUMAN, 2005, p. 37), isto é, como a identidade para Bauman é um estado líquido, mudar a identidade ou qualquer aparência dela se tornou mais fácil e comum, pois, um leque de possibilidades identitárias se abriu na atualidade, o que na compreensão do autor facilitou a escolha por qual identidade o sujeito quer assumir e por quanto tempo, pois segundo Bauman

(2005, p. 91) “[...] a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável”.

Nesta pesquisa adotou-se a concepção de identidade enfatizada por Antônio da Costa Ciampa (1984), para esse autor a identidade se constrói através das relações sociais entre o sujeito e a sociedade, entre o sujeito e a sua história. Logo, identidade é algo que se constrói a todo tempo, não é algo atemporal, acabada e pronta, mas a “[...] identidade é o reconhecimento de que é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma pessoa determinada, e não outra. ” (CIAMPA, 2007, p. 137).

Para Ciampa (1984) possuímos várias identidades. Ele exemplifica essa afirmação contextualizando o exemplo de pai e filho, pois exercemos a função de filho e em muitos casos de pai ao mesmo tempo, porém a pessoa é um todo e em certos momentos materializa uma parte desse todo, logo podemos pensar o contexto das cuidadoras sociais em relação a sua prática profissional: exercem a função do cuidado, mas, ao mesmo tempo interligadas à identidade materna. O que nos remete a concepção de identidade totalitária, como salienta Ciampa (1984, p. 61) “Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. ”

Dessa forma, acredita-se que a construção da identidade profissional das cuidadoras pode ser transformada no decorrer da prática profissional e das relações de trabalho vivenciadas no cotidiano das relações sociais, logo com a promoção de capacitações profissionais, pode-se agregar um teor técnico na função de cuidadora social, a qual em muitos casos é vista como uma extensão das funções maternas e domésticas exercidas na esfera privada dessas mulheres.

A partir de uma concepção pessoal de vida, essas profissionais passam a exercer uma função nas instituições e sem uma capacitação profissional, transferem os recursos construídos pelas suas percepções de família para a prática profissional. Ciampa (1984) argumenta que é através da atividade que se dá a construção da identidade. Nessa vertente comenta-se, a seguir, o significado do termo mãe social.

2.6 CUIDADORA SOCIAL UMA FORMA DE “CUIDADO VIGIADO”

O contexto de criação do termo mãe social tem sua origem idealizada por um médico austríaco chamado Hermann Gmeiner, filho de camponeses, que criou um programa cujo objetivo era acolher crianças que perderam seus pais vítimas da Segunda Guerra Mundial. No início do programa as mulheres que exerciam esta função tinham como característica o rompimento de seus laços afetivos e consanguíneos devido à Guerra e neste período a atividade exercida não era considerada uma profissão e sim um voluntariado junto à demanda social.

Com o passar do tempo o programa do médico austríaco ganhou visibilidade mundial e foi implantado em vários países, sendo adequado conforme as especificidades de cada país. No Brasil, as primeiras casas lares surgiram por volta de 1966, devido às expressões da questão social como: aumento do número da violência doméstica; aumento das crianças em situação de rua; crescimento do abuso; maus tratos e negligência. Entretanto, o Estado brasileiro, somente duas décadas depois, implementou a Lei nº 7.644 de 18 de dezembro de 1987, que estabelece diretrizes para a atividade de **mãe social**.

A lei também conhecida pelo senso comum como “lei da mãe social” estabelece que a profissão deva ser exercida por uma pessoa do sexo feminino, sendo que esta mulher, deve se dedicar ao cuidado integral das crianças e adolescentes, em um local que seja específico às casas lares, de maneira que este serviço prestado resulte em uma contribuição para a sociedade civil (Lei nº 7.644, 1987).

Uma questão levantada no contexto da Lei da mãe social está relacionada ao fato de não incluir o homem como possível executor das atividades solicitadas para as trabalhadoras, o que coloca em questão a discriminação de gênero. A este respeito, é importante citar a Constituição Federal de 1988, que estabelece que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição. (CF, 1988, grifos nossos)

Observa-se que o próprio Estado é o difusor de uma ilegalidade trabalhista, pois fere o princípio da própria Constituição Federal, que estabelece que todos os sujeitos são iguais perante a lei e, ao não promover uma mudança na lei nº 7.644, que é anterior a Constituição Federal de 1988, promove discriminação e desigualdade social entre os sujeitos trabalhadores.

Como meio de corrigir esta discrepância foi promulgada a Lei 9.799 de 1999, que modifica a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e coloca o artigo 379-A, do inciso I ao III que proíbe a referência ao sexo dos sujeitos nos anúncios de emprego.

No âmbito internacional, o órgão que vem trabalhando contra a discriminação de gênero nas relações de trabalho é a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tem em sua pauta a discriminação de gênero como uma das vertentes de direitos humanos, sendo importante para uma efetivação de maior amplitude de um sistema democrático. A convenção nº111 da OIT considera discriminação:

art. 1º a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidades, ou tratamento emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo país-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados. (OIT, 1958)

Como uma das alternativas para alteração direta na Lei da mãe social, foi instituído um projeto de Lei nº 2971/04 que constitui também a figura do pai social, o projeto de Lei está na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, e aguarda parecer desde outubro de 2013. A proposta de alteração na lei da mãe social, também solicita a alteração dos termos “menor abandonado” e “menor em situação de risco”, para que a lei entre em consonância com os termos usados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90).

Mas, além do problema da legislação específica dessas trabalhadoras, se constituem nesse cenário, questões como: as relações sociais estabelecidas entre as crianças, adolescentes e as cuidadoras sociais e a rotina de trabalho imposta a essas mulheres que se constroem e se materializam como se fosse um contexto natural, isto é, não há um questionamento das relações de trabalho dessas mulheres, mas, a construção de uma forma de naturalizar funções e afazeres construídos de forma social e cultural no decorrer do processo histórico. Ao estabelecer o termo mãe social, se produz uma relação entre a trabalhadora e a criança/adolescente com viés de amor e não como uma profissional do cuidado, construindo nessas profissionais ações que visam uma intervenção maternal no cotidiano da casa lar, como no caso dos conflitos dos supostos “filhos”, constituindo assim, uma pseudonaturalização do papel de “mãe” o qual, na perspectiva da ideologia patriarcal e burguesa não requer aprendizado, está nato, faz parte da natureza da mulher.

Permanece no século XXI, a ideologia da naturalização do cuidado às crianças e adolescentes em estado de fragilidade ou que estão em medida de acolhimento, como algo construído culturalmente e socialmente e que foi exacerbada no sistema capitalista de forma a entender como parte da natureza feminina, em outras palavras, torna-se papel exclusivo e privativo da mulher.

Com o advento do movimento feminista, ocorre um avanço contra os sistemas de ideias conservadoras, machistas e patriarcais no conjunto da sociedade brasileira, como a conquista da pílula anticoncepcional, o direito ao voto e o aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, saindo da esfera privada para o contexto público. No entanto, ainda

temos um passado histórico de profissões estigmatizadas como masculinas e femininas. Considerando que a cuidadora social é um extrato dessa realidade, pois desde o nascimento os papéis das figuras femininas e masculinas são dispostos ao sujeito, de forma a interiorizar aspectos sociais e culturais como algo biológico e natural:

As crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenhar os papéis correspondentes e as atribuições femininas não são apenas diferentes, mas também desvalorizadas, onde a mulher vive em condições de inferioridade e subordinação em relação ao homem. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não pela diferença biológica entre os sexos. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 10).

Ao utilizar-se a nomenclatura **cuidadora social**, procura-se romper com este ciclo, enfatizando que as crianças e adolescentes que estão em medida de acolhimento não estão de forma definitiva, mas temporária, o que conduz a atuação da cuidadora social como uma auxiliar junto à criança e ao adolescente no sentido de ampará-los para uma nova etapa das suas vidas que pode ser o retorno à família de origem ou à família substituta. A terminologia **acolher** no sentido do contexto do acolhimento institucional, vai de encontro a exercer um ato protetivo e educativo num momento em que essas crianças e adolescentes estão longe de seus núcleos familiares, sendo assim é “[...] o oposto de recolher e guardar, pois tem como função auxiliar esses sujeitos até o desenrolar do processo judicial que determinará o retorno à família biológica, afetiva ou substituta”. (BERNARDI, 2010, p. 20).

2.7 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As casas lares, que atendem crianças e adolescentes que são encaminhados por decisão das Varas da Infância, tem como objetivo central proporcionar a proteção e o desenvolvimento de crianças que se encontram em situação de risco social, físico, psicológico e emocional. O termo **acolhimento institucional** vem sendo adotado em contraponto a terminologia abrigo e orfanato, sendo designada essa mudança pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). Dessa forma, as casas lares se encontram como alternativas para o acolhimento de crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de acolhimento, como dispõem o artigo 98 do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/1990), porém, ressalta-se que antes da medida de acolhimento é necessário tentar outras vias, como estabelece o próprio ECA/1990.

A medida protetiva de acolhimento institucional se encontra contemplada na política da Assistência Social tendo embasamento na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993),

e também no Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2004). Logo, a organização das ações da assistência social se materializa em dois tipos: a de Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, que engloba as Instituições de Acolhimento, tais como, casa de passagem, abrigo de pequeno porte, casa lar e república.

Desse modo, as casas lares têm como público de atendimento crianças vítimas de todo e qualquer tipo de violência e que por decisão judicial foram retiradas dos núcleos familiares de origem. Convém salientar que o acolhimento institucional em casas lares é uma medida de proteção provisória e excepcional que está prevista no ECA, através do artigo 101, inciso VII, tendo como base a oferta de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de abandono ou sem vínculo familiar, bem como para acolher as crianças e adolescentes que os pais ou responsáveis se encontram temporariamente impossibilitados de cumprir com sua função de cuidado e proteção.

As instituições que aderem ao sistema de casas lares têm como meta propiciar um ambiente e convivência que seja mais próximo da realidade de um núcleo familiar, no sentido da estrutura das casas. Priorizam a garantia e segurança das crianças e adolescentes em medida de acolhimento. Muitos dos recursos são frutos de parcerias, projetos com dispositivos públicos, empresas, entidades sociais, profissionais liberais (fonoaudiólogos, psicólogos, dentre outros) e a sociedade civil de um modo geral. Entretanto, cabe a cada município com respaldo de recursos dos estados e da União, auxiliar a implementação e a manutenção das instituições de acolhimento. Nestas condições, destaca-se que segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos⁷ (CNCA/2009) foram verificadas informações em instituições de acolhimento não governamentais que no país se encontram 46.124 crianças e adolescentes acolhidos na última atualização do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (2017). O quadro a seguir demonstra o panorama da quantidade de crianças e adolescentes por sexo:

Sexo	Total
Masculino	23928
Feminino	22196
Total	46124

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2017).

⁷ Banco de dados que tem como função vislumbrar as informações acerca das crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional.

Observamos quase uma equidade no número de meninas e meninos acolhidos no Brasil. Porém, no contexto dos estados brasileiros, existe uma discrepância de número de crianças acolhidas de um estado para o outro. Isso ocorre devido a quantidade de pessoas que comportam os diferentes estados brasileiros, a efetividade das políticas sociais e públicas implementadas na área da criança e adolescente e a complexidade que esse campo manifesta no contexto das relações sociais e contemporâneas. O quadro abaixo a seguir demonstra a quantidade de crianças e adolescentes acolhidos por estados brasileiros:

Estado	Total
Acre	145
Alagoas	359
Amapá	178
Amazonas	257
Bahia	1520
Ceará	1050
Distrito Federal	420
Espírito Santo	1246
Goiás	1576
Maranhão	293
Mato Grosso	522
Mato Grosso do Sul	1115
Minas Gerais	4931
Pará	987
Paraíba	501
Paraná	3475
Pernambuco	1376
Piauí	274
Rio de Janeiro	4367
Rio Grande do Norte	288
Rio Grande do Sul	4775
Rondônia	435
Roraima	129
Santa Catarina	2097
São Paulo	13334
Sergipe	310
Tocantins	164
Total	46124

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2017).

O estado que mais registra crianças e adolescentes vivendo em unidades de acolhimento é São Paulo, com 13.334 do total. Na sequência vem Minas Gerais, com 4.931 acolhidos, Rio de Janeiro, com 4.367, e Rio Grande do Sul, com 4.775. O Paraná está em 5º lugar com um total de 3.475 crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento.

Em relação ao número de instituições de acolhimento o cadastro do CNCA realizado pelo CNJ, em 2017, informou que o Brasil contava com 4.140 instituições de acolhimento. Sendo que o estado de São Paulo detém o maior número de instituições, tendo no momento um total de 980 instituições, em segundo lugar está o estado de Minas Gerais com 540 instituições seguido do Paraná com 509 instituições.

Nota-se que os números do próprio CNCA demonstram um alto índice de crianças e adolescentes acolhidos no país, mesmo após o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) que enfatiza o acolhimento institucional como uma das últimas medidas de proteção a serem materializadas, a política de acolhimento institucional impera dentre demais políticas de proteção da criança adolescente, principalmente, nos estados do sudeste e sul em relação as demais regiões do país.

3 O UNIVERSO DA PESQUISA SOBRE CUIDADO: EM PAUTA AS PESQUISAS SOBRE CUIDADORAS SOCIAIS EM UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este capítulo tem como intuito trazer à tona como estão as pesquisas em relação à temática Cuidadora Social em acolhimento institucional de crianças e adolescentes, já que buscar conhecer o Estado da Arte em relação ao tema de pesquisa é de suma importância, pois possibilita, segundo Sergio Haddad (2009), num determinado período de tempo, conseguir sistematizar certo campo de conhecimento e também identificar os principais resultados da investigação, os temas relevantes, emergentes e vislumbrar as lacunas e temáticas que requerem uma ampliação das pesquisas.

Sendo assim, pesquisou-se em periódicos da CAPES onde foram encontrados 726 trabalhos que de alguma forma, estavam relacionados com o tema do cuidado. Utilizou-se primeiramente como marcadores de busca: cuidadoras sociais, instituição de acolhimento, crianças e adolescentes em medida de acolhimento, casas lares. Do universo de 726 trabalhos selecionados 10 trabalhos contemplavam a temática do estudo: cuidadoras sociais. Nos bancos de dados da Universidade Federal do Paraná foi encontrado um universo de 919 trabalhos, para os quais utilizou-se os mesmos marcadores do periódico da CAPES, sendo que relacionados a este tema foram encontrados 10 trabalhos que traziam as questões das cuidadoras sociais. Após a análise dos periódicos, dissertações e teses obteve-se um universo de 20, dos quais, foram selecionados 13 trabalhos que atendiam a proposta do tema cuidadora social em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.

Em um segundo momento, analisando as pesquisas, observou-se temas comuns discutidos nos trabalhos os quais são referenciados nos subitens abaixo:

3.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A importância da formação continuada e da capacitação profissional perpassa várias pesquisas que tem como foco a discussão do cuidado e das cuidadoras sociais. Como demonstra Ana Maria Silvello Pereira (2013) em sua dissertação, ao apontar a importância de se possibilitar a formação profissional das cuidadoras sociais, de forma a vislumbrar no cotidiano os problemas vivenciados por essas trabalhadoras no contexto das casas lares e colocar em evidência “o conhecimento teórico e da reflexão crítica dialógica dessa prática vivida” (PEREIRA, 2013, p. 102).

Nesta mesma vertente, Aline Cardoso Siqueira e Débora Dalbosco Dell’Aglío (2006) salientam em seu trabalho a necessidade de fomentar a promoção de espaços que realizem um trabalho de trocas de experiências, entre as profissionais do cuidado de diferentes instituições, assim como, fornecer capacitações que tenham como viés a temática do desenvolvimento infantil, a violência doméstica e também correlacionem a vivência das práticas educativas junto às crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional.

Certos trabalhos também afirmam que no contexto das instituições que acolhem crianças e adolescentes, a profissionalização dos (as) trabalhadores (as) que atuam diretamente com esse público oportuniza o rompimento com práticas autoritárias e disciplinadoras que não condizem com a abordagem referendada no ECA (1990), pois ainda estão embasadas em uma lógica conservadora e policialesca. (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006; GALHEIGO, 2003).

Como forma de avançar na contramão do assistencialismo e ir de encontro ao que fomenta o ECA (1990), em relação ao universo do acolhimento institucional e as relações com as pessoas que transitam nesse espaço, o trabalho de Sandra Maria Galheigo (2003) enfatiza a capacitação como uma das possibilidades nesse cenário “Portanto, é premente a necessidade do desenvolvimento de projetos de profissionalização da área, com qualificação e capacitação dos cuidadores e gestores, que reverta o caráter assistencialista que a maioria dos abrigos vem ainda assumindo”. (GALHEIGO, 2003, p. 92).

A mesma autora explanou em seu trabalho que diante de fatores como o aumento do público de atendimento e da carência de recursos nas instituições de acolhimento, esses se constituíram como determinantes para a contratação de trabalhadores/as da área do cuidado com pouca qualificação profissional agravada pela falta de formação continuada nos espaços de trabalho. (GALHEIGO, 2003).

Já as pesquisadoras Célia Vectore e Cíntia Carvalho (2008) nas análises de entrevistas vislumbrando o cargo de mãe social, não observaram por parte das diretoras/es das instituições, interesse em relação à formação profissional das candidatas, isto é, ainda seguem a crença que basta a candidata gostar de crianças, porém pontua que para mudar essa realidade “é necessário o desenvolvimento de uma política de recursos humanos que garanta seleção criteriosa de cuidadores e equipe técnica, formação continuada e supervisão técnica do trabalho realizado.” (GALHEIGO, 2003, p. 92).

Mas, para Carmen Leontina Ojeda Moré e Andressa Sperancetta (2010) o papel das pessoas que exercem a função do cuidado junto às crianças e adolescentes, que estão em medida

protetiva de acolhimento, está além de exercer uma função de cuidados básicos como alimentação, higienização. O trabalho dessas autoras aborda uma breve análise de estudos que retratam o contexto das cuidadoras sociais e incluem os pais sociais neste universo. Relatam que nas bases de dados nacionais Scielo, BVS-Psi, Google Acadêmico e bases de pesquisas de mestrado e doutorado encontraram 15 trabalhos com viés na relação dos profissionais que atuam em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes (MORÉ; SPERANCETTA, 2010). O que corrobora com o número pequeno de trabalhos, que debatam a questão da cuidadora social, encontrados na nossa busca nos periódicos da CAPES e no banco de dados da UFPR.

Moré e Sperancetta (2010) descrevem que nesses estudos apenas três enfatizam a questão direta das práticas do cuidado exercidas pelos cuidadores sociais⁸ e que muitos trabalhos usam diferentes terminologias para nomear os profissionais da área do cuidado, como por exemplo: monitoras/es, educadoras/es, cuidadoras/es, mães sociais. Entretanto, as pesquisadoras no levantamento dos trabalhos não conseguiram identificar uma concordância acerca do papel que essas cuidadoras desempenham quanto às duas atribuições, responsabilidade e competências (MORÉ; SPERANCETTA, 2010). A pesquisadora Tammy Ribeiro (2012) também destaca a pouca bibliografia sobre a temática das cuidadoras sociais e traz como embasamento os estudos também de Moré e Sperancetta, (2010) que relatam a função de mãe/pai social, enfatizando que essa profissão é desenvolvida desde 1987, porém os estudos sobre essa realidade são raros (RIBEIRO, 2012).

Uma questão importante na pesquisa de Moré e Sperancetta (2010) é a inclusão do termo pai social. Entretanto, na busca realizada pelas autoras de estudos já existentes, elas observaram que até o presente momento da pesquisa não havia estudos que abordassem os pais sociais, apenas mães sociais. Não obstante, salientam que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA/CNAS, 2008) já orientaram a troca do termo mãe social por cuidadoras sociais ou educadoras residentes e pai social educadores residentes, no sentido de se evitar equívocos na execução das atribuições do profissional com os papéis exercidos pela família biológica. (MORÉ; SPERANCETTA, 2010).

⁸ No texto das autoras Carmen Leontina Ojeda Moré e Andressa Sperancetta (2010), não ocorre a flexibilização de gênero. Ressaltamos que quando não realizamos a flexibilização de gênero no trabalho é porque as fontes utilizadas de forma direta ou indireta não optaram pelo uso.

Na mesma linha de raciocínio em relação à capacitação profissional, Ribeiro (2012) faz referência à importância da capacitação profissional para essas mulheres e para os pais sociais, pois os mesmos auxiliam junto às crianças e adolescentes em algumas atividades. Entretanto, a autora ressalta que os pais sociais não estão assegurados pela CLT, somente as cuidadoras sociais recebem remuneração, porém os pais sociais que moram nas casas lares têm livre acesso a todas as crianças e adolescentes e aos ambientes da instituição (RIBEIRO, 2012) e pôr fim, assim como Moré e Sperancetta (2010) e Pereira (2013) a autora aponta a necessidade de políticas públicas que efetivem um atendimento com qualidade e prioridade às crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional.

Outro tema identificado como relevante no trabalho de Moré e Sperancetta (2010) é a necessidade por parte das cuidadoras sociais de clareza em relação à prática do seu trabalho junto aos/às adolescentes e crianças em acolhimento (MORÉ; SPERANCETTA, 2010). Nesta linha de pensamento Ribeiro (2012) enfatiza em sua dissertação que além das atribuições relacionadas ao cuidado, as cuidadoras sociais também desempenham funções associadas ao contexto formativo, cognitivo e emocional das crianças e adolescentes e que para atender essas demandas do público alvo é necessária uma formação continuada das profissionais.

Sendo assim, Ribeiro (2012) destaca a importância que as trabalhadoras tenham um conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e das demais legislações para que possam desempenhar um trabalho mais técnico, pois atendimentos sem um conhecimento amplo nas legislações que tratam da temática da criança e do/a adolescente ficam embasados nas crenças e prioridades dos/as trabalhadores/as destas instituições.

Já o artigo de Raquel de Camargo Barros e Geraldo Fiamenghi Jr (2007) converge para as reflexões de Moré e Sperancetta (2010) ao evidenciarem que as práticas exercidas pelos profissionais do cuidado estavam envoltas em ações autoritárias, coercivas, repreensivas que geravam medo e sentimento de abandono por parte das crianças e adolescentes da instituição de acolhimento.

Neste sentido, a capacitação profissional foi referendada como uma necessidade para a qualificação e compreensão das funções das cuidadoras sociais como uma forma de desconstruir a percepção de mães das crianças e adolescentes em medida de acolhimento, pois “Ser pai e mãe social carrega em si aspectos complicadores para sua relação com as crianças acolhidas na instituição. Ao mesmo tempo em que se pretende assemelhar, provisoriamente, às funções parentais, esforços são feitos para profissionalizá-los”. (MORÉ; SPERANCETTA, 2010, p. 526), o que possibilitaria uma qualidade no atendimento a esse público.

Sendo assim, Moré e Sperancetta (2010) realçam a necessidade de políticas públicas de recursos humanos para os trabalhadores do cuidado na área das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, assim como, a necessidade de formação continuada, o que segundo as autoras, requer a constituição de novos estudos que descortinem a realidade desses profissionais. Pereira (2012) segue a mesma linha de pensamento ao apontar “ [...] a urgência de atenção das atuais políticas públicas sobre esta profissão de ‘mãe social’, a baixa remuneração oferecida a essas profissionais, considerando o elevado número de horas trabalhadas nos períodos diurnos, e diante de necessidades daqueles que estão acolhidos”. (PEREIRA, 2012, p. 103)

Uma vez que, nesse universo as cuidadoras/os exercem de forma implícita ou explícita uma função educacional, Moré e Sperancetta (2010) apontam que a partir do momento em que os profissionais do cuidado se compreenderem como educadores, a instituição enxergará de forma positiva um crescimento no desenvolvimento do público alvo.

Tanto Moré e Sperancetta (2010) quanto Siqueira e Dell’Aglío (2006) apontaram que para se evitar a alta rotatividade das cuidadoras sociais se faz necessário uma melhor remuneração, assim como uma capacitação contínua como meio de se evitar uma constante ruptura dos vínculos afetivos e emocionais construídos com as crianças e adolescentes, já que o profissional do cuidado exerce uma relação de mediação diante dos comportamentos que a criança vai desenvolver, com um olhar para as questões da atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções, dentre outros fatores.(STERN, 1992).

Nesse cenário as ambiguidades se fazem presentes na organização de atividades e competências na prática profissional dessas pessoas, pois vivenciam a necessidade de exercerem atividades educativas conforme a família biológica e ao mesmo tempo exercerem uma função técnica, além de tentarem manter uma relação de cuidado que não venha a substituir as constituídas com os núcleos familiares de origem ou da família substituta. Essa relação pode vir a gerar situações conflituosas quanto à construção de vínculos afetivos junto às crianças e adolescentes acolhidos (MORÉ; SPERANCETTO, 2010).

Pela análise do trabalho da Débora Nogueira Tomás e da Célia Vectore (2012) observou-se que o objetivo central era compreender o processo de interações entre mãe social e criança em situação de acolhimento em casa lar. A pesquisa foi realizada em uma cidade do Estado de Minas Gerais, com quatro mães sociais, que cuidavam de crianças de até seis anos de idade.

Os pontos relevantes citados pelas autoras foram: a necessidade de capacitação profissional junto às cuidadoras sociais, o papel exercido pelas profissionais na implementação da regulação do comportamento, onde há uma das formas mais frequentes de interação entre a cuidadora social e a criança, o que “[...]acaba por introjetar valores culturalmente construídos” (TOMAS; VECTORE, 2012, p. 583). A pesquisa também aponta a longa jornada de trabalho, que na perspectiva das autoras leva à alta rotatividade de profissionais neste espaço sócio ocupacional.

Neste sentido, as pesquisadoras ressaltam que mesmo estando clarificadas as atribuições na Lei 7.644/87 que dispõe das condições para contratação das mães sociais e estando essas trabalhadoras vinculadas ao contexto dos afazeres domésticos, acontece por trás dessas atribuições à subjetividade dessas mulheres, que enfrentam as contradições do estabelecimento de vínculos afetivos com as crianças. Pelo fato do contexto da casa lar ser um lugar provisório para as crianças em medida de acolhimento institucional, este vínculo pode ser rompido a qualquer momento (TOMAS; VECTORE, 2012).

As pesquisadoras relatam que a cuidadora social traz como função primordial a reprodução do grupo familiar e as interações que surgem na rotina das instituições, sendo assim, enfatizam que “é necessário trabalhar as suas crenças e valores, suas concepções sobre a criança e também sobre a família”. (TOMAS; VECTORE, 2012, p. 585). A partir de uma percepção maternal das trabalhadoras, as mesmas não sabem onde termina o desejo da maternidade para começar a produção de uma atividade profissional (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2015), isto é, na pesquisa realizada por Paulo André Souza Teixeira e Pompéia Villachan-Lyra com três mães sociais, solteiras, que cuidavam de 10 crianças veio à tona o sentimento de pertencimento de lar próprio em relação ao local de trabalho. Segundo os autores, as mães sociais trabalham sete dias e folgam um dia, o que identificaram como um aditivo para a construção de um sentimento de pertencimento dos espaços de trabalho como espaços de suas casas próprias (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2015).

O trabalho de Lilia Ieda Chaves Cavalcante, Celina Maria Colino Magalhaes e Fernando Augusto Ramos Pontes (2007) retrata aspectos das condições gerais em que 287 crianças foram encaminhadas, acolhidas e cuidadas em um abrigo infantil da região Metropolitana de Belém, no Estado do Pará, entre 2004 e 2005, no intuito de compreender os fatores geradores do acolhimento.

Demonstrou-se que a prática de acolhimento precoce ainda era frequente nessa época. O trabalho ressaltou que a partir do conhecimento das condições em que ocorre o acolhimento,

os profissionais que trabalham junto às crianças e adolescentes têm a oportunidade de desvelar, auxiliar, precaver e diminuir os efeitos do acolhimento para o desenvolvimento da criança (CAVALCANTE *et al.*, 2007). A pesquisa também salienta que grande parte da literatura que estuda os riscos sociais presentes no desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições ocorre principalmente pelo despreparo dos educadores (CAVALCANTE *et al.*, 2007). Porém, na literatura mais recente, estudos apontam que deve ser evidenciado o espaço do acolhimento institucional como um campo que apresenta questões positivas para o desenvolvimento psicossocial da criança e adolescente, como o não desmembramento dos grupos de irmãos, o atendimento personalizado para cada criança e adolescente.

Neste sentido, o trabalho demonstrou que a cuidadora social tem sua prática profissional caracterizada por ações de cuidado voltadas para a impessoalidade, negligência e falta de profissionalismo em muitas atuações, principalmente no que tange compreender a criança como um sujeito ativo, capaz de pensar por si mesma e realizar mudanças em seu meio ambiente. (CAVALCANTE *et al.*, 2007). Ainda comentaram que com a permanência por muito tempo nos espaços institucionais, a criança se relaciona de forma direta ou indireta com os profissionais que atuam na área da criança e adolescente como juízes, promotores, a equipe do conselho tutelar, os educadores, técnicos, dentre outros. (CAVALCANTE *et al.*, 2007). Porém, em relação aos profissionais ligados ao cuidado direto das crianças, esses passam, no decorrer da convivência, a representar para essas crianças referencial de família, o que salienta a importância de se obter investimentos na capacitação profissional e até mesmo um acompanhamento das atividades diárias desses profissionais, (CAVALCANTE *et al.*, 2007).

No artigo de Aline Cardoso Siqueira e Débora Dalbosco Dell'Aglio (2006), as autoras enfatizam que no espaço do acolhimento se faz necessário ocorrer uma mudança no sentido de promover um ambiente de desenvolvimento com ênfase na capacitação e instrumentalização do mesmo. Dessa forma, mencionam a necessidade de ações propositivas para uma maior integração nesses espaços institucionais, como: a promoção de um contexto lúdico com ações voltadas para as crianças e adolescentes em medida de acolhimento em conjunto com os profissionais, buscando maior incentivo dos cuidadores para realizarem brincadeiras infantis; promover encontros entre os diversos profissionais de diferentes instituições de acolhimento para trocas de experiências e ampliação da comunicação Inter setorial; a implementação da capacitação profissional no sentido de empoderar as/os cuidadoras/es diante de uma visão contextualizada, perante temáticas que abordem ações educativas, violência doméstica,

medidas socioeducativas; a implementação de teorias que deem suporte ao contexto do ambiente institucional (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

O trabalho enfatiza a importância do papel de educadores que os profissionais desses espaços proporcionam. O que requer uma profissionalização dessa área e uma política de recursos humanos que englobe uma formação profissional contínua, assim como incentivos e valorização que abarquem uma remuneração digna (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Segundo as autoras, em relação à formação continuada esta deve ter um viés que fomente a “consciência social em prol do bem-estar desta população, pois o trabalho institucional traz repercussões diretamente relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados” (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006, p. 78). Para as pesquisadoras se essas proposições fossem efetivas a rotatividade diminuiria assim como o rompimento dos vínculos afetivos.

Na pesquisa elaborada por Paula Cristina Nogueira e Liana Fortunato Costa (2005a) além de apresentar evidências da importância de se constituir a capacitação profissional das cuidadoras sociais, também apontam que: a falta de qualificação profissional e orientação, junto à escassez de uma supervisão das atividades exercidas pelas cuidadoras sociais contribuem para a realização de atendimentos rápidos que não levam em conta as necessidades individuais e personalizadas de cada criança.

Outro fator relevante é o trabalho estressante das cuidadoras, assim como uma posição defensiva mantida pelas mães sociais em relação ao seu público de atendimento, o que contribui para as instalações de pequenas violências para a reprodução da carência e da falta de qualidade nas relações afetivas (NOGUEIRA; COSTA, 2005a).

Porém, o trabalho traz como eixo central as interações, relações e trocas entre a mãe social e o seu público de atendimento, nesse caso, as crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional.

Paula Cristina Nogueira e Liana Fortunato Costa (2005a) realizaram uma pesquisa em uma Instituição casa lar que contava com mães sociais e mães folguistas. A casa escolhida tinha 14 crianças, o método selecionado foi a etnografia tendo como forma a observação participante. Segundo as autoras as habilidades que as mães sociais exercem estão relacionadas com a vivência de cuidado junto aos filhos biológicos, pois não há uma formação profissional para essas mulheres.

Outro artigo elaborado por Nogueira e Costa (2005b), apresenta a análise do papel exercido pela profissional junto às crianças institucionalizadas e traz como contribuição a reflexão de que a mãe social acaba se tornando a referência parental da criança, porque grande parte da convivência passa junto a essa trabalhadora.

Sendo assim, são profissionais que atuam de forma direta no cuidado dessas crianças que vivenciaram em sua trajetória de vida situações de negligência e violação de direitos, nesse contexto, a alta rotatividade de cuidadoras sociais contribui de forma negativa na construção psicossocial das crianças em medida de acolhimento, pois o vínculo estabelecido é rompido efetivando mais uma história de abandono junto a essa criança e inflamando um sentimento de perda devido à alta rotatividade de profissionais nesses espaços, o que retrata novamente a situação de abandono e desamparo sofrida antes do acolhimento institucional. (NOGUEIRA; COSTA, 2005b).

Outro ponto do artigo estabelece que com a introdução de formação e qualificação profissional ofertando espaços para questionamentos, dúvidas, supervisões às mães sociais, essas mulheres estariam mais aptas para a definição de papéis em relação aos cuidados, assim como deixariam em aberto a questão da função de mãe e exercitariam a função profissional do cuidado. (NOGUEIRA; COSTA, 2005b, p. 41).

O trabalho de Aline Ottoni Moura Nunes de Lima (2009) também menciona sobre a importância da formação e qualificação profissional. A autora ressalta que a necessidade não é apenas de acúmulo de conhecimento, mas também de se trabalhar com as crenças e os valores das cuidadoras sociais em relação aos núcleos familiares das crianças e adolescentes em medida de acolhimento. Assim como, propiciar formas de diminuir a alienação que está presente na prática de trabalho dessas mulheres, com uma reorganização dos plantões de trabalho e adequação do número de crianças por profissionais, conforme determina a legislação da Norma Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social⁹ (NOBRH/SUAS) (LIMA, 2009), da mesma forma que a construção de espaços coletivos de debates que visem à

9 Segundo a NOBRH/SUAS (2012) “A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Assim, a aprovação de um novo texto é um evento de destaque, não apenas para a área, mas para toda a sociedade brasileira. [...] A NOB SUAS 2012 reafirma a política de assistência social como política de Seguridade Social, afiançadora de direitos, tal como consagrado pela Constituição Federal de 1988 e representa, sem dúvida, uma conquista do Estado, gestores, conselhos, trabalhadores, especialistas, e também da população brasileira, em especial, daquela atendida pelo SUAS. ”

discussão do cotidiano da prática profissional e a promoção dos direitos à convivência familiar e comunitária das crianças em medida de acolhimento institucional. (LIMA, 2009, p. 166)

Em meio a estes estudos identificou-se a tese de doutorado da pesquisadora Suzana Canez da Cruz Lima (2011) que transita pelo campo da saúde mental no trabalho do cuidador/a social, tendo como suporte teórico Dejours (1992; 1994; 1997; 1999a e 1999b). A autora adotou como abordagem a psicodinâmica do trabalho e a interface com outras disciplinas o que agregou nas discussões autoras como Hirata e Kergoat (2007; 2008) que apresentam a busca pela correlação entre subjetividade e trabalho. A pesquisa de Lima (2011) foi uma das que trouxe em seu contexto uma pequena aproximação à discussão de gênero em interface com a divisão sexual de trabalho.

O estudo de Lima (2011) também relata que a invisibilidade da profissão de cuidador/a social, assim como, a falta de reconhecimento profissional estão vinculadas à naturalização de ser uma atividade exercida em sua maioria por mulheres e por ter um histórico ligado à caridade, voluntariado, e colocam como proposta a formação e acompanhamento para essa categoria profissional. (LIMA, 2011). A autora afirma ainda que grande parte das pesquisas que envolvem a temática do cuidado está relacionada ao cuidador/a da pessoa idosa e, muitas vezes, esse trabalho é exercido pelos núcleos familiares, isto é, a execução do trabalho limita-se ao cuidador que não tem formação profissional (LIMA 2011).

Em relação à construção da capacitação profissional e da formação das cuidadoras/o, os trabalhos analisados evidenciaram a necessidade de que as pessoas que trabalham com o cuidado tenham uma prática contínua de formação para que, nesses espaços, se crie uma discussão e reflexão acerca desta prática profissional.

3.2 DESAFIOS E LIMITES A PRÁTICA DO CUIDADO

Outro ponto comum encontrado em diversas pesquisas analisadas são os desafios e limites postos às práticas do cuidado de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional. Nesta vertente, Lima (2011) com base em diversos autores, faz referência aos poucos estudos específicos relacionados aos cuidadores/as sociais em relação as suas particularidades da rotina de trabalho, dificuldades, vivência profissional e desafios. Dessa forma, isso pode ocorrer devido “[...] a falta de reconhecimento no trabalho no que tange ao trabalho das mulheres especialmente pelo aspecto de que as suas competências são desqualificadas como ‘naturais’, já que quando uma competência é natural, não há mérito em possuí-la” (DEJOURS, 1999, p. 130).

Lima (2011) conclui, a partir de uma percepção psicanalítica, que o processo de interação entre as crianças e a mãe social ocorre de forma burocrática. Neste sentido, destaca as ações da rotina do banho e da alimentação, em uma realidade que proporcione um atendimento individualizado e com boa qualidade. Esses tipos de ações oportunizam ao responsável pelo cuidado uma troca de afetos e vinculações positivas com as crianças, entretanto, em uma rotina de trabalho que prioriza a organização da casa e não a geração de cuidados e afetos individualizados há dificuldades de ofertar uma qualidade ao cuidado (NOGUEIRA; COSTA, 2005a). Sendo assim, o trabalho de Nogueira e Costa (2005a) coloca em evidência atitudes desrespeitosas das profissionais com as crianças, tais como: xingamentos, movimentos bruscos, ameaças inadequadas.

Neste sentido, Lima (2011) também salienta esses comportamentos em sua pesquisa. Para a autora, este tipo de conduta se faz presente como uma forma de recursos defensivos diante das adversidades da rotina de trabalho e de situações complexas na busca pela realização do **bom cuidado**. Para Lima (2011) os imprevistos e situações inéditas se apresentam no cotidiano do trabalho das cuidadoras sociais, sendo necessária uma constante inventividade, assim como, a prática profissional norteada por um saber-fazer, entretanto, existe a falta de conhecimentos técnico-científicos (LIMA, 2011). Esses tipos de atitudes desrespeitosas junto às crianças e adolescentes são pontuados por Nogueira e Costa (2005b) no contexto da prática profissional das cuidadoras sociais como **pequenas violências** que se manifestam de maneira sutil, não sendo vislumbradas, pois estão envoltas em ações de rapidez da rotina diária da instituição, diante das exigências de papéis a serem cumpridos. As pesquisadoras salientam que muitas dessas ações se materializam pela falta de atitudes por parte da profissional que ignora as necessidades e manifestações da criança. (NOGUEIRA; COSTA, 2005b).

A dissertação de Lima (2009), propõe uma pequena aproximação à problematização de gênero e à relação educacional das crianças e adolescentes em situação protetiva. Porém, a autora deixa claro que não tem elementos para aprofundar a questão de gênero e salienta que nos discursos das duas mães sociais entrevistadas essa questão apareceu em relação à educação dos meninos e meninas cuidados pelas pesquisadas. Na fala de uma das entrevistadas, esta expõe que todas as crianças têm que contribuir com os afazeres domésticos, porém “exclui os meninos de certos tipos de serviços, como estender as roupas e passá-las e nem admite a presença deles nesses momentos” (LIMA, 2009, p. 158). A autora também afirma que nas falas das entrevistadas, essas deixam claro que as crianças necessitam de mais disciplina e não de

tanto carinho ou cuidado. Neste sentido, Lima (2009) ressalta que este posicionamento está vinculado a uma ideologia do filantropismo e da caridade.

Em relação ao posicionamento das cuidadoras sociais para com a família biológica esse segue uma vertente conservadora e ligada a um discurso tradicional de discriminação dessas famílias, com viés de culpabilização da família pela institucionalização dos filhos, (LIMA, 2009). Dessa forma, se constitui como mais um entrave diante da prática profissional das cuidadoras sociais.

Outro fator apresentado como dificultador da prática profissional das mães sociais é o aspecto financeiro apontado por Pereira (2012). Como desafio, a autora salienta que as entrevistadas colocaram a necessidade de uma reestruturação de horários e atividades das cuidadoras fixas e das cuidadoras folguistas, com o intuito de promover maior participação dessas profissionais no cotidiano das crianças e adolescentes e também para melhorar o acolhimento ofertado para o seu público de atendimento.

Pereira (2012) também cita que as cuidadoras colocaram a necessidade da diminuição da carga horária de trabalho, da mesma forma que muitas gostariam de ter esclarecimentos sobre a história de vida das crianças e adolescentes e um acompanhamento da vida escolar mais próximo, sendo esses alguns desafios apontados a prática profissional das pesquisadas por Pereira (2012).

Já na concepção de Galheigo (2003) um dos desafios atuais nos espaços institucionais de acolhimento de crianças e adolescentes é a construção de grupos de debates que concretizem a toda a equipe de trabalho, juntamente com o público de atendimentos, espaços que oportunizem a construção de normas, regras, resolução de conflitos, de maneira participativa e democrática, trazendo em sua gênese o ideal da justiça social e da construção da autonomia dos sujeitos.

Outro aspecto importante para discussão acerca de fatores dificultadores da prática profissional é a temporalidade das relações estabelecidas com as crianças, isto é, em uma relação entre filhos e pais biológicos está implícita a condicionalidade de permanência da relação social construída (SNIZEK, 2008). No caso das cuidadoras sociais a construção da relação social é transitória e passageira, seja pelo desligamento da profissional da instituição seja pela saída da criança. Essa discussão é apresentada por Barbara Snizek (2008) em sua dissertação de mestrado. Além dessa análise, a autora enfatiza que para as mães sociais pesquisadas, “[...] a falta da figura da mãe é entendida como prejudicial ao desenvolvimento

das crianças” (SNIZEK, 2008, p. 107). Na mesma perspectiva da questão, Woortmann (1987, p. 104) aponta que “As mulheres em geral, e as mães em particular são os pontos focais do sistema de parentesco”. Logo, o “[...] elo afetivo mãe-criança, entendido como fundamental para o ser humano em construção, é o cimento que sustenta simbolicamente seu lugar na tessitura social” (SNIZEK, 2008, p. 97).

As cuidadoras sociais compreendem-se como educadoras das crianças e adolescentes emocionalmente saudáveis, tendo como função a reparação de agravos emocionais e traumas vivenciados na infância (SNIZEK, 2008), o que em uma relação transitória entre as partes envolvidas pode ocorrer um grande desgaste físico e psicoemocional de ambas as partes, já que, “[...] a profissão de mãe social viabiliza-se através da noção de família estruturada, típicas das camadas médias” (SNIZEK, 2008, p. 97) e ao tentar reproduzir essa família idealizada no cotidiano das atividades em uma casa lar, pode ocorrer um alto *stress* em todos os atores do contexto (SNIZEK, 2008).

Já para Cecilia Vasconcelos Holland e Sophia Cornbluth Szarfarc (2004) o contexto do acolhimento institucional tem na figura da mãe social o papel de organizadora da rotina diária das crianças, de forma a determinar a alimentação, os horários em que se fazem as refeições, e de maneira geral, norteador e orientando o comportamento e a vida social das crianças, o que se constitui na formação de referencial para as crianças (HOLLAND; SZARFARC, 2004). Para as autoras “[...] a estada no abrigo por alguns anos, ou mesmo por um período curto e provisório, irá apontar modelos de conduta do grupo” (HOLLAND; SZARFARC, 2004, p. 13), isto é, “[...] entre chegadas e partidas existe a possibilidade de uma estadia prolongada, existe a possibilidade de uma não partida. A estadia é a fratura que existe nesse sistema, é o ponto entre o próprio sistema que pode se colocar em questão” (SNIZEK, 2008, p. 24).

Desse modo, a profissão de cuidadora social está imersa entre a díade mãe-filho e cuidadora-sujeito, o que causa nessa relação dificuldades do agir profissional das trabalhadoras ligadas à área do cuidado infantil. Mas, para Vectore e Carvalho (2008) a atuação dessas mulheres perpassa a função materna, tanto na esfera do cuidado material quanto afetivo, já que com uma rotina exaustiva e estressante, essas mulheres se veem diante de desafios diários, e sofrem com o desligamento das crianças ocorridos devido à adoção, retorno familiar ou à rotatividade das próprias cuidadoras sociais. Porém, no contexto afetivo, exercem uma atuação em muitos casos autoritária, normativa, punitiva. Vectore e Carvalho (2008) mencionam que tais situações devem ser investigadas para que se possa construir um ambiente que proporcione

segurança afetiva, psicológica e social às crianças e trabalhadoras, sem o contexto de agressões físicas e psicológicas.

Em contraponto, Pereira (2013) aponta como fator limitador na prática do cuidado das mães sociais a vivência com as histórias de vida das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, “[...] os cuidadores se mostraram imobilizados ao se depararem com as histórias cruéis e com as situações de violência que aparecem na vida dos adolescentes em situação de rua, diante da situação de acolhimento de crianças vítimas de abandono” (PENNA *et al.* 2009¹⁰, *apud* PEREIRA, 2013, p. 38). Entretanto, a pesquisa de Barros e Fiamenghi Júnior (2007) demonstrou que muitas cuidadoras se mostram solidárias e com sentimento de abandono igual ao seu público de atendimento, referendando os desafios diários de vencer a própria história de vida dessas mulheres para exercerem as atividades do cotidiano.

Para Holland e Szarfarc (2006) a questão de trabalhar a autonomia das crianças e adolescentes em acolhimento institucional apareceu na pesquisa como um desafio à rotina de trabalho das cuidadoras sociais pesquisadas, pois algumas das cuidadoras justificaram que não ensinavam as crianças a se servirem sozinhas nas refeições diárias, porque esse tipo de atividade gerava muito trabalho. A pesquisa dos autores também enfatizou que a maior preocupação das cuidadoras estava ligada ao ensino de boas maneiras na hora das refeições. Essa prática foi justificada como modo das crianças aprenderem a se comportar, quando estavam fora da instituição. Entretanto, as autoras afirmaram que essas práticas estavam embasadas em valores e crenças subjetivas de cada profissional, assim como a proibição de diálogos durante as refeições que muitas cuidadoras exigiam das crianças e adolescentes. Porém, as autoras deixam claro que essas práticas não estavam de acordo com a perspectiva dos representantes das Instituições pesquisadas (HOLLAND; SZARFARC, 2006).

Os desafios e limites à prática do cuidado em unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, tendo como reflexão o trabalho das cuidadoras sociais através da análise dos trabalhos pesquisados nessa dissertação, apresentam várias questões limitadoras. Entre elas, a própria falta de reconhecimento da profissão de cuidadora social, que em muitas pesquisas se apresentaram como uma extensão do trabalho doméstico exercido no âmbito do privado. O fator das pequenas violências diárias exercidas pelas trabalhadoras junto ao público de atendimento coloca a necessidade de oferta de cursos de capacitação profissional como uma

¹⁰ PENNA, Lucia Helena Garcia; CARINHANHA; Joana Iabrudi; LEITE; Ligia Costa Leite. A Prática Educativa de Profissionais Cuidadores em Abrigos: Enfrentando a Violência Vivida por Mulheres Adolescentes. Revista Latino-americana de Enfermagem, 2009.

forma de superar essas práticas, assim como rotinas burocráticas, que não trabalham a autonomia das crianças e adolescentes.

4. CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA: TRILHAS, CAMINHOS E PASSOS METODOLÓGICOS

O que nós vemos das coisas são as coisas.
 Porque veríamos nós uma coisa se houvesse outra?
 Porque é que ver e ouvir seria iludirmo-nos
 Se ver e ouvir são ver e ouvir?
 O essencial é saber ver,
 Saber ver sem estar a pensar,
 Saber ver quando se vê,
 E nem pensar quando se vê,
 Nem ver quando se pensa.
 Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida!),
 Isso exige um estudo profundo,
 Uma aprendizagem de desaprender
 E uma sequestração na liberdade daquele convento
 De que os poetas dizem que as estrelas são as freiras eternas
 E as flores as penitentes convictas de um só dia,
 Mas onde afinal as estrelas não são senão estrelas
 Nem as flores senão flores,
 Sendo por isso que lhes chamamos estrelas e flores

Poema Alberto Caieiro¹¹

Pesquisar significa produzir conhecimentos, ir à busca de respostas às inquietações que se apresentam no cotidiano da realidade. Sendo assim, este capítulo busca explicitar como foi realizada a pesquisa da dissertação. Dessa forma, em um primeiro momento aponta-se o método abordado e quais são os instrumentos escolhidos para coleta de dados, através de um diálogo com autoras e autores que têm propriedade na metodologia científica. Em um segundo momento, destaca-se quais foram as instituições escolhidas e como foi realizada a escolha do universo da pesquisa.

4.1 A ESCOLHA DA METODOLOGIA

Pesquisar significa desvelar o oculto, o indizível, produzir conhecimentos através da busca pela essência do fenômeno, o que fica claro na abordagem enfatizada por Demo (1996, p. 34) que insere a pesquisa como uma “[...] atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mas a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. A esse respeito Minayo (1993, p. 23, grifos nossos) considera a pesquisa como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. **É uma atividade de aproximação**

¹¹ Ficções do Interlúdio – Alberto Caieiro heterônimo de Fernando Pessoa.

sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Logo, compreendeu-se a pesquisa como uma forma de investigação da realidade posta, na busca pela subjetividade das/os participantes, procurando propiciar uma intervenção que transforme tanto a/o pesquisadora/o quanto os sujeitos pesquisados, o que suscita a fala de Immanuel Kant (1689- 1755) “Sou, por meu gosto pesquisador. Experimento toda a sede de conhecer e a ávida inquietude de progredir, do mesmo modo que a satisfação que toda aquisição proporciona”.

A proposta desta pesquisa busca adentrar na essência de quem são as cuidadoras sociais, das instituições pesquisadas, o que pensam e quais as suas perspectivas de vida, angústias, sonhos, dores, alegrias materializadas na vivência do cotidiano da profissão, ou seja, partiu-se da compreensão das percepções sociais das atrizes da investigação para explicar-se o fenômeno da construção da identidade profissional dessas trabalhadoras. Entendemos que não devemos aceitar a realidade social tal como ela é, mas, como menciona Cornélius Castoriadis (1991, p. 71) “[...] não estamos no mundo para olhá-lo ou para suportá-lo, nosso destino não é o da servidão, há uma ação que pode apoiar-se sobre o que existe para fazer existir o que queremos ser”. Dessa maneira, optou-se pela utilização da pesquisa exploratória, que é “[...] o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis” (SANTOS, 1991¹², *apud* REVILLION, 2003, p. 23).

Diante disso, tem-se na pesquisa exploratória a oportunidade de proporcionar uma aproximação com a/o pesquisada/o que estabelece a possibilidade de se ter uma pesquisa mais completa e ampla, ou seja, “[...] os estudos exploratórios se caracterizam por serem mais flexíveis em sua metodologia, em comparação com os estudos descritivos ou explicativos, e são mais amplos e dispersos que estes dois últimos tipos” (SAMPIERI *et al*, 2005, p. 60). Segundo Dulce Maria Tourinho Baptista (1991, p. 35) “[...] o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações”.

No campo da abordagem do problema será realizada uma pesquisa com referencial metodológico qualitativo. Segundo Minayo (2002, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

¹² SANTOS, José, Vicente Tavares. A construção da viagem inversa. Cadernos de Sociologia, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em nosso trabalho a pesquisa qualitativa se faz presente, pois possibilita um “[...] universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 21). A pesquisa qualitativa busca os significados vivenciados pelos sujeitos pesquisados, isto é, enfatiza a singularidade em relação às suas experiências no tecido social. Também apresenta uma dimensão política dos/as entrevistados/as através dos significados das construções dos sujeitos coletivos. Neste sentido, a pesquisa qualitativa tem como tripé: um caráter inovador, dimensão política e uma via de complementariedade e não de exclusão (MARTINELLI, 1999).

Como técnica para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista com perguntas semiestruturada às cuidadoras sociais, pois esta técnica permite tanto a pesquisadora/o quanto a/o entrevistada/o uma maior liberdade durante o processo de coleta dos dados. Augusto Nivaldo Silva Trivinões (1987, p. 146) afirma que a entrevista “[...] ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Em relação à interpretação e análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, que segundo Laurence Bardin (2009, p. 42) constitui:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo possibilita a compreensão dos dados coletados para interpretação e análise, que estão além das falas objetivas, possibilitando extrair a subjetividade e os significados da interpretação e análise dos dados que, muitas vezes, estão ocultos e não são vislumbrados pelos/as pesquisadores/as. Nesse sentido, a análise de conteúdo através da técnica de sistematização, descrição objetiva oportuniza aos/às pesquisadores/as uma interpretação e análise que se aproxime mais da realidade do fenômeno estudado. Dessa forma, a análise de conteúdo busca trazer à tona aquilo que está por trás do significado das palavras, através de técnicas como a pré-análise que é o momento em que todo o material é separado e organizado. Busca-se que os conteúdos selecionados não sejam classificados em uma mesma categoria, tendo o cuidado que todo o material seja trabalhado de forma exaustiva para que nenhuma parte sofra a omissão; na leitura flutuante o/a pesquisador/a terá maior propriedade do material

explorado, para construir indicadores, que auxiliarão no processo de codificação dos dados, que serão transformados e juntados nas categorias de análise (BADRIN, 2009).

A seguir explica-se como foi realizada a escolha das casas lares e a delimitação do campo de pesquisa.

4.2 A PESQUISA DE CAMPO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A pesquisa de campo ocorreu com cuidadoras sociais que trabalham em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, sendo que foram selecionadas duas casas lares na região metropolitana de Curitiba e uma no Município de Curitiba. Em seguida comenta-se sobre a estrutura de cada casa lar que foram selecionadas como campo de pesquisa.

4.2.1 CASA LAR I

A Casa Lar I fica na região metropolitana de Curitiba. O município onde está localizada a instituição possui 30.650 habitantes¹³. Acolhe crianças da faixa etária de recém-nascidos a adolescentes de até 18 anos incompletos. A casa tem quatro quartos, três banheiros (sendo que um banheiro é exclusivo para uso dos funcionários), sala de estar, sala de jantar, duas cozinhas e quintal. No mesmo terreno fica anexo o escritório da equipe técnica que é constituída por uma Coordenadora, uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga. A casa lar também conta com uma nutricionista que frequenta a instituição a cada 15 dias. Em relação à equipe de apoio, a instituição conta com uma cozinheira, um segurança e 10 cuidadoras sociais. A residência é alugada, porque a casa antiga está em reforma.

A escolha da instituição se deu devido ao diferencial de contratação das cuidadoras sociais. Como a instituição é mantida pelo Município, todos os funcionários foram contratados mediante concurso público (estatutário ou processo seletivo simplificado). O regime de trabalho que rege as cuidadoras sociais é o da Consolidação das Leis do trabalho (CLT) através do processo seletivo simplificado (PSS) que é deferido através de concurso publico com validade por dois anos, as cuidadoras desse regime trabalham em escala de 12/36 horas, isto é, trabalham 12 horas em um dia e folgam um dia e meio. Neste sentido, é perceptível que este fato pode trazer para o *corpus* da pesquisa dados enriquecedores do processo de trabalho das cuidadoras sociais, após a análise das entrevistas cedidas pelas trabalhadoras que têm um regime de

¹³ Segundo dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas (IBGE, 2016).

trabalho diferenciado da grande maioria da categoria profissional, que ainda estão regidas pela Lei 7.644/87.

No momento das entrevistas, estavam acolhidas 16 pessoas entre bebês, crianças e adolescentes, sendo que tinha uma adolescente grávida de quase nove meses. O município só conta com essa instituição na modalidade de acolhimento institucional para o público de crianças e adolescentes.

4.2.2 CASA LAR II

A Casa Lar II fica também na região metropolitana de Curitiba, o município conta com 227 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2016). A casa lar é constituída como uma Organização não governamental. Foi fundada em 1964 e tem um cunho religioso, grande parte das suas despesas são mantidas por doações da sociedade, de membros da Igreja Evangélica e parte pela Fundação de Ação Social de Curitiba¹⁴ (FAS). A Instituição ficou por 25 anos em Curitiba e hoje está em uma grande propriedade na região metropolitana de Curitiba. Conta com 40 vagas para crianças e adolescentes entre 5 a 18 anos. A chácara tem quatro casas lares e conta com uma equipe de profissionais composta por: um coordenador; uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, uma nutricionista, sete cuidadoras sociais; um auxiliar de escritório; duas auxiliares de lavanderia; um auxiliar de manutenção, uma cozinheira, um motorista. As casas têm estrutura de sobrados e recentemente passaram por reformas. Não foi disponibilizado o número de crianças e adolescentes acolhidos nessa instituição no momento das entrevistas.

O regime de trabalho das cuidadoras sociais é regido pela Lei 7.644/87 o que disponibiliza uma folga semanal e uma folga de um final de semana por mês. A escolha por essa instituição se deu pelo fato de manterem as trabalhadoras do regime de trabalho baseado na lei da mãe social e ser uma instituição de vertente religiosa.

4.2.3 CASA LAR III

A Casa Lar III situa-se em Curitiba e foi fundada em 1996. Hoje conta com duas Unidades que ficam no mesmo Bairro. A Unidade I é sede própria e acolhe bebês de zero a um ano e 11 meses, tendo capacidade para 12 bebês. A Unidade II é alugada e conta com capacidade

¹⁴ A FAZ oferta verbas orçamentarias para a instituição porque muitas crianças do município de Curitiba são acolhidas na Instituição.

para 12 crianças de dois anos completos a nove anos. A instituição possui: uma Presidenta; uma coordenadora; uma auxiliar administrativa; uma cozinheira, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, uma assistente social, dois motoristas, uma nutricionista. Na Unidade I, no momento da entrevista contava-se quatro cuidadoras sociais em escala de 12/36, e uma cuidadora na função de supervisora que trabalha 8 horas. Nesta unidade fica o escritório da ONG onde trabalha a Presidenta, a Coordenadora e a auxiliar administrativa. Na Unidade II havia no momento da entrevista três cuidadoras, sendo duas em escala de 12/36, uma como cuidadora residente e uma que estava em férias. Nesta Unidade está instalada a sala da equipe técnica onde trabalham a assistente social, a terapeuta ocupacional e a psicóloga.

A escolha pela ONG foi porque está na capital do Paraná e possui cuidadoras sociais em regimes diferentes. Algumas estão no regime de CLT de 12/36 horas e outras estão no regime da Lei 7.644/87. As duas casas têm características de residências com quartos, sala, banheiro, cozinha. Não foi disponibilizado o número de crianças e adolescentes acolhidos nessa instituição no momento das entrevistas.

O diferencial desta instituição com relação às outras é que disponibiliza câmeras de segurança nas duas unidades para que haja um controle do trabalho exercido pelas cuidadoras sociais e também da entrada e saída de pessoas estranhas ao ambiente institucional. A instalação das câmeras de segurança, segundo a coordenadora da instituição, se deu devido uma violência física praticada por uma ex-cuidadora social a um bebê que provocou a quebra de um dos braços do bebê.

4.3 O UNIVERSO DA PESQUISA E OS SUJEITOS PESQUISADOS

As entrevistas com as cuidadoras sociais foram realizadas de acordo com as normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Comitê Nacional de Saúde (CNS), cumprindo as exigências éticas e científicas previstas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, cujo parecer foi favorável em 17 de novembro de 2015 sob o nº CAAE: 51177715.6.0000.5547.

Antes das entrevistas foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a leitura, as participantes aceitaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE, o qual foi impresso em duas vias, sendo que uma via ficou com cada entrevistada e a outra com a entrevistadora. Este termo também foi submetido ao Comitê de Ética da UTFPR e a cópia constitui o apêndice A. Já a cópia do termo de autorização das instituições para realização da pesquisa constitui o apêndice B.

Para realização da coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas e também a utilização de um gravador digital, segundo um roteiro pré-definido (APÊNDICE C). As participantes foram informadas que seus nomes seriam mantidos em sigilo e trocados por nomes fictícios, assim como, qualquer outro sujeito citado pelas participantes. Em relação às instituições, o sigilo também seria mantido. Esses cuidados foram tomados para se manter confidencialidade das personagens entrevistadas. Informou-se que a qualquer momento poderiam desistir de participar da pesquisa.

Ao final de todas as entrevistas as informações obtidas foram transcritas e analisadas na sua totalidade, sendo que as falas das cuidadoras sociais que participaram da pesquisa foram reproduzidas na íntegra, incluindo os erros de pronúncia e de concordâncias verbo nominais, os quais não foram corrigidos conforme a norma culta da Língua Portuguesa. As entrevistas totalizaram 185 minutos de gravações.

Na Casa Lar I, as entrevistas foram realizadas com sete cuidadoras sociais nos meses de maio e junho. Utilizou-se como critério as cuidadoras que se disponibilizaram e que se encontravam na Instituição e dessa forma, nos dias que as entrevistas foram agendadas uma cuidadora não estava presente porque havia ido levar uma criança ao médico e outras duas estavam em férias.

Todas as entrevistas foram realizadas na sala de estar do lar, o que às vezes, recebia a interferência de crianças ou de outras cuidadoras. Esta Casa Lar possui outros cômodos e até um escritório da equipe técnica, porém foi disponibilizada a sala de estar para realização das entrevistas. Nos primeiros minutos observou-se que todas ficaram apreensivas e receosas em relação a responderem às questões. Porém, no decorrer das perguntas a emoção tomou conta de muitas profissionais ao falarem do trabalho desempenhado com as crianças e adolescentes.

Todavia, a falta de privacidade para executar a pesquisa foi uma das dificuldades observadas nas entrevistas realizadas na Casa lar I. Outra dificuldade foi o agendamento das entrevistas. Por ser um município distante da Capital do Paraná e pelo fato das cuidadoras sociais trabalharem em plantões 12/36 em dois turnos, resultou um período de dois meses para a concretização das sete entrevistas. Porém, a equipe técnica da instituição auxiliou nesse processo, dando o suporte necessário. Durante as entrevistas cinco participantes se emocionaram ao falar do trabalho que desempenham com as crianças, vindo a chorar.

Na Casa Lar II, as entrevistas foram realizadas no mês de junho com seis cuidadoras residentes. Uma das cuidadoras estava em férias e não se encontrava na casa lar nos dias das

entrevistas. O local disponibilizado foi uma sala no escritório da ONG. Durante o momento das entrevistas não houve interrupção externa, o que contribuiu para a privacidade das entrevistadas. Observou-se que após alguns minutos todas se sentiram muito à vontade para falar e expor o seu trabalho, até mesmo certa satisfação de poderem ter um espaço para falar sobre o **ser cuidadora social**. Neste sentido, a ansiedade e o receio evidenciados nos primeiros minutos deu lugar ao relato das angústias e aflições do cotidiano da casa lar onde muitas se emocionaram a ponto de chorar. Observou-se que no choro vivenciado pelas entrevistas estava um sentimento de dor, alívio, de dever cumprido, satisfação e ao mesmo tempo de impotência, diante de muitas situações vivenciadas no acolhimento.

A Casa Lar III tem duas unidades que ficam no mesmo bairro. Conseguiu-se realizar a entrevista no mesmo dia no mês de julho, porém, com apenas duas cuidadoras sociais. A cuidadora social que trabalha na Unidade 1 e que assumiu uma promoção como supervisora da unidade é a profissional mais antiga da instituição. A segunda entrevistada é cuidadora residente da Unidade 2 e também a segunda funcionária do quadro de cuidadoras sociais mais antigas no lar. Ao realizar-se a pesquisa com a primeira cuidadora social na Unidade I nos acomodamos na sala dos bebês conforto e a participante nos concedeu a entrevista com um bebê no colo, o qual estava doente no dia. A cuidadora questionou se a entrevista iria demorar, pois precisava levar o bebê ao médico. Notou-se que durante a entrevista a participante demonstrava ansiedade e nervosismo, provavelmente devido à situação desconfortante de estar com um bebê doente em seu colo. Durante a entrevista, que durou cerca de 15 minutos, fomos interrompidos por três vezes pela cozinheira da casa lar. Após a entrevista a cuidadora foi levar o bebê ao médico.

Ao chegar na Unidade 2 para a realização da entrevista com a segunda cuidadora presenciou-se um desacolhimento que acontecia naquele momento de uma menina de cinco anos que, após três anos na instituição, conseguiu retornar para a família extensa, no caso a sua avó materna que conseguiu a guarda. Nesse momento, observou-se que a cuidadora social que iria conceder a entrevista estava sendo presenteada com um edredom pela avó da menina em agradecimento pelo cuidado prestado a sua neta. Outro fato que chamou a atenção eram os olhares de todos¹⁵ que estavam naquela sala em meio às lágrimas. Havia um sentimento de tristeza e felicidade. Principalmente a cuidadora social que nos concedeu a entrevista, estava em prantos, mas demonstrava felicidade pelo retorno da criança à família biológica. Após a saída da criança e sua avó fomos conduzidas para a cozinha onde realizou-se a entrevista. A

¹⁵ Se encontravam no ambiente a assistente social, psicóloga, terapeuta ocupacional, duas cuidadoras, a coordenadora do lar, a avó materna, a advogada e a criança.

entrevistada, ainda vivenciando as emoções do desacolhimento, respondeu todas as perguntas e em muitos momentos chorou falando do seu trabalho e da importância do cuidado na vida das crianças. Relatou que quando sai de folga não consegue ficar na sua residência própria e quer voltar no mesmo dia para a casa lar. Sendo que esta foi a entrevista que durou mais tempo: cerca de 40 minutos.

4.4 QUEM SÃO AS MARIAS DA PESQUISA?

Neste tópico descreve-se quem são as entrevistadas. Ao analisar-se um pouco da história dessas mulheres optou-se por escolher nomes compostos. Todas foram nomeadas com o primeiro nome de “Maria” tendo como inspiração a canção “Maria Maria” de composição de Milton Nascimento e Fernando Brant na voz de Elis Regina:

Maria, Maria
 É um dom, uma certa magia,
 Uma força que nos alerta
 Uma mulher que merece viver e amar
 Como outra qualquer do planeta
 Maria, Maria
 É o som, é a cor, é o suor
 É a dose mais forte e lenta
 De uma gente que ri quando deve chorar
 E não vive, apenas aguenta
 Lêre,lare,lêre,lare.lêre,larê
 Mas é preciso ter força
 É preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo uma marca
 Maria, Maria
 Mistura a dor e a alegria
 Mas é preciso ter manha
 É preciso ter graça
 É preciso ter sonho sempre
 Quem traz na pele essa marca
 Possui a estranha mania
 De ter fé na vida

A escolha pelo nome próprio **Maria** também retrata a questão do cuidado, da missão, do amor em relação ao significado da Maria, mãe de Jesus, o qual representa, para muitas mulheres, o sentido do amor maternal e fraternal e o segundo nome escolhido tem relação às mulheres que foram militantes, guerreiras, lutadoras e enfrentaram os obstáculos machistas, conservadores de relações desiguais para alcançarem seus ideais.

4.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS CUIDADORAS SOCIAIS

QUADRO 1 1: DADOS DO PERFIL DAS CUIDADORAS SOCIAIS ENTREVISTADAS.

Casa	Cuidadoras Sociais ¹⁶	Idade	Escolaridade	Estado civil	Religião	Moradia	Salário	Filhos	Tempo de trabalho em meses
03	Maria Heleieth Saffiot	43	Ensino Fundamental Completo	Casada	Evangélica	Própria	R\$ 2.000,00	sim	60 meses
03	Maria Jenny Marx	33	Ensino Médio Completo	Casada	Católica	Própria	R\$ 1.500,00	sim	144 meses
02	Maria Frida Kahlo	36	Superior Cursando Graduação	Divorciada	Evangélica	Cedida	R\$ 1.070,00	sim	1 mês
02	Maria Simone de Beauvoir	43	Ensino Médio Completo	Solteira	Católica	Própria	R\$ 1.000,00	sim	14 meses
02	Maria Rosa Luxemburgo	42	Ensino Fundamental Incompleto	Solteira	Católica	Própria	R\$ 1.200,00	sim	26 meses
02	Maria Nísia Floresta	50	Superior Incompleto	Viúva	Evangélica	Cedida	R\$1.020,00	sim	3 meses
02	Maria Anita Garibaldi	41	Ensino Médio Completo	Casada	Evangélica	Própria	R\$ 1.380,00	sim	43 meses
02	Maria Lélia Gonçalves	36	Ensino Superior Incompleto	Solteira	Evangélica	Alugada	R\$ 1.140,00	não	8 meses
01	Maria Clara Zektin	35	Ensino Médio Completo	Casada	Católica	Própria	R\$ 1.100,00	sim	6 meses
01	Maria Pagu	32	Ensino Fundamental Completo	Casada	Católica	Própria	R\$ 1.100,00	sim	7 meses
01	Maria Laudelina de Campos Melo	36	Ensino Médio Completo	Casada	Católica	Própria	R\$ 1.100,00	sim	6 meses
01	Maria Rose Marie Muraro	23	Ensino Médio Completo	solteira	Evangélica	Própria	R\$ 1.100,00	não	6 meses
01	Maria Olga Benário	30	Ensino Fundamental Completo	Casada	Católica	Própria	R\$1.100,00	sim	2 meses
01	Maria Cora Carolina	30	Ensino Médio Completo	Solteira	Evangélica	Alugada	R\$ 1.280,00	sim	6 meses
01	Maria Dandara Zumbi	23	Ensino Médio Completo	Solteira	Católica	Própria	R\$ 1.100,00	não	6 meses

Fonte: Entrevistas (Elaboração Própria, 2016).

¹⁶ As referências dos nomes compostos das entrevistadas encontram-se no apêndice D.

O perfil social das entrevistadas demonstra que 04 (quatro) das participantes tem idade entre 20 a 30 anos, já 06 (seis) das pesquisadas tem idade entre 31 a 40 anos e as profissionais com mais de 41 anos são 05 (cinco).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, os dados demonstram que a maioria possui o ensino médio completo, isto é, 08 (oito) das entrevistadas. Em relação ao ensino fundamental completo três cuidadoras sociais possuem e uma não terminou o ensino fundamental. No caso do ensino superior há 03 (três) pesquisadas com ensino superior incompleto, entretanto, duas não estão cursando e uma está cursando. Em se tratando da religião, oito entrevistadas informaram que são católicas e 07 (sete) evangélicas. No quesito da moradia, 11 (onze) participantes informaram ter casa própria, 02 (duas) alugadas e 02 (duas) cedidas. Essa pergunta foi feita no questionário para verificar se uma das intenções de trabalharem como cuidadora social estava associada ao fato de não terem uma moradia própria.

Sobre o estado civil, 07 (sete) das mulheres são casadas, 06 (seis) são solteiras, 1(uma) viúva e 1 (uma) divorciada. Em relação a filhos/as, 12 (doze) cuidadoras possuem filhos e três não possuem. Após a colocação do perfil das pesquisadas prosseguiu-se em direção à análise dos dados, sendo que foram elencadas três categorias para esse processo:

- I. Maria? Presente!
- II. Dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais.
- III. (Des) valorização do trabalho.

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo a análise dos dados e resultados a partir das falas das entrevistadas construímos três categorias.

5.1.1 MARIA? PRESENTE!

Escolheu-se o nome dessa categoria **Maria? Presente!**, em virtude da relação que se constrói diariamente entre as cuidadoras sociais, as crianças acolhidas, os filhos biológicos, os companheiros dessas trabalhadoras e a equipe técnica dos lares, pois, há a percepção de que as mulheres que se dispõem a exercer essas atividades vivenciam o ser cuidadora social para além das funções profissionais, pois, como evidenciam algumas falas das mesmas, elas trazem em sua prática diária um **fazer profissional** embasado em uma construção do que é ser mãe dos/as seus/suas filhos/as biológicos/as ou como foi ser cuidada por suas mães biológicas e transformam esse acúmulo de experiências afetivas, emocionais, culturais e sociais em práticas diárias com o seu público de atendimento. Trazendo como ênfase nas suas ações a idealização do **amor maternal, amor fraternal, amor ao próximo** e a necessidade de se fazer presente constantemente na vida dessas crianças e adolescentes e de construir um vínculo materno. Neste sentido, as falas na sequência retratam a **idealização do amor materno** dessas mulheres pelas crianças e adolescentes cuidados, assim como a concepção de mãe que elas nutrem pelas crianças acolhidas.

Perguntou-se às entrevistadas: Você se considera de alguma forma mãe dessas crianças e adolescentes? E muitas mulheres de forma direta ou indiretamente apontaram que se consideram mães das crianças e adolescentes acolhidos/as como demonstram as falas a seguir:

Considero! (risos) como se fosse meu filho. Tem horas que parece engraçado a gente pensa que é filho da gente, né! Às vezes a gente chama pra conversar, não faça isso! Não faça aquilo! Não sei o que, não sei o que! Daqui a pouco a gente pensa nossa, mais, né! Não sou a mãe deles! Mas, enquanto eles tivé aqui eu sou mãe deles sim! Vou conversar! O que tem que fazer por eles vou fazê, vou batalhá, vou conversar, vou explicar, vou falar a verdade. Vou batalha por eles, enquanto estiver aqui, tô batalhando. (Maria Heleieth Saffioti, casa lar III, grifos nossos)

É, de certa forma. Aqui no serviço com eles, a gente é uma mãe para eles. (Maria Pagu, casa lar I, grifos nossos)

Sempre. (Maria Clara Zektin, casa1)

De uma certa forma sim, porque a gente está fazendo um papel que é dela. (Maria Dandara Zumbi, casa 1, grifos nossos)

Enquanto eu tô aqui sim! E muitas vezes a gente vai embora preocupada se aconteceu alguma coisa! Se não tá bem! É complicado! (Maria Laudelina de Campos Melo, casa 1, grifos nossos)

Pior que a gente se considera, porque a gente tem eles como filhos. Aqui é amor de mãe e filha, e nada além. (Maria Cora Carolina, Casa lar I, grifos nossos)

Eu me considero. (Maria Olga Benário, casa lar I):

Sim, sim, sim. Não tem como fazer essa separação? Não, não tem como. (Maria Rosa Luxenburgo, casa lar II)

A concepção do amor materno é algo construído socialmente, pois é fato que a história demonstrou que a mulher nem sempre esteve exercendo um papel de devoção e dedicação total aos filhos e que a construção do amor maternal começou a partir do século XV e XVI.

Antes, os sentimentos de amor materno, amor pela família e cuidado à infância não tinham o viés dos dias atuais. Como aponta Ariès (1981), antes do século XV, já havia a instituição família¹⁷, porém não na concepção moderna, pois os filhos/as não eram responsabilidade das mães da classe nobre e eram enviados a mulheres camponesas para que essas cuidassem e amamentassem essas crianças, até atingirem uma certa idade. Até mesmo as mulheres das classes sociais menos favorecidas, não nutriam pelos seus filhos/as um amor maternal como se conhece hoje em dia. Todavia, essa percepção foi sendo construída através da valorização do papel da mulher enquanto **guardiã do Lar** e no Brasil a partir do século XIX, principalmente pelos discursos dos médicos sanitaristas (BADINTER, 1985).

As falas das entrevistadas apresentadas demonstram a concepção de amor materno e de responsabilidade para além das funções de cuidado, em uma concepção profissional, para com as crianças e adolescentes e isso fica claro na fala de Maria Dandara Zumbi, ao contextualizar a sua rotina de cuidado com eles associando esse cuidado ao **papel de mãe**, ou seja, de forma subjetiva, expressa que os afazeres que ela está tendo junto ao seu público de atendimento são obrigação da mãe biológica e na falta dessa mãe, a cuidadora se apropria desta função.

Maria Laudelina de Campos Melo, ao afirmar que a relação entre ela e as crianças/adolescentes transcende o espaço da casa lar, também segue na mesma linha de reflexão de Maria Dandara, pois citou que muitas vezes vai embora preocupada com o bem-estar das crianças e adolescentes.

¹⁷ A concepção de família pode ser entendida como “ [...] uma instituição social, histórica, cultural e pode assumir configurações diversificadas conforme os grupos e classes sociais. ” (SILVA; TAVARES, 2015, p. 79)

Neste sentido, as falas apresentam a percepção da busca pela família nuclear, que mesmo diante dos novos arranjos familiares na atualidade permanece no imaginário da sociedade de forma hegemônica. A busca pela família nuclear estabelece à mulher o papel central no contexto da reprodução do trabalho, reiterando a divisão social sexual e doméstica do trabalho de forma hierárquica, sendo as mulheres as grandes responsáveis pela organização e afazeres domésticos.

Logo, para Silva e Tavares (2015) o conceito de idealização das famílias nucleares e tradicionais, constituído na sociedade como padrão normativo, reflete também na constituição da idealização da família nas casas lares, que tentam reproduzir essa concepção e depositam nas cuidadoras sociais essa responsabilidade. Sendo que, essas mulheres, materializam na sua prática de trabalho a busca pela família nuclear tradicional, mesmo estando em um ambiente contrário à idealização dessa família. Os excertos a seguir evidenciam este fato:

*Com certeza, porque eles vêm para cá, nós vamos fazer o papel de mãe. O nome já diz, mãe social. **O que é o papel da mãe? A mãe é ensinar.** Eles vêm para cá, nós vamos ensinar eles **a conviver juntos.** Porque quando eles chegam aqui eles não sabem conviver com o outro. [...] eles têm o perrengue deles, então nós vamos fazer o papel de mãe. Saber interagir naquele momento, explicar, ensinar eles a viverem em conjunto. Quando eles chegam eles não têm muito a noção. Eles chegam, um mora na casa sozinho, seu quarto sozinho, e chegar aqui e dividir com 4, 5. Nós temos que saber interagir entre eles, explicar, ensinar, principalmente ensinar. A gente tem que interagir entre eles para ensiná-los. (Maria Olga Benário, casa lar I, grifos nossos)*

*A gente vai ser o espelho deles. Não que a casa não seja, a gente nunca vai substituir a casa, mas vai ser o referencial que eles vão ter no momento. "Ah, mas a minha mãe me batia, mas meu pai era drogado, mas minha mãe bebia, mas meu pai nunca apareceu em casa, fui criado pelos avós". **Então eles precisam ter um referencial ali, o referencial é a educadora que está dentro de casa.** Por mais que tenha psicóloga para acompanhar, a pedagoga, a nutricionista, mas são áreas específicas. Dia a dia, quem acompanha é quem está com eles no dia a dia. Então a gente acaba de ser o espelho para eles. Por mais que a gente fale, a gente vai ter que suprir algo que a família deveria estar suprindo. E que em algum momento se perdeu. Então eu acho que seria isso, o espelho. (Maria Frida, casa lar II, grifos nossos)*

Na percepção individual dessas cuidadoras, sua função de alguma forma é reproduzir o papel de mãe dessas crianças tendo como obrigação proporcionar a interação, o ensino e a convivência com os demais. Porém, elas têm a noção que essas crianças/adolescentes têm suas origens em núcleos familiares que apresentam questões específicas e plurais, o que torna o trabalho dessas cuidadoras mais complexo.

Desse modo, o amor maternal entra como a tônica para a concretização dessa busca da família perfeita e gera uma desigualdade de gênero no processo da divisão técnica, sexual e doméstica de trabalho.

As formas convencionais de organização da família estão ligadas à reprodução das desigualdades de gênero e correspondem a arranjos cuja divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade por administrar, zelar e dedicar-se aos trabalhos domésticos e cuidados com os membros do grupo familiar.

Outras entrevistadas responderam à pergunta apenas com uma palavra: **sim** ou **sempre**, porém tão carregadas de sentimentos maternos quando as demais, pois contextualizam em uma simples palavra o pertencimento do lugar **mãe**, ao responderem com um **sim** ou com um **sempre**, indicam que se compreendem como mães dessas crianças/adolescentes de forma integral.

Para muitas delas é inconcebível estar na casa lar exercendo a função de cuidadora social e não ter uma relação de mãe e filho/a, o que se justifica pela construção do conceito de amor materno. Nessa vertente, pode-se compreender a percepção do **mito do amor materno** conforme aponta Margareth Rago (2014, p. 103) ao enfatizar esse mito como “[...] instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade”, tendo em vista que essas crianças/adolescentes já sofreram alguma negligência e perdas emocionais e psicológicas, as cuidadoras tomam para si o papel de mãe dessas crianças no sentido de resguardar e proteger das adversidades da vida. Como aponta a fala da Maria Lélia Gonzales (Casa lar II, grifos nossos):

Então eles são crianças assim né que a gente vê que são crianças muito carentes de carinho. Principalmente de pai e de mãe, né! Como a gente tem muito ensinamento assim, sempre é falado né eles saem do pai e da mãe da família deles com problema né! Aí a gente chega aqui a gente tem que tentar solucionar aquele problema.

Na fala de Maria Lélia percebe-se o peso da responsabilidade de dar conta de solucionar o vazio da ausência do pai e da mãe, e se coloca como alternativa da representação da figura materna para suprir a ausência dos pais dessas crianças/adolescentes. O que fica claro também na fala da Maria Dandara Zumbi (Casa lar I) ao explicitar que:

[...] porque quem responde por eles é a gente, a gente tem que dar banho, a gente leva pra escola, dá comida, ajuda nas tarefas. Tudo que eles vão fazer a gente está junto. De cobrar, dar carinho, saber a hora de cobrar, de dizer não.

Segundo Dirce Barroso França (2008), ao tentar assumir o papel de mãe dessas crianças, mesmo que de forma temporária, pois estão em medida de acolhimento, cria-se uma pseudo ilusão de um laço materno indissociável entre a cuidadora e as crianças/adolescentes que no ato da separação gera a frustração, o vazio, a dor, a falta de

pertencimento, dentre outros danos psicológicos e emocionais. Tendo em vista que no imaginário da reprodução do papel de mãe têm-se que este laço é indissociável e ao correlacionar-se esta questão na relação das crianças e adolescentes atendidos sob medida protetiva de acolhimento institucional, este laço foi rompido mesmo que temporariamente com a família biológica.

Dessa forma, essas crianças e adolescentes estabelecem na relação com as profissionais da pesquisa a oportunidade de viverem essa **idealização do amor materno** em suas vidas e diante das frustrações dessa conjuntura social, psicológica e afetiva, tanto as cuidadoras sociais quanto o público alvo de atendimento vão gerando situações que ocasionam conflitos de falta de pertencimento, de culpabilidade, de fracasso, de rotatividade das profissionais, entre outras circunstâncias. Essa percepção fica clara através das seguintes falas:

*Olha eu tento, tipo assim (risos), por fora não mais por dentro é tudo. Não tem como! **Porque principalmente quando vai embora.** Vai embora a gente fica feliz, vai pa adoção, pa família. **Mas, o coração a gente não tem como você não sentí é difícil (a entrevistada chora e se emociona)! Desculpa aí tá! Mas, não tem como desvincular, você se apega e quando vai embora você tá bem nossa que bom tá super bem com a mãe, com o pai é o que eles precisam né. Mas é assim a gente por dentro sente, né!** (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)*

*Ah! A gente não devia se apegar, **mas a gente se apega.** Porque é que nem eu falo a gente se apega com um bichinho e como é que você não vai se apegar num ser humano e numa pessoa que se tá ali todo dia, né mesmo que nem eles que não são bebê, são grandes mas mesmo assim, é difícil. **Que nem os meus já foram trocados de casa, né e foram e já voltou.** Tinha uma pessoa agora já é outro, né! Teve gente que já saiu da minha casa, que foi embora, que com 18 anos. Já teve o que foram adotados, né! **Então uma coisa assim que na hora você fica assim meio perdido.** (Maria Simone de Beauvoir, casa lar II, grifos nossos)*

A profissional Maria Anita Garibaldi enfatiza a angústia do desligamento com seu público de atendimento e o sofrimento que esses momentos trazem para ela demonstrando isso na sua fala e no choro que se fez constante em diversos momentos da entrevista. Assim também, Maria Simone de Beauvoir, demonstra se sentir perdida no decorrer do processo de afastamento das crianças/adolescentes quando as mesmas trocam de casas ou vão embora, mesmo ressaltando que em muitos casos percebe que é o melhor para elas, a cuidadora, transpassa a angústia desses momentos com certa impotência de dar conta desses sentimentos.

Estes relatos podem ser compreendidos a partir da percepção abordada por Koury (2009) que tem como foco central o entendimento dos fenômenos emocionais a partir de uma construção social que tem ligação direta com as questões emocionais dos

sujeitos, ou seja, adentra na subjetividade do ser humano, sem descolar essa subjetividade das relações sociais e culturais, principalmente no universo do trabalho.

No contexto, do trabalho das cuidadoras sociais em casas lares, percebe-se que o trabalho exercido por essas mulheres tem um sentido reprodutivo. Está ligado a ações de afazeres domésticos, com a aglutinação de relações impregnadas por questões emocionais e psicológicas. Neste viés, a construção das emoções e sentimentos pelo público de atendimento tem uma ação mais direta por se tratar do universo de crianças e adolescentes e pela naturalização de características como afeto, docilidade, amor, tranquilidade, generosidade e paciência típicas do gênero feminino. Estas características perpassam a conjuntura das relações sociais e atingem a prática profissional dessas mulheres que veem na casa lar uma extensão da sua própria casa:

[...] mas eu acredito que eu tô fazendo um grande bem na vida delas. Porque eu tô dando o que elas talvez nunca tiveram. Amor verdadeiro, amor sincero, educação, eh... sabe, horários, regras. Assim, coisas que eu fiz com meus filhos. (Maria Nísia Florestan, casa lar II)

Aí, a gente faz o papel da mãe deles na verdade. Eles são tirados da mãe, vem aqui, basicamente a gente faz o papel de mãe. Ajuda nas tarefas, dá um colo, dá um abraço, ajuda a limpar um quarto, arrumar a cama, arrumar o guarda-roupa. (Maria Dandara Zumbi, casa lar I)

Todavia, algumas falas também apontam a necessidade de manter um distanciamento entre a concepção de mãe para outra concepção como de tia ou madrinha. Alguém que nutre um amor, mas, não o amor maternal. Como indicam as seguintes falas:

*Na verdade não adianta, a gente tem um carinho, **mas mãe assim, a gente tem que saber separar isso, porque todos voltam para a família, ou são adotados.** Então não tem porque pegar tanto afeto, porque vai ser ruim para a gente e para eles também. Tem que saber separar isso. Isso é explicado, é bem melhor separar, porque depois o sofrimento é tanto para eles quanto para a gente. É, a gente tem que saber que eles vão sair daqui com a vida muito melhor, os que são adotados, os que conseguem voltar para a família. Já tem o amor de mãe. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos)*

*Isso. Assim, **eu tenho um grande amor por eles, um grande, grande amor por eles, nossa. Mas não é amor de mãe como eu tenho pelos meus três filhos.** Eu sei, eu sei diferenciar esse amor. Mas é um amor... prazeroso, é um amor gostoso, é uma convivência maravilhosa. É, é, é... É uma troca. É um amor maravilhoso. É uma coisa muito gostosa. (Maria Nísia Floresta, casa lar II, grifos nossos)*

***Eu me considero aquela tia madrinha, sabe aquela vó com mais açúcar! Eu acho que suprir o papel da mãe nunca.** Se eu tivesse com os pequeninhos, de meses a um ano, dois, eu acho que eu não conseguiria separar o que é meu e o que não é. Porque você acaba pegando o amor. Agora, deles que tão na idade de afronta, idade que hoje estou de boa, dali 5 minutos estou virado, eu acho que sou aquela tia que aconselha, que senta, que dá colo, que puxa a orelha. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)*

As falas das três profissionais apontam uma recusa a se identificarem como mães das crianças/adolescentes. Porém, nutrem o amor por elas, tentando separar essa

construção do amor com o amor maternal, mas, nas entrelinhas das falas, percebe-se que esta é uma linha tênue, pois como aponta Maria Frida Kahlo que ao se colocar como **madrinha** ou **vó com açúcar** de certa forma também acaba-se criando um vínculo maternal com o público de atendimento. E o próprio nome que ainda rege a atribuição da cuidadora social reforça a condição de mãe, pois grande parte dessas mulheres está regida pela Lei da Mãe Social (Lei nº 7.644,1987) que em seu texto enfatiza no artigo 1º que as instituições sem fins lucrativos contratarão **mães sociais** com o intuito de proporcionar às crianças/adolescentes, em acolhimento institucional, as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social. No artigo 2º da mesma legislação salienta-se que mãe social é aquela pessoa que vai se dedicar à/ao criança/adolescente de forma assistencial dentro das casas-lares. Desta forma, a própria legislação naturaliza o papel dessas mulheres como mãe social.

Entretanto, foi criada em 2009 as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que retifica o nome mãe social, para cuidadoras sociais. Mas, mesmo assim, as profissionais dessa área não se apropriaram da terminologia e do sentido de ser cuidadora em ao invés de ser mãe social. E como enfatiza França (2008, p. 02) “Assim entendido, mãe-social deixa de ser uma profissão para ser um exercício de dedicação e amor”.

Neste sentido, as falas remetem a concepção de uma mãe social que tenta a todo instante reproduzir a vivência da experiência materna concretizada em sua prática de cuidado com seus próprios filhos ou a vivência de ter sido cuidada pela sua mãe biológica. Algumas demonstram isso de forma explícita outras de forma implícita. No contexto do acolhimento institucional elas vivem a experiência da ambiguidade, entre exercer o papel de mãe que tem um cunho singular e o papel social que é coletivo e remete ao cuidado das/os crianças/adolescentes, com histórias de vida diferentes, plurais e com inúmeras especificidades. Pois, cada uma tem sua própria história.

Para Maria Lélia Gonzales (Casa lar II, grifos nossos) o termo mãe é considerado por ela muito forte e ela coloca que:

Acho que mãe?! Mãe é ainda muito forte para mim. Não sou aquela mãe, que não tive meu filho. Eu acho forte. Me sinto uma pessoa muito cuidadora. Que nem esses dias eu estava falando, às vezes eu acho que sou mais cuidadora do que a mãe. Eu sinto que sou assim, eu quero proteger ali de todo o jeito. Quero ver o que está acontecendo, se estiver chovendo não vai para fora.

A sua fala demonstra uma ambiguidade presente, pois ao mesmo tempo em que diz que o termo mãe é muito forte para ela, declara que é uma cuidadora que quer proteger as/os crianças/adolescentes que estão sob seus cuidados de todo o jeito e até cita a questão

da chuva como exemplo. Isto demonstra um cuidado de mãe ou maternal, que ao primeiro olhar, nem a própria entrevistada consegue perceber que sua atuação prática está embasada em ações de cuidado maternal. Nesse sentido, observa-se um padrão de “[...] mulher idealizado por representações sociais que majoritariamente evocam a imagem da mulher/mãe/esposa/dona de casa e reificam os papéis tradicionais de gênero e a antiga dicotomia público privado” (SILVA; TAVARES, 2015, p.87).

Outra questão que foi abordada no questionário foi o que levou a cuidadora social a escolher esta profissão? Muitas das mulheres responderam que o **amor, a paixão:**

Amor às crianças. (Maria Clara Zektin, casa lar I, grifos nossos)

Ah! Porque eu sou apaixonada por criança. (Maria Pagu, casa lar I, grifos nossos)

Tem que ter muita força de vontade, amor [...]. (Maria Cora Carolina, casa lar I, grifos nossos)

Amor, amor. Se você não tiver amor, você não vai. É amor mesmo, amor. É abraçar sabe, aquela causa, abraçar mesmo sabe, com vontade, ajudar. É amor. A palavra correta é amor. (Maria Nisia Floresta, casa lar II, grifos nossos)

Ah! Pelo amor né, porque acho que elas precisam de amor, de cuidado, de atenção. A gente trabalhando vai vendo do que elas precisam. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos)

Olha, o amor. Tipo, eu amo esse meu trabalho, às vezes tenho uma folga por semana, vou para minha casa, não vejo a hora de voltar. Porque é o amor, a gente tipo, às vezes a gente nem sabe explicar. (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)

[...] Ah! O amor. (Maria Jenny Marx, casa lar III, grifos nossos)

A palavra amor ou paixão permeiam as falas de muitas entrevistadas. Mas, qual a relação do sentido do amor ou paixão dessas mulheres com o seu trabalho? Percebe-se o amor como cerne do trabalho no sentido de um requisito essencial para a concretização do cuidado dessas mulheres com as crianças/adolescentes acolhidas. Ou seja, para ser **mãe social** no olhar de algumas pesquisadas é necessário ter o amor ou a paixão vista como qualidades essenciais para que consigam materializar a prática do cuidado. Esta relação caminha com o que Winnicott (1994) chama de **mãe suficientemente boa**¹⁸, e nesse caso, as cuidadoras sociais se identificam de certa forma, como mães dessas crianças/adolescentes, o que na concepção delas gera uma necessidade de superar **as falhas** do cuidado por parte dos pais biológicos. Logo, essas trabalhadoras se sentem

¹⁸ “Este termo é utilizado na descrição da dependência que pertence à primeiríssima infância. A implicação é que a saúde mental tem de se fundar, em todos os casos, na mãe, que, na saúde, atende às necessidades que o seu bebê tem de minuto a minuto. O que o bebê precisa, e necessita de modo absoluto, não é algum tipo de perfeição de maternagem, mas uma adaptação suficientemente boa, aquela que faz parte de uma relação viva em que a mãe temporariamente se identifica com o seu bebê”. (WINNICOTT, 1994, p. 37).

responsáveis pelo processo de desenvolvimento das crianças/adolescentes assumindo o papel de **mães** tendo como meta atender todas as necessidades do seu público de atendimento.

Para a autora, a mãe, tem como função ofertar o *holding* (segurar) e o *Handing* (manejar) tendo como objetivo vislumbrar o mundo para a criança. Sendo que o *holding* exercido pela mãe é a forma como ela se identifica com seu/sua filho/a tendo como objetivo transcender a passagem do recém-nascido para a vivência da integração social para além da ligação mãe/bebê. A partir do momento que essas cuidadoras se compreendem como mães do seu público de atendimento, as relações sociais, afetivas e emocionais vivenciadas por elas com as crianças/adolescentes são como relações de mãe-filho/a. A tônica dessa relação se constitui através do significante **amor** que traz em sua subjetividade: o **amor materno**. E no caso das cuidadoras sociais em casas lares há o agravante de que muitas dessas crianças/adolescentes não têm contato com a família biológica e extensa, o que reforça a construção de vínculo materno com as cuidadoras sociais. Segundo as Orientações Técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 70, grifos nossos) deve se ter um olhar atento para o papel exercício pelas cuidadoras sociais:

[...], de modo a que não se pretenda substituir **o lugar e a função dos pais ou da família de origem**. O educador/cuidador residente **não deve ocupar o lugar da mãe ou da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares**, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso. Assim, **recomenda-se a substituição do termo largamente utilizado “mãe/pai social” por educador/cuidador residente**, de modo a evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem, ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida da criança/adolescente no serviço e o investimento insuficiente na reintegração familiar.

Outro fator observado é que, para muitas profissionais, o trabalho tem um cunho assistencialista e voluntário como demonstra a participante Maria Nísia Floresta (casa lar II, grifos nossos):

Na realidade eu sempre tive esse sonho, mas como lá em Londrina nunca teve, então eu fazia trabalhos voluntários - então quando eu descobri eu falei gente achei! Foi o que eu sempre quis né, fazer. [...] É a primeira experiência, como Cuidadora é a primeira. Mas, sempre estive em lares, sempre estive em asilos.

A profissão é vista como a oportunidade de exercer um voluntariado, na fala da participante Maria Nísia Floresta percebe-se que para a entrevistada a profissão é o cenário ideal para **ajudar o próximo**.

5.2 DIFICULDADES E GRATIFICAÇÕES DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DAS CUIDADORAS SOCIAIS

Nesta categoria, buscou-se evidenciar as fragilidades e potencialidades do trabalho a partir da percepção das próprias entrevistadas.

5.2.1 DIFICULDADES APRESENTADAS NO PROCESSO DE TRABALHO

Algumas entrevistadas demonstraram que a pluralidade de crianças e adolescentes nas casas lares, somada às histórias de vida diversas e em fase de desenvolvimento diferentes, constituem algumas das dificuldades e fragilidades para a concretização dos afazeres diários:

Cada um tem um pensamento diferente! Uma reação diferente! Uma atitude diferente. E eu tenho que saber lidar com todos eles. Com as diferenças deles. Isso pra mim é importante. Agora que eu tô com o pré-adolescente, NOSSA MENINA! Eles assim, cada vez que eu do uma evoluída, que eles entendem meu objetivo. Que eles conseguem se relacionar comigo de forma natural assim, sabe sem às vezes precisar chamar atenção, nossa! Eu fico pulando de alegria. É uma fase difícil. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II, grifos nossos)

Não é que teja muita dificuldade! Depende de cada criança. Porque aqui tem criança de todos os gêneros. A gente tem que aprender a conviver, a entender cada um deles. Porque cada um deles é diferente, tem uns que são tranquilos, tem uns que são agitados e uns que são mais revoltados. Todos juntos desde bebê até 18 anos. Uma de 17; e duas que vão fazer 17. O Vinícius agora é nosso nenê. Mas, nós tava com um bebezinho de dois meses esses dias atrás. (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I, grifos nossos)

As falas acima demonstram a dificuldade de lidar com um público variado em: idade, momentos de vida, desenvolvimento social e psíquico. Pois, em um ambiente de casa lar, questões simples do cotidiano podem se transformar em questões mais complexas, devido ao contexto da vivência na instituição. Nesse sentido, Dayse Cesar Franco Bernardi (2010, p. 76) salienta que:

Cada caso é único. Assim sendo, para compreender as particularidades de crianças e adolescentes, precisamos considerar o que é singular e plural em cada sujeito no contexto em que está inserido. Significa entender como cada caso participa de um sistema mais amplo, que envolve a história social e familiar, a inserção comunitária, a violência estrutural e todas as relações nas quais o sujeito se constrói e é construído como ser social.

Na percepção de Maria Lélia Gonzalez (casa lar II) cada criança tem um pensamento diferente, vivenciam reações diferentes o que coloca como um dos desafios, da rotina de trabalho, a necessidade desta cuidadora saber lidar com cada uma dessas

crianças/adolescentes. Na mesma linha de pensamento, Maria Laudelina (casa lar I) pontua que:

Eles já vêm de casa com uma educação e muitas vezes, aqui, a gente tem que mudar! Aqui a gente tem que reeducar, né! (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I, grifos nossos)

Nesse sentido, saber lidar com as diferentes fases de desenvolvimento desse público se constitui como uma das dificuldades do trabalho diário, pois ao mesmo tempo que as cuidadoras têm que dar conta de atender as crianças/adolescentes nas suas especificidades, também têm que ter um olhar voltado para o coletivo, pois compreender esse sujeito nas suas necessidades particulares “[...] não significa descontextualizá-lo como parte de uma situação social coletiva. Cada indivíduo expressa o coletivo que ele vivência em uma realidade conjuntural determinada. É o modo como a pessoa se relaciona com essas situações que configura sua particularidade” (BERNARDI, 2010, p. 75). A fala de Maria Lélia Gonzales (casa lar II) também contextualiza as aflições dessa rotina diária:

Na realidade eu acho que é mais a reação deles, como que eu vou reagir com o comportamento deles que surge durante o dia. Eu acho que isso para mim, a reação deles, o jeito que às vezes acordam, de mal humor. A reação deles para mim, eu me preocupo todo dia com isso. Não tem jeito, eu acordo, ai Jesus! Me ajuda. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II)

A cuidadora social demonstra a ansiedade em lidar com o seu público de atendimento em meio à complexidade de comportamentos que são vivenciados na rotina de um dia de trabalho. O contexto das situações e fenômenos de trabalho, da rotina diária das profissionais, por mais que pareçam como questões imediatas e individuais, têm a subjetividade de uma dinâmica constituída por diferentes fatores, que os concretizam e determinam. Desta forma, essa conjuntura que aparentemente parece individualizada foi construída em condições históricas, sendo necessário considerar-se sua totalidade. Ou seja, vislumbrar cada situação ou caso na sua complexidade diante da realidade posta, buscando a sua apreensão e compreensão diante de determinantes que são construídos no tecido social, como por exemplo: questões sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas que constituem o ser social na sua individualidade, mas, estão interligados em uma dinâmica de totalidade (FÁVERO, 2003).

Lidar com as emoções e reações das crianças e adolescentes em um contexto social que não seja o do acolhimento institucional, como escola, creche, dentre outros espaços já requer uma capacitação profissional que auxilie nas atividades diárias. Em um contexto de acolhimento institucional, que por si só, agrega crianças e adolescentes que de alguma forma foram vítimas de negligências ou violências psicológicas, físicas e/ou

emocionais, intensifica o relacionamento diário, o que produz uma maior instabilidade, gerando a necessidade de uma capacitação no atendimento a esse público. A responsabilidade do cuidado reflete diretamente nas cuidadoras sociais, que tentam reproduzir na sua prática profissional o contexto do que compreendem como um lar, pois, segundo algumas entrevistadas a grande dificuldade se apresenta: na **teimosia, rebeldia ou no temperamento dos acolhidos**.

Tipo, um pouco por causa de eles teimarem, porque tem regras e às vezes eles não querem fazer. Mas sempre a gente vai levando no jeitinho e consegue. (Maria Pagu, casa lar I)

Acho que um pouco rebeldia deles. E parece que assim, o dia que eles estão bem está todo mundo bem, o dia que estão da pá virada está todo mundo. Não pode nem olhar (Maria Dandara Zumbi, casa lar I):

Às vezes é o temperamento deles. Quando você chega aqui, você nunca sabe como é que eles vão estar. Tem dia que você chega e está tudo calmo, que nem está hoje. A dificuldade é essa. Então eu tenho essa dificuldade, é chegar e saber como eles estão. O temperamento deles naquele dia. (Maria Olga Benário, casa lar I)

Percebe-se nas falas acima a insegurança em relação ao estado emocional das crianças e adolescentes como uma das dificuldades do trabalho das cuidadoras sociais, pois as falas evidenciam a instabilidade emocional e psicológica do público de atendimento e esse contexto se apresenta uma vez que a demanda de trabalho se constitui em um público que demanda uma maior atenção no quesito da própria autoestima. Já que essas crianças/adolescentes vivenciaram na sua família de origem experiências de opressão, humilhação, negação do cuidado, gerando um sentimento de insegurança e que, muitas vezes, não são explicitados de forma clara, tendo na teimosia, na agressividade, na hostilidade a forma de se expressar (GUARÁ, 2006). Sendo, nesse processo, a atuação da cuidadora de suma importância para auxiliar essas crianças e adolescentes, na superação dessas dificuldades e na construção da sua autoestima. Deste modo, uma das entrevistadas em sua fala, demonstra a utilização de uma estratégia para amenizar as dificuldades com os/as adolescentes do qual é responsável:

*[...]E eles são crianças muito carentes de carinho. Principalmente de pai e de mãe. [...] eles já saem da família deles com problema. **Aí a gente chega aqui, tem que tentar solucionar aquele problema.** Estou com sete em casa, tudo adolescente. [...] Mas, eles evoluíram bastante, eles evoluem bastante. Isso que eu falo. Tanto que a gente joga aquele lance dentro de casa. **O comportamento deles sempre vale**, a gente faz uma proposta. A proposta que a gente fez agora foi de ir numa pizzaria, rodízio de pizza. Então o comportamento deles vale a pizzaria. E é legal porque eles colaboram, eles evoluem no comportamento deles. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II, grifos nossos)*

Maria Lélia expõe que uma das estratégias para trabalhar o comportamento dos adolescentes está relacionada a uma questão de troca/gratificação pelo **bom comportamento**. Segundo a cuidadora, essa prática até o momento da entrevista estava surtindo efeito.

Outro ponto observado em sua fala é a preocupação em conseguir resolver os problemas que os adolescentes trazem em suas histórias de vidas, construídas nas suas famílias biológicas. Porém, corre-se o risco de não se conseguir atender às necessidades emocionais e psicológicas exigidas por esse público, tendo em vista a vulnerabilidade emocional que essas crianças/adolescentes passaram, e o sentimento de impotência diante da demanda desse público, sendo que esse sentimento pode tornar-se um sofrimento diário para essas mulheres. Isto ficou claro na entrevista de uma participante, ao ressaltar a necessidade de fazer terapia com um/a profissional que não seja vinculado/a à instituição de acolhimento, para poder expor as suas angústias, ansiedade e dores vivenciadas no exercício do trabalho:

E algo que eu vi que a cuidadora precisa, não sei que falaram que tinha que agora deu uma parada, mas ela também precisa principalmente a residente, um tempo de eu vou pra uma terapia, eu vou pra soltar o que tá preso, eu vou pra tirar aquela angústia que tá em mim. Que às vezes a angústia tá ali. Olha, mas fulano! Mas ciclano! Até porque a gente também tem uma outra vida. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)

Na percepção de Maria Frida, há o entendimento de um sofrimento psicológico e emocional que gera uma angústia. Ela se sente presa, expondo a necessidade de ter um lugar de escuta para poder desabafar e relatar as angústias diárias:

*[...] A mãe daqui?! Ah não ela tem folga, tem! Não é o fator dela não ter folga é o fator dela **precisar de alguém que compreenda ela nesse momento**. E fala olha vamo sentá no divã da diva! Vamos comê chocolate e bate papo. **E fala pra pessoas que não vão julgar ela**. Ai! Mais eu passei nervoso com fulano. Não, mas é normal você passar que nem eu vejo muito a minha educadora tá comigo, aí tem momento que ela tem aquele ahhhh! Que ela precisaria ter um... e eu calma! É normal da idade! Mas a gente que isso aí não é que ela não esteja preparada, **mas isso é porque ela tá sobrecarregada, então se ela tiver alguém que ela possa sentar conversar, sem julgar, o que um terapeuta e um psicólogo faz, não te julga ele só te escuta**. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)*

A entrevistada Maria Frida expõe a necessidade de ter um espaço que vai além do lugar de fala, mas que ela possa ser ouvida sem julgamento, que ela possa desabafar e ser compreendida naquele espaço como alguém que tem suas limitações e desafios na rotina diária de seu trabalho. Essa percepção de Maria Frida é de uma trabalhadora que passa grande parte do seu dia escutando e tentando mediar conflitos das

crianças/adolescentes e que segundo ela, em certo momento, a vida profissional e a pessoal se entrelaçam:

A gente passa a ter duas vidas: uma vida profissional e a gente também tem a nossa vida pessoal e acaba juntando as duas. Principalmente de quem tá aqui, ela sabe que tem uma vida lá fora, mas ela tem uma vida aqui dentro e ela acaba tem dois filhos fora, mas acaba tendo mais cinco aqui então são sete filhos. Dá aquele troço na cabeça dela que também precisa de um amparo nem que seja de uma vez por mês. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)

Nota-se mais uma dificuldade apresentada na materialização do trabalho das cuidadoras: a não separação entre as atividades do trabalho e a vida pessoal dessas mulheres. Esta mistura se faz principalmente pelo fato de que o trabalho executado por essas mulheres está materializado na prática de uma extensão da vivência dos afazeres domésticos executados em suas vidas privadas. Sendo difícil a separação da vida profissional e vida pessoal. Maria Frida também evidencia a necessidade de manter uma neutralidade e igualdade no trabalho com as crianças e adolescentes acolhidos ao relatar que:

Não, a gente tem que ser neutro, perfeito. Todos são iguais. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)

A partir dessa fala percebe-se a necessidade da cuidadora buscar um atendimento que não privilegie nenhuma criança e/ou adolescente. Entretanto, em um universo de um público de atendimento plural em suas necessidades: físicas, afetivas e emocionais, manter a neutralidade e igualdade no atendimento se torna um desafio diário da rotina de trabalho. Já Maria Anita Garibaldi relata que:

Então esse trabalho nosso é um desafio, é estressante, é cansativo, mas com o tempo você vê que é um trabalho bom, você aprende, ensina e aprende muito com elas. (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)

Maria Anita afirma que o trabalho tem um cunho estressante e cansativo e o faz como desafio no cotidiano. Entretanto, ressalta que com o tempo há uma troca de aprendizagem com as crianças e adolescentes. Percebe-se na fala de Maria Anita que a profissão para ela tem um cunho educativo e de troca de saberes:

Portanto, o cotidiano de um abrigo pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam aos educadores e abrigados construir juntos um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de sonhos e projetos de futuro, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças. (GUARÁ, 2006, p. 67)

Na fala de Maria Lélia se fez presente em sua fala o medo de ser julgada pela equipe técnica da Instituição ao apontar as dificuldades, angústias e sofrimentos

vivenciados no dia a dia do trabalho e uma das alternativas para amenizar essas dificuldades é sair do lar uma vez por mês:

[...] a gente pega um dia pra nós. Um dia vamos lá torr! Vamo lá no MC Donald, no Subway, em algum lugar. A gente vai para espaiar a cabeça ou marca com uma colega vai pro cinema, faz alguma coisa. Porque as vezes no lar aonde ela tá se ela vai falar com a equipe técnica vão acabar tomando outras providências que não são necessária, ela só precisa alguém para desabafar. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II, grifos nossos)

A entrevistada demonstra preocupação em relatar questões do cotidiano do seu trabalho à equipe técnica por temer ser mal compreendida e, por isto, sofrer algum tipo de punição. Nesta percepção, Isa Maria Ferreira da Rosa Guará (2006, p. 68) salienta que “As crianças e os adolescentes precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto”. Logo, a equipe técnica tem um papel primordial no auxílio da materialização do trabalho da cuidadora com as crianças/adolescentes acolhidos/as.

Outra dificuldade que apareceu nas falas foi em relação a distância do local de trabalho e a residência da profissional:

A distância. Moro em uma cidade da região metropolitana de Curitiba e trabalho em outra. Dependendo dos ônibus, 2 horas, porque você vai nos terminais. (Maria Clara Zektin, casa lar I).

A cuidadora social Maria Clara tem sua jornada de trabalho em escala de 12 por 36, pois não trabalha como cuidadora residente. Coloca como dificuldade a locomoção, até porque há outras profissionais que trabalham com apenas uma folga semanal, Maria Clara se desloca mais vezes até o seu local de trabalho. Já para Maria Anita Garibaldi uma das dificuldades é a

*Chegada de criança nova, que é o mais difícil para você chegar a conhecer, a ver como você vai trabalhar com aquela criança. Porque cada criança é diferente uma da outra. Por exemplo eu tenho oito e chega mais uma. Essa hora é bem tipo, primeiras semanas é bem estressante. **Se você não tiver um controle, você desiste, larga tudo.** O mais difícil é quando chegam crianças novas. **Porque desestabiliza tudo, mistura tudo.** Ciúmes, aquela coisa é um estresse bem difícil. Agora estou com cinco. Mas quando eu fui para a casa de passagem, a primeira vez que eu fui mãe social eu fiquei com 18 crianças. (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)*

Para Maria Anita a entrada na casa lar de uma nova criança é vista como uma dificuldade para a prática do seu trabalho, porque ela estabelece uma rotina de cuidado com as crianças/adolescentes que estão sob a sua responsabilidade. Diante da entrada de um novo membro, essa rotina é quebrada e gera a necessidade de rever toda a prática de trabalho, o que para a cuidadora, pode suscitar momentos de estresse até a nova criança/adolescente se adaptar a rotina da casa, assim como para as que já estão no lar e

a própria cuidadora. Observa-se na fala da entrevistada que a grande mediadora é a cuidadora social em relação a conciliar os conflitos entre o novo integrante do grupo e os demais. Logo, a cuidadora tem um papel de amenizar os conflitos e auxiliar a criança/adolescente no processo de desenvolvimento das suas emoções, linguagem, curiosidade, cognição, dentre outros. Caso a criança seja negligenciada em algum desses pontos, pode desenvolver sentimentos de angústia, carência de afetividade, raiva, culpa e depressão. (BARROS; FIAMENGHI JR, 2007).

A questão da resistência às regras por parte principalmente dos adolescentes se fez presente em uma das falas:

*Na verdade, talvez **uma resistência da parte principalmente da adolescência acima de 12 anos, que eles acham que já são independentes. Porque muitos já se viram em casa sozinho. Acho que isso, passar que isso não pode, isso tem regras. Tem alguns que resistem.** (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos)*

A dificuldade de estabelecer **regras** com os/as adolescentes é vista por Maria Rosa como um ponto complexo da relação de cuidado. A fase da adolescência é um período em que os mesmos testam os limites, as regras, as normas. Nesta fase há mudança de humor e insegurança. São questões presentes no processo de desenvolvimento dos/as adolescentes e no ambiente de acolhimento institucional estas questões podem ter maior intensidade, principalmente dependendo do contexto de negligência e violação de direitos que o/a adolescente sofreu.

Como alternativa pedagógica Galheigo (2003) salienta a importância de se construir grupos de discussão da rotina diária dos acolhimentos institucionais que englobe toda a equipe de trabalho das casas lares e ressalta a importância das crianças e adolescentes fazerem parte dos grupos de discussões, tendo como objetivo o esclarecimento de conflitos diários e a construção das normas - regras que serão adotadas na rotina da instituição. Havendo assim uma construção democrática e participativa. Segundo Galheigo (2003, p. 93) “Este processo possibilita a aprendizagem das convenções sociais não como o cumprimento de determinações autoritárias dos dirigentes, mas como parte da construção de uma vida saudável onde a livre expressão e a justiça social são princípios essenciais”.

Durante o processo de entrevista em relação ao quesito dificuldade, três participantes informaram que não tem nenhuma dificuldade no cotidiano do seu trabalho:

*Eu assim, **eu não vejo nenhuma dificuldade.** Porque se a gente precisa pra médico, a gente tem, todos eles têm plano. É fácil os acessos aqui pra a gente levar, tanto dia de semana como final de semana. **E porque às vezes demora***

dependendo do que você vai fazer, o que que tá acontecendo com a pessoa.
(Maria Simone de Beauvoir, casa lar II, grifos nossos)

E se eu falar para você que eu não tenho dificuldade? Não tenho dificuldades.
(Maria Jenny Marx, casa lar III)

Dificuldade?! Acho que eu não acho muito dificuldade. Tudo tranquilo. Não acho dificuldade não! (Maria Heleieth Saffioti, casa lar III)

A negação das dificuldades na rotina de trabalho pode ser considerada como uma forma de materialização do amor maternal, ou seja, na subjetividade está contida, de certa forma, a percepção de como muitas dessas mulheres compreendem a atribuição dos seus afazeres. Ou seja, uma extensão dos afazeres exercidos nas suas vidas privadas e uma reconfiguração do amor materno. Desta forma, no imaginário de muitas delas, o amor materno é incontestável e logo não pode ser visto como algo dificultoso e sim como uma **benção divina**.

Na fala de Maria Nísia Floresta (casa lar II, grifos nossos) as crianças acolhidas apresentam uma **índole** que vem dos pais, e não parecem ser tão carentes como ela pensava antes de começar a trabalhar no lar:

*As maiores dificuldades. Deixa eu pensar. As maiores dificuldades? Assim, eh... eu descobri, porque assim, a gente, quando você está fora você vê de um jeito. E quando você está dentro você vê de outra forma, né! Então eu descobri que elas não são tão carentes como elas parecem que são. Então, eu descobri isso. **Que, que a carência delas, assim, que elas demonstram, no fundinho tem a aquela índole que vem do pai, da mãe, da família.** Eu descobri isso. [...] Mas, hoje eu descobri. Só que eu vejo como natural, porque elas. **Faz parte do que elas viveram, da vivência da casa, da família.** Exatamente. **É porque, eh, eh, eh... cada uma delas tem uma, uma história para contar. Então cada história é cabulosa, é assustadora. Coisa que a gente nunca passou, que a gente nem imaginava que uma criança ia passar.** Isso, isso, então você vê assim, puxa vida, mas ela faz isso, ela faz isso por quê? Ela quer chamar a atenção, alguma coisa, algum problema ela tá. Então vamo cuidar daquilo ali.*

A percepção de Maria Nísia demonstra uma culpabilização da família e da própria criança pela sua história de vida. Mesmo o acolhimento institucional sendo um lugar de circulação e provisório a criança/adolescente que passa por esse espaço deve ter resguardado sua história de vida, uma vez que “Na infância, tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades abertas ou fechadas, que conformam o que somos e o que podemos ser num campo simbólico de boas lembranças e também de esquecimentos” (GUARÁ, 2007, p. 67).

Apesar de a cuidadora Maria Nísia ter consciência de que as crianças sofreram e viveram algum tipo de violência e negligência que muitos adultos nunca passaram, em seu imaginário, as crianças, em medida de acolhimento, trazem uma índole dos pais que na sua concepção é constituída de forma natural. Cabe ressaltar que isso não ocorre de

forma automatizada, mesmo vivenciando situações de violências e/ou negligências nos núcleos familiares a criança e adolescente podem não apresentar tais características.

5.2.2 GRATIFICAÇÕES DO TRABALHO NA PERCEPÇÃO DAS CUIDADORAS SOCIAIS

Nesse tópico buscou-se compreender como as trabalhadoras do cuidado percebem/sentem as gratificações do trabalho no cotidiano das casas lares. Deste modo, para muitas participantes a gratificação está ligada ao reconhecimento através de um abraço, um beijo, a demonstração de um carinho como apontam as falas a seguir:

*O reconhecimento deles. Quando eu falo alguma coisa para eles, que eles fizeram errado, e chegarem em mim, tiveram a confiança de contar o erro deles para mim, isso não tem preço. Porque eles reconhecem o que eles fazem de errado. Daí chegam, hoje estou chorando, hoje estou muito sentido. Mas isso para mim não tem preço que pague o carinho que eles têm com a gente no momento em que a gente chama a atenção deles. Eles falam, "tia, fui eu que fiz, fui eu que errei". Nossa, para mim não tem preço. Hoje estou tão feliz. Um dos adolescentes mais rebelde que eu tinha. Aí agora ele começou essa semana, já há duas semanas ele vem com um comportamento diferente, sabe? Eu acordei feliz da vida. **Estou chorando de felicidade.** (Choro) (Maria Lélia Gonzales, casa lar II, grifos nossos)*

O sorriso! O carinho deles! Porque eles se apegam com a gente do mesmo jeito que a gente se apega com eles. Quando você chega eles ficam felizes. Quando você vai embora eles vêm dar abraço! Tchau, tia então é gratificante! Eles se tornam gratificantes pra gente desde um sorriso. Você fez um gesto pra eles já se torna uma coisa gratificante! (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I, grifos nossos)

O sorriso deles, o abraço deles quando a gente chega. O carinho deles pela gente. (Maria Cora Carolina, casa lar I, grifos nossos)

*Quando a gente chega e todo mundo vem, "tia, tia". **Dá aquele abraço.** Mesmo que seja estressante, isso que recompensa tudo. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos)*

O sorriso deles. Chegar aqui de manhã e ver o sorriso deles. (Maria Jenny Marx, casa lar III, grifos nossos)

Quando a gente chega ali, "oh tia, dá um abraço". Que nem esses dias eles estavam sentados assistindo televisão, não tinha lugar para eu sentar, eu sentei no chão. Daí a menininha veio e sentou, "tia, posso deitar no seu colo?" Estava grandinha já, de 12 anos. Falei, "pode". Daí ficou, comecei a fazer carinho. Daí ela falou, "sabia que eu nunca tive colo da minha mãe?" A gratificação. Ou deles se abrirem, chegarem e conversarem com a gente. Conta isso e aquilo, e perguntar as coisas. A confiança que eles têm na gente, isso é gratificante. É isso que eles veem, isso é gratificante. (Maria Olga Benário, casa lar I, grifos nossos)

Gratificante? Ah! Tudo. Tudo que eu faço pra eles eu acho que nossa, tudo importante. 100%. O dia inteiro que vale a pena eu ficar aqui e não importa, um sorriso, um abraço. Eles chegam mostrando as coisas pra mim da escola. Me chamando de mãe. Meu marido de pai. Então isso aí já é uma coisa gratificante. E chegam contando tudo as coisas: Mamãe, papai oh! Fulano fez isso! Fulano fez aquilo! E não sei o que, não sei o que! Tem que conversar com fulano. (Maria Heleieth Saffioti, casa lar III, grifos nossos)

Aquele sorriso lindo, aqueles abraços apertados. "Tia, eu te amo. Tia, não vai embora. Tia, não sai de folga. Tia, fica aqui com a gente". Quando pulam em cima da cama. "Tia, não vai dormir". (Maria Nísia Floresta, casa lar II, grifos nossos)

Algumas entrevistadas trouxeram a percepção de gratificação voltada para o reconhecimento de saberem que após o desacolhimento as crianças/adolescentes se encontram seguras:

*Olha, é você ver eles te respeitando. E quando vão embora, eles agradecer. E mais para frente você encontrar, que já aconteceu comigo. Já ter amizade pelo (Face) de meninos que eu cuidei. Quatro anos atrás, hoje eles falam, "tia, obrigado". Eles ficavam revoltados, a gente ia com conselho. Isso é uma coisa gratificante, você ver que fez alguma coisa que eles guardaram. Uma palavra de amor, de carinho para eles, isso é gratificante. Então é gratificante você pegar o bebê ali, às vezes ele já está andando, falando. Eu consegui, a criança conseguiu. **É tudo gratificante.** (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)*

*De ver quando, tipo, assim, não... não assim, que é bom que saia, mas a gente vê assim, que eles têm o caminho, **que já saem daqui com estudo, com curso, trabalhando. A gente vê eles desenvolvendo tudo que eles aprenderam, que todo mundo passa, que a equipe passa, que a gente passa.** Apesar que eles estão naquela fase da revolta, não querem muito escutar a gente. [...] **Então é a gratificação disso.** (Maria Simone de Beauvoir, casa lar II, grifos nossos)*

O sentimento de **salvação** também é parte da fala de uma das personagens:

*Sabe aquele, não é ditado, mas que fala assim, a gente não consegue modificar tudo, mas a gente faz diferença com todos. Eu posso não **salvar** todas as estrelas que estão no mar, presas e encalhadas na areia. Eu vejo nesse aspecto, o diferencial para um. Se todo mundo, mundo mesmo, não pensando em casa lar, pensasse assim, eu vou fazer diferença não só para meu filho, vou fazer diferença para meu vizinho. Morador de rua [...]. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)*

As falas dessas mulheres, de forma implícita ou explícita, demonstram que a gratificação, em relação ao trabalho, tem uma relação na percepção do afeto. Logo, o reconhecimento do trabalho delas está de alguma forma ligado diretamente com a noção de ser uma **boa mãe**. Nenhuma das entrevistadas citou a questão financeira como uma forma de gratificação. Este fato leva a inferir que as cuidadoras não percebem nas suas ocupações do trabalho o merecimento de um reconhecimento financeiro, e sim como extensão do ser mãe, uma extensão dos afazeres domésticos vivenciados na esfera privada.

5.3 (DES) VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Nessa categoria buscou-se analisar se a partir das falas das cuidadoras sociais, elas percebem uma (des) valorização do seu trabalho. Optou-se, nessa categoria, por realizar-se a análise das entrevistadas separadas por casas lares, devido ao regime de

trabalho que se diferencia nas instituições e as realidades diversas. Perguntou-se às entrevistadas se chegaram a realizar treinamentos, capacitações e/ou formações profissionais durante a permanência na Casa Lar.

Entrevistadas da Casa Lar I:

Fizemos treinamento antes de entrar. Foi uma semana na casa e a gente teve um treinamento no Pequeno Príncipe (Maria Clara Zektin, casa lar I, grifos nossos)

*Foi feito. Daí foi feita uma no (HC) para **todas foi feito**. Daí nós fomos lá por causa do piazinho que usava crack. (Maria Pagu, casa lar I, grifos nossos)*

Sim. (Maria Dandara Zumbi, casa lar I)

Foi um dia antes da gente começar que a gente ficou com as crianças o dia inteiro e a equipe técnica. (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I, grifos nossos)

Algumas falas das profissionais entrevistadas indicaram que obtiveram um breve treinamento da rotina da casa com a equipe técnica da instituição um dia antes de iniciarem o trabalho. Outras relataram, além do treinamento inicial, um treinamento no Hospital Pequeno Príncipe ou Hospital das Clínicas, para auxiliarem nos casos de haver crianças com quadro de saúde vulnerável. Cabe ressaltar, que das sete entrevistadas, na Casa Lar I nas datas de coleta de dados, cinco estavam na instituição há seis meses. Uma estava há dois meses e outra há três meses.

Compreendeu-se, a partir da fala das próprias entrevistadas, que o treinamento dado não corresponde a uma capacitação profissional ou formação profissional, e sim uma explicação das funções do trabalho de cuidadora social, que ofertou, às trabalhadoras, noções básicas da rotina do trabalho na instituição. Não se está negando a importância do treinamento profissional realizado com as cuidadoras sociais da Casa Lar I, apenas ressalta-se que, diante de uma realidade complexa do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o treinamento deveria ser promovido com mais frequência, pois como aponta Chiavenato (2000, p. 295):

Treinamento é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de um cargo. O treinamento pode desenvolver uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes ou comportamento. Isto significa mudar aquilo que os empregados conhecem como eles trabalham suas atitudes frente ao seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor.

Porém, algumas entrevistadas não receberam nem o treinamento, como indica as falas abaixo:

Não! (Maria Cora Carolina, casa lar I) (Está na função há seis meses).

Ainda não! (Maria Olga Benário, casa lar I) (Está na função há dois meses).

Até agora não. Agora foi feito, mas foi feito para as quatro primeiras, e as quatro de noite, eles fizeram. Mas, no geral foi todo mundo lá na casa, ficar um dia para eles explicarem certinho. Mas, foi a Assistente Social, a diretora da casa, todo pessoal que trabalha na casa mesmo. Daí eu acho que as quatro foram até para o hospital. Quando eu entrei já tinha passado. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos) (Está na função há três meses).

Maria Rosa Marie Muraro relatou que as cuidadoras sociais receberam um treinamento quando entraram na Casa Lar. Porém, até o presente momento não havia recebido este treinamento, sendo que já estava na instituição há três meses. Sendo que este treinamento teve a duração de um dia. A entrevistada também informou que o treinamento não foi efetivado a todas as cuidadoras da instituição.

O treinamento segundo Jean Pierre Marras (2001, p. 145) representa um processo de **apropriação cultural em breve prazo** traçando como objetivo “[...] repassar ou reciclar conhecimento, habilidades ou atitudes relacionadas diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho”. No caso das cuidadoras sociais o treinamento se faz de suma importância, haja vista poder auxiliar na desconstrução da idealização do **amor materno** durante a prática do trabalho diário com as crianças e adolescentes acolhidos. Em relação às Orientações Técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 56) discorrem que:

Constituem características desejáveis aos candidatos (a): motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustração e separação; habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de lidar com conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; pró-atividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional, dentre outras.

No processo de contratação das cuidadoras sociais e demais profissionais que compõem a equipe técnica e de trabalho de uma instituição de acolhimento, as características desejáveis para compor o perfil do/a profissional devem ser observadas durante o processo de contratação, pois:

O reconhecimento de que todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador, impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos. (BRASIL, 2009, p. 56)

Ao perguntar às participantes da pesquisa se já haviam trabalhado em outras instituições como cuidadoras sociais, obteve-se as seguintes respostas:

Não, trabalhei dois anos em (Campo Largo), fiquei grávida. Depois que o nenê nasceu eu saí. Daí fiz o (PSS) aqui e entrei aqui. (Maria Clara Zektin, casa lar I)

Não! (Maria Pagu, casa lar I)

Não! (Maria Dandara Zumbi, casa lar I)

Primeira experiência! (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I)

Primeira! Já trabalhei com criança. (Maria Cora Carolina, casa lar I)

Assim não! A única experiência que eu tenho é na minha igreja, que a gente faz o serviço social com criança. (Maria Olga Benário, casa lar I, grifos nossos)

Eu comecei em 2013, fiquei uns quinze dias fora do (PSS), que eu fiquei em sexto lugar. Mas daí as mulheres foram indo embora e eu voltei novamente. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I)

Nota-se que apenas duas entrevistadas relataram que tinham certa experiência com a profissão. As demais declararam ser aquela a primeira experiência como cuidadora. Maria Olga Benário relatou que a experiência com criança que possui é a partir da vivência na sua igreja, que segundo ela, faz o Serviço Social. Neste sentido, salienta-se que a profissão de Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei 8662/1993 sendo que o exercício da profissão de assistente social está condicionado:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - Os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. (LEI 8662, 1993, p. 43, grifos nossos)

Como a profissão de Serviço Social no Brasil, teve sua gênese ligada aos preceitos da Igreja Católica na década de 1930, ainda hoje muitas pessoas confundem a profissão com ações caritativas e assistencialistas. Porém, ressalta-se que a atuação do profissional de Serviço Social:

Dá-se no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da ‘questão social’, sendo a política social uma mediação fundamental do exercício profissional voltado para a sua formulação, gestão avaliação e financiamento, assim como para a assessoria aos movimentos sociais. Desenvolvemos uma ação educativa na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los e contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos. (IAMAMOTO, 2014, p. 619)

Dentre as entrevistadas, em relação à escolaridade, uma das cuidadoras está cursando Serviço Social e a mesma relatou que:

Por eu estar fazendo Serviço Social, eu queria o que? Ver a realidade com outros olhos[...] não olhos românticos, que tudo funciona, tudo é bonito e tudo

são flores. Então aqui eu estou vendo [...] a realidade do acolhimento da criança, da criança chegando, **não aquela política pública perfeita**, eu estou vendo o lado de quem está sendo fragilizado, quem está chegando. Estou vendo **o dia a dia da criança, da Cuidadora, do lar, e como funciona. Estou vendo um outro lado, o lado que não é tão bonito, ele é mais escancarado. Não sei se consegui deixar claro. Tem que ter mais conhecimento do que é ser Cuidadora. Tem que ter mais palestras, mais preparo teórico**, porque o prático você vai adquirir com bastante tempo. Porque tem situações que acontecem, vamos supor, uma criança chegou, ela foi vítima de um abuso sexual. Qual o procedimento com ela? Não é que a gente tem que tratar ela diferente, mas é um diferencial em saber que ela sofreu isso. **Tenho que tomar cuidado com tais filmes, tomar cuidado com tal postura minha.** Por mais que a mãe não saiba, a educadora não vai saber a história porque ela veio, porque você acaba fazendo diferencial. Aquele sofreu mais, aquele sofreu menos, aquele precisa que eu passe a mãozinha na cabeça. Entretanto, porém, tem coisas que **a gente tem que saber para melhor tratar.** Se é abuso sexual, se foi espancado, se foi uma criança que passava fome. **A gente tem que ter um preparo para ter esse jogo de cintura nessa transição.** Pera aí! Ele faz isso por causa disso, eu tenho que contornar dessa forma. **Mas que forma?** Então pera aí, **eu preciso de um apoio.** Normalmente quem é mãe a vida ensina. Entretanto, porém, **a gente sabe os nossos, que saiu da gente.** Agora, as crianças que estão chegando, chega com 2, com 5, 10, 15, **elas já vem com histórico.** E a gente tem que preservar esse histórico bom, e fazer não que eles esqueçam, mas amortizar a dor do que é ruim. **Então eu acho que para isso a gente deveria ter um preparo, ter um curso, ter palestras psicológicas.** Por mais que a gente tenha uma Psicóloga presente aqui. Mas assim, final de semana a Psicóloga não está aqui, a gente vai ligar para qualquer dor que dá? Não que não seja necessário, mas naqueles primeiros quinze minutos até ela chegar aqui, pode ter acontecido algo mais grave, psicologicamente falando. **Então eu acho que deveria ter esse preparo. Olha, mas Fulano, mas Ciclano.** Porque a gente também tem uma outra vida. **A gente passa a ter duas vidas, uma vida profissional e a gente também tem a nossa vida pessoal. E acaba juntando as duas.** Principalmente quem está aqui. **Eu vou lá para cuidar das crianças.** Se você não tiver o dom, não gostar realmente, não vestir realmente a camisa, não vai resolver. **Você vai se perder e vai perder as crianças junto.** (Maria Frida Kahlo, casa 2, grifos nossos)

A fala da Maria Frida Kahlo abre um leque de percepções da realidade da valorização e desvalorização do trabalho da cuidadora social em acolhimento institucional.

O fato da Cuidadora estar cursando um curso superior amplia o olhar diante da realidade do seu trabalho, pois a partir da teoria apreendida na academia, ela consegue, mesmo de forma ainda imediatista diante da complexidade que é o acolhimento institucional, enfatizar questões importantes da realidade do seu trabalho, como a necessidade de maior apoio nas ações que desenvolve com o seu público de atendimento e a necessidade de conhecer o histórico das crianças/adolescentes atendidos, para conseguir proporcionar um atendimento que venha amenizar as violações de direitos que esse público sofreu. Também ressalta a duplicidade de papéis vivenciada no cotidiano do trabalho ao afirmar que possui duas vidas que se misturam e são difíceis de conseguir-se separar. Pontua a importância de a instituição proporcionar palestras, cursos e trabalhar

contextos teóricos que possam dar suporte às ações práticas do trabalho. Destaca ainda, a importância do espaço da instituição em fornecer conhecimento sobre o que é realmente ser uma cuidadora social.

A fala de Maria Frida evidencia que o ingresso no universo acadêmico, enquanto um processo de formação profissional, despertou seu olhar para além das práticas diárias dos afazeres domésticos do cuidado, elevando sua consciência para a realidade além da colocada como uma naturalização do papel materno, pois como ela mesma argumenta **“Tem que ter mais conhecimento do que é ser Cuidadora. Tem que ter mais palestras, mais preparo teórico, porque o prático você vai adquirir com bastante tempo”**. Percebe-se nesta fala que, mesmo ela exercendo uma profissão diferente do processo de formação profissional que está cursando, a mesma consegue unir teoria e prática, ao analisar a realidade do seu trabalho.

Nessas circunstâncias, Maria Frida Kahlo, demonstra que, ao não dicotomizar teoria e prática ocorre naturalmente a conscientização do processo de trabalho, isto é, a *práxis*.¹⁹ A cuidadora Maria Frida Kahlo ao discorrer que a partir do Serviço Social procurou no acolhimento institucional:

Ver a realidade com outros olhos[...] não olhos românticos, que tudo funciona, tudo é bonito e tudo são flores. Então aqui eu estou vendo [...] a realidade do acolhimento da criança, da criança chegando, não aquela política pública perfeita, eu estou vendo o lado de quem está sendo fragilizado, quem está chegando”.

A Cuidadora Social consegue perceber as dificuldades e complexidades do trabalho no espaço da instituição, o que remete a uma análise e reflexão de que “[...] a *práxis*, que nasce do trabalho, vai além dele afirmando potencialidades que se multiplicam num sujeito que se diferencia” (KONDER, 1992, p. 125).

Maria Frida a partir da busca de querer compreender o contexto da realidade não somente no universo acadêmico, mas diante da prática concreta do cotidiano consegue desmistificar com a apreensão da teoria que no seu campo de trabalho ocorre uma desvalorização e falta de formação profissional. O que gera fragilidades no atendimento

¹⁹ Nessa pesquisa compreendemos esse termo a partir da concepção de uma prática reflexiva, ou seja, “[...] atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que [...] precisa da reflexão, da teoria; e é a teoria que remete à ação” (KONDER, 1992, p. 115).

com seu público alvo. A fala de Maria Frida nos remete a corroborar com Vázquez (1977, p.185), ao pontuar que “ [...] toda *práxis* é atividade, mas nem toda atividade é *práxis*”. Vê-se que foram entrevistados quinze sujeitos significantes durante a pesquisa e a que trouxe uma crítica de forma mais objetiva à realidade do seu trabalho foi Maria Frida Kahlo, a partir da compreensão de uma base teórica iluminando a sua prática do dia-a-dia.

Porém, no final da sua fala a entrevistada relata que: “*Se você não tiver o dom, não gostar realmente, não vestir realmente a camisa, não vai resolver. Você vai se perder e vai perder as crianças junto.*” Esta fala demonstra que mesmo tendo ressaltado a importância de cursos, palestras, formação profissional a cuidadora acredita ser necessário ainda ter-se um **dom** para executar a profissão de cuidadora social. Nessas circunstâncias nota-se a necessidade de uma capacitação inicial junto às cuidadoras sociais para que possam compreender a complexidade do trabalho e desmistificar a questão da naturalização do ser **cuidadora social** associado a um **dom**. Sendo que as Orientações Técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, (BRASIL, 2009, p. 58) trazem em seu documento sugestões de temas relevantes para serem abordados com toda a equipe de trabalho das instituições:

- Apresentação do serviço, suas especificidades e regras de funcionamento;
- Apresentação e discussão do Projeto Político-Pedagógico do serviço;
- Legislação pertinente (SUAS, PNCFC, ECA, dentre outros, além do presente documento);
- Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e rede de políticas públicas - com o intuito de que o profissional compreenda as medidas protetivas, competências e limites de atuação de cada órgão / entidade e articulação entre as instâncias envolvidas;
- Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade) brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites, etc.
- Comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência, etc.;
- Práticas educativas como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;
- Cuidados específicos com crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades específicas de saúde (doença infectocontagiosa ou imunodepressora; transtorno mental; dependência química; etc.);

As sugestões acima abrem um leque de possibilidades de capacitações, formações continuadas e treinamentos que podem auxiliar no cotidiano da prática do

trabalho das cuidadoras sociais. Entretanto, muitas delas não são ofertadas pelas instituições contratantes das cuidadoras sociais. Em relação aos cuidados específicos com crianças/ adolescentes com deficiência ou quadro de saúde vulnerável, algumas cuidadoras sociais da Casa Lar I realizaram um treinamento no hospital Pequeno Príncipe e Hospital das Clínicas. Entretanto, este treinamento não foi estendido a todas as profissionais.

As Entrevistadas da Casa Lar 02 em relação à participação de curso de formação profissional declararam (por exemplo) que:

Sim, já. Mais envolvendo trabalho com criança. Fiz aquele curso, de musicalização, o último foi... foi! (Cuidando e Educando), alguma coisa assim, não vou lembrar direito. Mas foi legal. Já faz uns 7, 8 meses. Durou uns quatro meses que a gente ia a cada quinze dias A gente passava o dia todo lá. (Maria Anita Garibaldi, casa lar II)

Perguntou-se para Maria Anita Garibaldi (Casa Lar II) se o curso lhe agregou conhecimento:

Sim, muito. É isso que a gente percebe em muitos cursos, até na casa eu aprendi muita coisa. Nesse tempo eu estou só aprendendo. Até no primeiro curso que eu participei, a Psicóloga passou, 'gente, quem está no meio de criança, escola, professor, a criança sente como você está. Então se você é agitada, se você às vezes está doente, a criança já percebe'.

As demais entrevistadas da Casa Lar II declararam a respeito da capacitação profissional que:

Já, tivemos uma, sim! Dois dias atrás a gente teve na Igreja Presbiteriana. Na realidade a gente aprendeu muito sobre psicopatia. Uma coisa que quando começa quando criança, essas coisas. Que a gente tem que entender a criança, tentar mudar a cabecinha dele, as atitudes deles. Foi pro lado da Psicologia, foi muito importante para mim. Foi um conhecimento muito profundo que eu tive. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II)

Aqui já, a gente já fez. (Maria Simone de Beauvoir, casa lar II)

*Não deu tempo ainda. Mas já tenho uma agendada, já. **Mas capacitação eu tenho de monte. Em casa, com os irmãos, filhos, criei sozinha.** (Maria Nísia Floresta, casa lar II, grifos nossos)*

Não, nenhuma. Vamos ter uma agora segunda-feira. (Maria Frida Kahlo, casa lar II)

Eu acho que foi... ai meu Deus! Agora não me lembro, foi há três meses atrás, mais ou menos três meses atrás. (Maria Rosa Luxemburgo, casa lar II)

Em relação à capacitação profissional, as trabalhadoras entrevistadas na Casa Lar II demonstraram em suas falas que ocorre uma prática da instituição de ofertar capacitação profissional as cuidadoras sociais, porém as duas funcionárias que não passaram por nenhuma capacitação são as que estão na função há menos tempo. Nesse sentido, percebe-se de certa forma a mesma prática institucional da Casa Lar I: que não

havia sido realizada nenhuma formação com as funcionárias mais novas da casa até o período da realização destas entrevistas.

Outro ponto relevante das entrevistas foi a fala da Maria Nísia Floresta que enfatizou que em relação à capacitação, ela tinha muitas, pois criou sozinha os filhos e os irmãos. Percebe-se nessa fala que a percepção de trabalho está vinculada a experiência em cuidar dos filhos e irmãos e não em decorrência de uma formação profissional.

Ainda, em relação à capacitação profissional, as entrevistadas da Casa Lar III apontaram, que não realizaram nenhuma capacitação, sendo que uma das profissionais está na instituição há doze anos e a outra há 5 anos.

Não! (Maria Jenny Marx, casa lar III) (

Não! (Sempre tem uma palestra assim, mas curso não. (Maria Heleieth Saffioti, casa lar III)

Maria Heleieth Saffioti relatou que participou apenas de palestras, mas que nunca foi ofertado um curso para as cuidadoras sociais. Em relação à necessidade de haver um treinamento para as novas cuidadoras sociais a própria Lei 7.644/1987, que dá suporte a profissão, aborda essa questão ao afirmar que deve-se estabelecer um treinamento antes da efetivação da contratação:

VII. Seleção e Treinamento:

A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a **seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação**. O treinamento será composto **de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, está sob forma de estágio**. (LEI 7644, 1987, grifos nossos)

Para as cuidadoras da Casa Lar II e III que estão regidas pela legislação 7.644/1987, as instituições deveriam, de acordo com a legislação, ter realizado um treinamento que inclui um estágio de 30 dias para depois efetivar a contratação das mesmas. Mas, observou-se em algumas falas das entrevistadas dessas instituições que isso não ocorreu.

As cuidadoras sociais da Casa lar I estão regidas pelas normas do processo seletivo simples (PSS), e exercem uma carga horária diferenciada, pois trabalham 12/36 horas. Porém, isso não significa que não necessitam de uma formação profissional, já que grande parte das cuidadoras não tiveram experiência anterior na área profissional e até porque:

Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento – incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio - é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas “**espírito de solidariedade**”, “**afeto**” e “**boa vontade**”, mas

uma equipe com conhecimento técnico adequado. Para tanto, é importante que seja oferecida **capacitação inicial de qualidade, e formação continuada** a tais profissionais, especialmente aqueles que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas famílias. (BRASIL, 2009, p. 56, grifos nossos).

Outro fator notado foi que tanto a trabalhadora que menos tempo tem de exercício profissional (um mês de atuação) quanto a que tem mais tempo (doze anos), não realizaram formação profissional. Percebe-se que este fato está relacionado ao entendimento da função de cuidadora social de crianças e adolescentes como uma extensão do **ser mãe**. Esta compreensão não ocorre somente por parte das cuidadoras sociais, mas, também pelos empregadores e pela própria sociedade.

Neste sentido, Marilene Maia e Rosangela Barbiani (2003, p.3) ressaltam que “A formação continuada não vem para preencher lacunas da formação inicial, mas para inseminá-la, provocando reflexão e promovendo interrogações de sentido e efetividade”. Nesse sentido, a equipe técnica em um acolhimento institucional de crianças/adolescentes tem um papel crucial para auxiliar no processo de trabalho das cuidadoras sociais, sendo que ao analisar-se as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento, às mesmas direcionam que:

É importante que a **equipe técnica do Serviço de Acolhimento auxilie os educadores/ cuidadores** [...] na oferta de um cuidado individualizado para cada criança e adolescente. Estes profissionais **devem apoiar os educadores/ cuidadores** [...] no exercício de seu papel, contribuindo para uma construção conjunta de estratégias que colaborem para o desenvolvimento de um sistema estruturante para a criança e o adolescente. (BRASIL, 2012, p.53, grifos nossos).

O papel de uma equipe técnica que intervém e auxilia no processo de trabalho das cuidadoras sociais é importantíssimo no acolhimento institucional, e dentro do quadro de profissionais que atuam no acolhimento institucional está o papel do/a assistente social como um dos/as mediadores/as das relações sociais dos sujeitos, que estão nos espaços das instituições de acolhimento, sendo esses sujeitos funcionários/as ou acolhidos/as. Por conseguinte, perguntou-se às cuidadoras sociais como elas percebem o trabalho do/a assistente social junto à cuidadora social.

*Sempre, sempre está apoiando, ajudando. O que a gente precisa **ela está sempre pronta para nos ouvir.** (Maria Clara Zektin, casa lar I, grifos nossos)*

*Sim quando a gente tem alguma dúvida ela tá sempre **disposta ajudar!** (Maria Laudelina de Campos Melo, casa lar I, grifos nossos)*

*Sempre que a gente precisa alguma coisa eles **sempre estão disponível.** (Maria Cora Carolina, casa lar I, grifos nossos)*

Sempre ajuda bastante. (Maria Olga Benário, casa lar I)

*Tem segurança, tem tudo. [...] **quando a gente tem alguma dúvida, pode chegar ali e perguntar. Ela esclarece tudo, tudo.** A gente até sempre se reúne,*

todas as mães. Porque às vezes é só você contar isso e isso, e elas vão para casa, não tem muita. Mas daí todo mês a gente está aqui, conversa. Tem uma reunião geral. (Maria Rose Marie Muraro, casa lar I, grifos nossos)

Olha, Assistente Social é tudo, desde a hora que a criança chega, ela está ali acompanhando nas dificuldades. O bebê chega por exemplo, será que mamou no peito? Como que vou fazer? Vai, busca com ela, ela lê no relatório e tal. É o suporte. Nosso recurso nas nossas dificuldades vai a ela. (Maria Anita Garibaldi, casa lar II, grifos nossos)

Dá bastante, muito suporte. Sempre que a gente precisa, que a gente se perde às vezes no caminho da orientação deles. Quando você começa a ver que você não está conseguindo lidar, a gente pede auxílio. Aí vem, "calma, vai mais tranquila. A gente vai tentar mudar, vamos ver o que está acontecendo". Tem tudo isso, muito bom. (Maria Lélia Gonzales, casa lar II, grifos nossos)

Tem, a gente tem muito disso. Porque a equipe nunca deixa a gente sem resposta, todas elas. Se a gente tem uma dificuldade, a gente precisa, elas sempre estão dispostas a ajudar. "Vamos ver como fazer. A gente vai conversar. Vamos avaliar". Sempre tem essa junção da equipe e a gente. A gente não fica esquecido, isolado lá. E nem eles aqui, porque a gente sempre está conversando, sempre passando para ver o que acontece na casa em si. (Maria Simone de Beauvoir, casa lar II, grifos nossos)

Sim, dá suporte sim. Eles dão suporte sim. Eh... Eu vejo, eu vejo o empenho delas. É lógico que não se resolve tudo. Mas, o trabalho delas, assim, principalmente a Psicóloga. A Psicóloga é... é a chave fundamental. (Maria Nísia Floresta, casa lar II, grifos nossos)

Essa pergunta não é boa (Risos). Eu acho assim, como são quatro casas, ela é uma só. Agora só tem uma assistente social. Mas assim, eu noto que ela faz o melhor, ela tenta fazer o melhor, só que a gente sabe que é limitado, por quê?! Ela não tem só quatro educadoras para olhar, ela tem oito com as auxiliares, tem uma equipe técnica que depende do aval dela, porque muita coisa psicólogo faz, mas precisa da Assistente Social. É uma equipe. Tem mais audiência, tem mais outras coisas. Então a gente vê assim, queríamos poder sentar com ela, "olha, vamos conversar sobre Fulano". E outra, não é uma criança, ela é uma. Só na minha casa são sete. [...]. Sim, eu acho que é necessário uma criança não ser jogada, chegar lá no escuro, e você não sabe por que ela está lá. Isso não acho certo. Entretanto, porém, não precisa ter tanto porque a gente não tem um preparo. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)

Sim, sim. Dá suporte. (Maria Rosa Luxenburgo, casa lar II)

Tá, dando bastante suporte. (Maria Jenny Marx, casa lar III)

Dá assistente social agora? Tá bem boa! (Maria Heleieth Saffioti, casa lar III)

A maioria das cuidadoras sociais, vê na assistente social, um ponto de apoio e suporte para a execução dos afazeres diários. Na fala de Maria Frida Kahlo (Casa Lar II) evidenciou-se que a mesma percebe que ocorre uma demanda exacerbada de trabalho da assistente social diante da realidade do acolhimento institucional. O fato de haver uma única assistente social e a grande demanda de trabalho torna mais difícil o acesso a profissional. Nesse sentido, a NOB RH/SUAS (2006), determina que a cada vinte usuários seja contrato profissional de Serviço Social para atendimento da demanda. Haja vista que a Casa Lar II oferta quarenta vagas para crianças/adolescentes acolhidos, seria necessária a contratação de mais um/a profissional de Serviço Social.

Nota-se, que diante da falta de uma formação continuada para as cuidadoras sociais, a assistente social, desses espaços interage como sendo uma das profissionais de referência para atender às dúvidas, angústias e dar respaldo no cotidiano do trabalho das cuidadoras sociais. Em uma das falas a presença da psicóloga como referência também apareceu. Outra questão que apareceu na fala de uma das entrevistadas foi o fato de se sentir, de alguma forma, útil no trabalho:

Mas, a gente presta para alguma coisa! (Maria Frida Kahlo, casa lar II).

A fala de Maria Frida Kahlo demonstra o sentimento de desvalorização do trabalho. Como se não conseguisse exercer nada além dessa profissão. A mesma entrevistada ressalta que:

Eu vejo isso por ser mãe também, a gente não tem um total conhecimento de tudo deles. Que nem aqui, a (pedagoga) cuida da parte pedagógica dele. Aí ele está com problema na escola, e não é a gente que vai assumir. E não deve, porque são cinco. Antigamente nossos avós tinham dez e davam conta. Mas, eu sinto essa falta, uma falta de ter um contato maior com escola, porque eles vão para a escola. Aí aconteceu um B.O. na escola, maltrataram, chutaram, quem vai resolver? É a pedagoga. A gente sabe que é o correto, mas como a educadora que fica na casa, a gente que uma delas deveria acompanhar também, estar ciente do que está acontecendo, está vendo o que o professor está falando. Porque às vezes o recado a gente não sabe muito bem, daí a gente tem que vir para cá para falar. Eu senti um pouco do contato total da criança. Acho que isso seria uma coisa interessante de se pensar. De ele precisa ir na escola, e quando a coisa não é tão grave, tão fenomenal, quem está acompanhando ele na casa também está junto. Porque tem dificuldade, a gente vê que tem dificuldade na aprendizagem, em leitura. É passado para a pedagoga, que passa para nós. É muita informação truncada que às vezes acaba-se não julgando a profissional ali. Mas acaba truncando. E às vezes se a gente tivesse acompanhando junto, as duas junto poderiam estar resolvendo. Então a gente sabe que tudo faz parte de uma equipe. Então essa equipe deveria estar em alguns casos, a educadora estar acompanhando junto, para não ter esse truncado. Ou aquilo, será que foi tão grave assim? Será que foi tudo isso que falaram? Porque queira ou não queira, quem passa 24 horas com eles é a educadora. Então por mais que eles conheçam, porque a criança já está 1 ano, 10 anos, 5 anos, ela vai conhecer? Vai. Mas, tem muita coisa que quem conhece é quem está cuidando 24 horas. (Maria Frida Kahlo, casa lar II, grifos nossos)

A entrevistada demonstra preocupação com as questões pedagógicas da criança/adolescente porque, muitas vezes, não consegue acompanhar todo o processo de desenvolvimento pedagógico das crianças/adolescentes e ressalta que as cuidadoras deveriam participar mais do processo de acompanhamento já que ficam com as crianças e adolescentes por 24 horas. Pode-se compreender essa fala como uma desvalorização do trabalho delas, já que às cuidadoras sociais em muitos casos são remetidas somente aos afazeres da rotina do cuidado com a higiene e saúde das crianças. Nessas circunstâncias:

Visando o constante aprimoramento do cuidado prestado, devem ser realizados, periodicamente, **estudos de caso com a participação da equipe técnica e educadores/cuidadores**, nos quais se possa refletir sobre o trabalho desenvolvido com cada criança/adolescente e as dificuldades encontradas. Esses estudos devem propiciar também **planejamentos de intervenções** que tenham como **objetivo a melhoria do atendimento no serviço e da relação entre educador/cuidador e criança/adolescente**, bem como a **potencialização de aspectos favorecedores** de seu processo de **desenvolvimento, autoestima e autonomia**. (BRASIL, 2009, p. 48, grifos nossos).

Ofertar um aprimoramento e reuniões periodicamente pode vir auxiliar não somente as cuidadoras sociais, mas toda a equipe técnica a enfrentar os desafios postos no cotidiano do acolhimento institucional com as crianças e adolescentes, além de uma maior integração entre os sujeitos que atuam na casa lar e a sua demanda de atendimento.

Outro assunto em relação ao trabalho com as crianças/adolescentes é a questão da naturalização da índole do público alvo estar associado a questões morais da família biológica e/ou extensa:

*Então eu descobri isso que a carência delas, assim que elas demonstra no fundinho tem **aquela índole que vem do pai, vem da mãe, da família, né, eu descobri isso**. Que até então a minha filha eu não tive problemas, mas hoje eu descobri, só que eu vejo como natural é porque cada uma delas tem uma história pra contar então cada história é cabulosa, é assustadora. (Maria Nísia Floresta, casa lar II, grifos nossos)*

Desmistificar a culpabilização da família biológica e/ou extensa como responsável pela índole da criança e adolescente acolhidos se constitui como um dos papéis da formação continuada em casas lares. No entanto, há uma lacuna no processo de trabalho das profissionais do cuidado em instituições de acolhimento que não materializam o processo de capacitação e formação profissional. Observa-se nessa categoria, vários pontos que trazem à tona a importância das instituições de acolhimento institucional promoverem periodicamente formações continuadas com as cuidadoras sociais como uma forma de aprimorar o trabalho dessa categoria profissional, assim como proporcionar a desmistificação da trabalhadora do cuidado como uma extensão da função maternal. Além disto, cumpre destacar que as próprias leis que dão suporte à profissão trazem de forma clarificada a necessidade de ofertar capacitações, treinamentos e formações continuadas às profissionais do cuidado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, este trabalho chega aos seus apontamentos finais. Como objetivo geral, buscou-se no decorrer do processo de construção desta dissertação analisar a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana. Entretanto, para alcançar o objetivo geral delineou-se como objetivos específicos: identificar o papel das cuidadoras sociais da casa lar, a partir dos significados por elas atribuídos; compreender, numa perspectiva de gênero, as dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais e analisar as relações de trabalho as quais são submetidas às cuidadoras sociais, bem como a legislação profissional.

Nessa pesquisa, foram delimitados certos pressupostos, que em um sentido metafórico, interlaçam a colcha de retalhos do nosso trabalho. Neste caso, um dos primeiros pressupostos utilizados nessa pesquisa, diz respeito a concepção da categoria trabalho na sociedade capitalista. Todavia, discorreu-se, a princípio, sobre o trabalho a partir da concepção ontológica embasado na perspectiva Lukácsiana, para depois ressaltar a concepção do trabalho na sociedade capitalista e as consequências das novas organizações do trabalho, no modelo econômico capitalista, salientando que a partir da revolução tecnológica e industrial se amplia a desigualdade social entre as classes sociais.

Na conjuntura da nova configuração do trabalho relacionou-se como pressuposto a divisão sociotécnica e sexual do trabalho, enfatizando as questões dos obstáculos e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, derivado do simples fato da sua condição de ser mulher. Buscou-se como referência teórica autoras que debatem essa temática como, por exemplo, Hirata e Kergoat (2007) e Bruschini, (2007). Como parte dos pressupostos desta colcha de retalhos também destacou-se a questão de cuidado compreendendo esse termo a partir da perspectiva de que o cuidado está inerente tanto no contexto público quanto no contexto privado, ou seja, está conectado nos núcleos familiares, espaços sócio ocupacionais, políticas públicas. Logo, faz parte da vida dos sujeitos sociais (CARVALHO, 1999). Como último pressuposto adotado nessa pesquisa, buscou-se compreender a concepção das várias vertentes de gênero.

No entanto, como referencial teórico, foi adotada a percepção de gênero relacional, baseado na concepção defendida por Scott (1995) que enfatiza gênero como parte das relações sociais e sendo um elemento fundamental no contexto das relações de

poder, isto é, a ótica de gênero que iluminou a construção dessa pesquisa está apreendida em uma perspectiva histórica e social, sendo que no tecido social se materializa através das representações simbólicas (SCOTT, 1995).

Em relação aos conceitos iluminadores optou-se por debater a categoria trabalho, divisão sociotécnica e sexual do trabalho com a interface com o conceito de cuidado, assim como, abordar a temática de gênero e sua transversalidade onde também foram apresentadas algumas reflexões acerca da compreensão do conceito de construção da identidade profissional.

A pesquisa teve cunho qualitativo e buscou alinhar as várias percepções apontadas e relatadas pelos sujeitos significativos selecionados nesse trabalho que foram quinze cuidadoras sociais, selecionadas a partir de três instituições de acolhimento, uma localizada em Curitiba e duas na região metropolitana.

Com o intuito de responder ao objetivo específico que era **identificar o papel das cuidadoras sociais da casa lar, a partir dos significados por elas atribuídos, construiu-se** a categoria de análise: **Maria? Presente!** Nesta categoria, verificou-se que muitas participantes da pesquisa compreendem seu trabalho como uma função maternal, sendo que muitas delas se consideram de alguma forma **mães** das crianças e adolescentes acolhidos, e em algumas falas até demonstram que não se sentem bem nos dias de folga por estarem longe do ambiente da casa lar e das crianças, o que denota uma percepção de considerarem a casa lar como o seu próprio lar. Percebeu-se, em algumas falas, que não há uma separação entre a vida privada e o trabalho, ou seja, vivenciam uma extensão do lar privado na realização dos afazeres de cuidadora social. Até porque observou-se que em quase todas as falas das entrevistadas, muitas das atividades realizadas pelas cuidadoras sociais estão ligadas aos afazeres da dona de casa (cuidar da higiene, limpeza e saúde dos membros da família).

Na categoria Maria? Presente! Também ficou evidente que as cuidadoras sociais tentam alinhar no tecido da construção da identidade profissional delas uma continuação do que aprenderam com suas próprias famílias; no sentido do cuidado de uma casa, de um lar e de uma família, o que nos remete a questão da mulher na divisão sociotécnica do trabalho e a própria questão de gênero. Já que de certa maneira, tentam reproduzir no cotidiano do trabalho a idealização da família burguesa, que faz parte do imaginário construído no tecido social. Entretanto, observou-se através das falas das entrevistadas, que a frustração, a ansiedade, o desapontamento são sentimentos que estão

latentes nas entrelinhas, ao buscarem reproduzir o papel de mães das crianças/adolescentes acolhidos/as e à medida que este público de atendimento não corresponde a expectativa dessas cuidadoras sociais, aflora nelas o sentimento de impossibilidade e dificuldade de executar o trabalho e quando conseguem, na percepção delas, uma devolutiva desse público de atendimento em forma de uma demonstração de carinho, se sentem gratificadas. Isto é o que foi vislumbrado na segunda categoria dessa pesquisa.

Diante da realidade do cotidiano de trabalho dessas mulheres, conseguiu-se vislumbrar a partir da categoria **dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais** as situações e vivências, que se entrelaçam entre um ou outro quesito acerca do trabalho dessas mulheres. Sendo que as principais dificuldades percebidas pelas cuidadoras estão relacionadas à pluralidade do público de atendimento que se estabelece, desde a mais tenra infância à adolescência, em um único espaço. Este cenário torna o trabalho dessas mulheres mais complexo e, de certa forma, não permite o estabelecimento de uma rotina diária, pois, como algumas protagonistas da pesquisa relataram, cada dia é um dia diferente com acontecimentos diversos o que requer ações rápidas para mitigar conflitos entre as próprias crianças/adolescentes e até entre as cuidadoras e seu público de atendimento.

Outra dificuldade apontada é em relação ao desenvolvimento psicossocial das crianças. Cada criança tem a sua própria história de vida que já vem recheada de violações de direitos e negligências sendo este um fator dificultador que estabelece também grandes desafios no dia a dia do trabalho.

A questão da saúde emocional dessas mulheres foi relatada como uma dificuldade no processo de trabalho, por uma das participantes. A entrevistada, até sugeriu que as cuidadoras sociais pudessem ter um atendimento psicológico ofertado pela instituição de acolhimento, para atender exclusivamente as cuidadoras sociais, sendo ressaltado que o/a profissional da psicologia não tivesse vínculo direto com a instituição. Foi percebido que muitas falas traziam a angústia e necessidade de ter um espaço de fala, aonde pudessem expor suas dificuldades sem pré-julgamentos.

Em muitas entrevistas ficou bastante evidente o choro contínuo e um alto grau de emoção ao relatarem o cotidiano da materialização do trabalho nas instituições, o que demonstra a questão da exploração do trabalho dessas mulheres para além do esforço físico. O trabalho dessas mulheres tem impacto direto no psicológico e emocional, tendo

em vista que lidam diariamente com várias crianças/adolescentes em fases diferentes de desenvolvimento e com idades diversas. Este contexto demanda das profissionais uma disponibilidade de atendimento não somente dos afazeres do cuidado físico, mas também do emocional. Neste sentido, as condições de trabalho a que são expostas, pode ser considerada de certa forma insalubre pelo alto grau de desgaste físico, emocional e psicológico. Percebe-se ainda o escasso suporte psicológico ofertado a essas trabalhadoras.

Em relação à gratificação, algumas entrevistadas, apontaram o sentimento de carinho, afeto que receberam das crianças/adolescentes como gratificação pelo trabalho executado na casa lar. Este fato leva a observação de que elas realmente percebem esse trabalho como uma extensão da função materna desempenhada em suas vidas privadas. Nenhuma das participantes evidenciou a questão financeira como fator dificultador ou gratificante do trabalho, pois no imaginário das entrevistadas, de alguma forma, as mesmas se consideram, implícita ou explicitamente, mães dessas crianças. Logo, compreende-se que, para essas mulheres, apontar a questão da remuneração não cabe à mulher exercendo a condição de mãe, mesmo que seja uma **mãe social**.

A questão de considerar a profissão como uma ação caritativa ou missão religiosa também apareceu nas falas. Isto é, o sentimento de estarem realizando não um trabalho profissional, mas de estarem promovendo a salvação das crianças/adolescentes acolhidos/as o que enfatiza a concepção de não se perceberem enquanto trabalhadoras nesses espaços e sim missionárias realizando uma caridade. Como pode-se observar, através dessa categoria atingiu-se o objetivo específico de compreender, numa perspectiva de gênero, as dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais.

Por meio da última categoria **(des) valorização do trabalho**, procurou-se identificar a partir da percepção das próprias entrevistadas se conseguiam perceber a valorização ou desvalorização do trabalho executado por elas. Para esse propósito, foi observado nas falas a questão da formação profissional e da não oferta contínua de capacitações, treinamento e formações diversas para as cuidadoras sociais. Algumas trabalhadoras estavam na função de cuidadora de cinco a doze anos e nunca receberam uma capacitação, formação ou treinamento, demonstrando que as próprias instituições contratantes compreendem o trabalho executado pelas cuidadoras sociais como uma

aptidão da mulher, pela sua possibilidade de ser mãe, o que na percepção do tecido social condiciona a mulher a naturalização da função materna.

A questão de gênero se faz perceptível nesta categoria, pois para as mulheres são colocadas as funções dos afazeres domésticos como uma condição naturalizada, o que também tem uma vertente da divisão sociotécnica e sexual do trabalho, já que não foi mencionado por parte das mulheres entrevistadas a possibilidade de homens executarem esta função e de não termos verificado em nenhuma das casas lares, selecionadas, a função do cuidado sendo executado por um cuidador social. A desvalorização do trabalho se faz presente como uma questão de gênero relacional ao constatar-se que as próprias casas lares não ofertam formações profissionais de forma periódica talvez por compreenderem que a função de cuidadora social é nata das mulheres, mesmo havendo embasamentos legais que colocam a necessidade da promoção de formações continuadas para essas profissionais.

Ainda hoje vivenciamos a desvalorização do trabalho feminino, principalmente o trabalho relacionado à esfera doméstica. Convém, ressaltar que em relação a Casa Lar I foi realizado um treinamento inicial às cuidadoras sociais, porém as mais novas na função não haviam recebido este treinamento. Em relação à Casa Lar II, algumas entrevistadas também realizaram algumas formações. No entanto, uma das entrevistadas desta casa enfatizou a necessidade de serem promovidos pela instituição, cursos, palestras, capacitações com mais frequência. Na percepção desta cuidadora, a teoria auxiliaria a sua prática. Identificou-se nesta fala certa conscientização de classe trabalhadora por parte da participante e o questionamento de sua real condição de trabalhadora nesse espaço sócio ocupacional. A partir da análise desta categoria, consegue-se entender, não de forma totalitária, pois a realidade é dialética, que, de certa forma, atingiu-se o objetivo específico de compreender as relações de trabalho as quais são submetidas às cuidadoras sociais, bem como a legislação profissional.

A colcha de retalhos construída e alinhavada nessa pesquisa trouxe algumas respostas como a concepção de que grande parte das entrevistadas não se percebem como classe trabalhadora e se consideram, de certa maneira, mães das crianças/adolescentes. Todavia, exigir dessas mulheres que se percebam no espaço sócio ocupacional como profissionais do cuidado sem que seja promovida, por parte das próprias instituições contratantes, uma formação que proporcione essa percepção, se parece nesse momento com utopia. Na verdade, elas não compreendem e nem distinguem o ser mãe do ser profissional,

uma vez que, algumas residem no local de trabalho durante 24 horas por dia com apenas uma folga semanal e um final de semana por mês, outras ficam no espaço de trabalho por 12 horas. Neste campo de atuação as cuidadoras vivenciam a relação profissional de um contexto onde devem reproduzir a extensão de uma família nas suas atividades de trabalho. Neste caso, exigir dessas mulheres uma postura profissional no âmbito de trabalho disposto pela instituição como espaço sócio ocupacional, é o mesmo que conduzi-las ao Leito do Procusto²⁰.

Como aborda o mito grego, a cama exposta para as trabalhadoras sociais tem um único tamanho, o qual tende a enquadrar as cuidadoras sociais na perspectiva da função materna, uma vez que não possibilita nenhuma outra forma de romper-se com esta reprodução social e sim enfatiza essa idealização do amor materno. O que gera possibilidades de provocar-se uma crítica profissional a estas mulheres até que sejam cortadas ou simplesmente esticadas a ponto de se diluírem nas suas rotinas de trabalho. Nessas condições, a rotina que preconiza a mulher, no espaço do cuidado com o outro, a estigmatiza como sendo uma atribuição privativa pela sua condição de mulher e ainda interioriza nela a realidade de uma profissão, que conduz a vivenciar a experiência de uma pseudomaternidade no trato com diversas crianças as quais tem toda uma especificidade e uma história de vida única.

Cabe salientar que a falta de uma capacitação e/ou formação continuada contribui para a manutenção das relações sociais e de trabalho disponibilizadas por aquelas casas lares que não têm interesse em despertar o senso crítico nessas profissionais. Isto ocorre, mesmo havendo em seu quadro técnico profissionais de nível superior como assistentes sociais, pedagogos/as e psicólogos/as que poderiam oportunizar um espaço de escuta para essas mulheres. Porém, esses/as profissionais, em muitos casos estão envoltas nas demandas do cotidiano das suas atribuições e também estão em uma condição de desvalorização do trabalho.

Observa-se que, mesmo as cuidadoras sociais estando na reprodução do trabalho, a exploração do seu trabalho se faz de forma severa ao analisar-se a questão física e emocional a partir das suas percepções. Muitas relataram cansaço, estresse, além de uma rotina exaustiva de cuidado doméstico com a casa e as crianças/adolescentes. No entanto, as cuidadoras sociais da Casa lar I tem um diferencial que é a carga horária de trabalho, pois fazem 12/36 horas, em dois turnos de trabalho, o que pode ser uma alternativa para repensar a prática de trabalho das cuidadoras residentes

²⁰Na mitologia grega há um mito que se chama Leito de Procusto, que relata o seguinte: "Procusto era um bandido que vivia em uma floresta e ele tinha uma imensa cama. Todos os que passavam pela floresta eram presos e colocados por ele em sua cama. Dos que eram muito grandes, Procusto cortava os pés e dos que eram muito pequenos, Procusto os esticava. O tamanho da cama era o padrão utilizado por Procusto." (PÉCORRA, disponível em <http://www.forp.usp.br>, acessado em 15/12/2016)

já que as cuidadoras sociais da Casa lar II e uma cuidadora da Casa Lar III trabalham em regime de 1 folga semanal e um final de semana por mês, sendo que nos demais dias residem no trabalho. Todavia, as cuidadoras sociais da Casa lar I foram contratadas através do processo de PSS, que estabelece que podem permanecer na função de cuidadoras sociais pelo prazo de 24 meses. Após este período, o contrato é rescindido e novo processo seletivo é realizado pelo Município gerando-se uma relação de trabalho precária com o agravante de que as profissionais que estavam na função de cuidadora poderão ser contratadas para a mesma função somente se passar no próximo processo seletivo. Compreende-se que esta relação de trabalho em uma unidade de acolhimento institucional gera diversas fragmentações no processo de formação dessas profissionais pela circunstância da rotatividade das cuidadoras e pela quebra de vínculo com o público de atendimento.

A carga horária de trabalho pode ser considerada um fator agravante para que se consiga atender de forma eficiente certas demandas. Exigir dessas mulheres, no decorrer de uma jornada, que elas consigam ofertar qualidade à sua prática de trabalho produz um sentimento de impotência e fracasso, tendo em vista que em um único dia de trabalho essas mulheres podem se deparar com diferentes intervenções profissionais tais como: a chegada de crianças recém-acolhidas (que em um primeiro momento necessitam de uma atenção diferenciada até se adaptarem com a rotina e realidade da casa lar); no mesmo espaço pode haver crianças que se encontram em processo de desacolhimento institucional pela possibilidade de retorno à família biológica, extensa ou substituta e que, diferentemente das que estão vivenciando o momento da chegada, estão em um estágio de saída repletas de angústias e esperanças. Neste emaranhado de retalhos emocionais ainda há crianças que vivem a angústia do limbo dos seus destinos, pois a justiça ainda não definiu seus processos.

Com base na realidade apresentada por essas mulheres, na busca do objetivo geral desse trabalho obteve-se como resultado a percepção de que ocorre a reprodução da função maternal nas práticas do trabalho diário dessas mulheres e que somente através da formação continuada, essas mulheres vão conseguir romper com a institucionalização delas mesmas. A partir dessa desconstrução, poderão construir possibilidades de trabalho e intervenções profissionais que caminhem na direção de uma identidade profissional que desperte a conscientização de trabalhadora e de classe trabalhadora em busca de melhores condições de trabalho em um sistema econômico capitalista, que impõe à mulher as posições e condições de trabalho menos valorizadas no contexto social e econômico. Nessa trajetória se faz essencial a ação dos órgãos públicos responsáveis pela averiguação do trabalho exercido nas casas lares, tendo o intuito de orientar os gestores sociais desses

espaços sobre a importância da promoção de cursos de capacitações profissionais de forma periódica.

Enfim, tal dissertação buscou ser o início de um processo de reflexão acerca do trabalho vivenciado por essas **Marias**. A colcha de retalhos alinhavada nesse trabalho buscou ofertar subsídios aos/às atores/atrizes que trabalham na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como meio de despertar o interesse por essa temática, para que mais pesquisadores/as busquem pesquisar sobre as cuidadoras sociais, pois estas profissionais na área do acolhimento institucional são as protagonistas que vivenciam a maior parte do tempo com as crianças e adolescentes em medida de acolhimento e há muito tempo estão cristalizadas dentro de um ostracismo social e cultural, amarradas na teia cultural do papel da mãe. Assim, transpor as questões dos estereótipos de gênero que transitam pela percepção de trabalho vivenciada por essas mulheres é garantir a efetividade de um trabalho que proporcione o mínimo de salubridade para às cuidadoras sociais possibilitando que elas possam se reconhecer como profissionais e não mães.

7. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 83, p. 19-34, dez. 2008.
- ARANHA, Maria Cristina Bruschini. **Mulher, Casa e Família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990, p. 80.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.
- AZEVEDO, Fernanda Caldas; PASSOS, Raquel Gouveia. **A (con)vocação do trabalho feminino diante das mudanças do mundo trabalho: o care em evidência**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica Feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**, 2008, p. 207-228.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa Qualitativa um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras editora. 1999. Série Núcleo de Pesquisa.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos sócios históricos**. São Paulo, Cortez, 2008.
- BARROS, Raquel de Camargo; FIAMENGHI JR, Geraldo. A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.5, p. 1267-1276, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BEAUD, Michael. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo, 1987.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERNARDIR; Dayse Cesar Franco (Coord). ABRIGOS PARA QUEM? In: **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**, 1. ed., São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BRASIL. **Aldeias Infantis SOS**. Disponível em: <http://www.aldeiasinfantis.org.br>. Acesso em 14/05/2015.

BRASIL. **Anita Garibaldi**. <http://www.e-biografias.net/anita_Garibaldi>. Acessado em 27/07/2016.

BRASIL. **Arquivo Marxista na Internet**. <www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/zetkin.htm>. Acessado em 25/07/2016.

BRASIL. **Blogueiras feministas**. <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/nisia-floresta-a-primeira-feminista-brasileira/>> Acessado em 27/07/2016.

BRASIL. Central Única dos Trabalhadores (CUT), por meio da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT), e pela Fundação Friedrich Ebert (FES). **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres Experiências e desafios**. São Paulo, 2010. <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07822.pdf>>. Acessado em 29/003/2016.

BRASIL. **Centro de Referência Negra Lélia Gonzales**. <http://leliareferencia.blogspot.com.br/p/biografia.html>. Acessado em 25/07/2016).

BRASIL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Que tipo de Estado? Que Tipo de Igualdade?** Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe: Brasília, 13 al 16 de julho de 2010.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58118-levantamento-mostra-que-365-mil-criancas-e-adolescentes-vivem-emabrigos>> . Acessado em 15/07/2016.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> . Acessado em 20/01/2017.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acessado em 22/03/2015.

BRASIL. **Dandara Zumbi** <<http://www.palmares.gov.br/?p=3338>>. Acessado em 27/07/2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acessado em 15/04/2015.

BRASIL. **Fundação Perseu Abramo**. < <http://novo.fpabramo.org.br/content/heleieth-ousadia-do-livre-pensar-feminista-1-1934-2010>>. Acessado em 25/07/2016.

BRASIL. **Heróis de todo mundo**. <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroilaudelina>> Acessado em 26/07/2016.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412220>>. Acessado em 20/11/2016.

BRASIL. **Lei nº 7.644** <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>>. Acessado em 15/03/2014.

BRASIL. **Lei nº 9.799**. <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9799.htm> Acessado em 15/09/2016.

BRASIL. **Lei que Regulamenta a profissão de Serviço Social**. <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> . Acessado em 12/12/2016.

BRASIL. **Leito de Procusto**. <<http://www.profjuliososa.com.br/2013/04/mitologia-grega-o-mito-de-procusto-e.html>>. Acessado em 15/12/2016.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Violência contra a criança e o adolescente. Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, 1993.

BRASIL. **Orientações Técnicas Para Serviços De Acolhimento Para Crianças E Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012** (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOBRH). Disponível em: <<http://edesp.sp.gov.br/edesp2014/wp-content/uploads/2014/06/NOB-SUAS2012.pdf>>. Acessado em 20/07/2016.

BRASIL. **Revistas estudos feministas**. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200009. Acessado em 26/07/2016.

BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1987.

BRITO Jussara, OLIVEIRA Simone. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: Silva Filho, João Ferreira; Jardim, Silvia (Orgs). **A danação do trabalho – organização do trabalho e sofrimento psíquico**. Rio de Janeiro: Te Corá; 1997. p. 245-63.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: **Seminário Internacional Mercado De Trabalho E Gênero – Comparação Brasil- França**. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril 2007

BUTLER, Judith. Contingent foundations. In: NICHOLSON, L. (ED.). **Feminist contentions: A philosophical exchange**. New York: Routledge, 1995.

CAIEIRO, Alberto. **O que Nós Vemos das Cousas São as Cousas**. <http://www.citador.pt/poemas/o-que-nos-vemos-das-cousas-sao-as-cousas-alberto-caeiobrheteronimo-de-fernando-pessoa>. Acessado em 10/08/2016.

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados. Mulheres em movimento**. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, n° 49, n° 03, 15 de novembro de 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Introdução. In: **Gênero e Educação: Múltiplas faces**. João Pessoa, Universitária/UFPB, 2003.

CARVALHO, Marília Pinto. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas series iniciais**. São Paulo, 1999.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Entre silenciamentos e invisibilidades: relações de gênero no cotidiano das aulas de matemática (Tese)**. Programa de pós-graduação em Tecnologia (UTFPR), 2011. 255 f.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Título original: L'institution imaginaire de La société.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves; COLINO, Celina Maria Magalhaes; RAMOS, Fernando Augusto Pontes. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Revista Aletheia**, Jan, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5° edição. São Paulo: Cortez, 2005.

CHODOROW, Nancy. **Psicanalise da Maternidade: uma Crítica a Freud a Partir da Mulher**. Ed: Rosa dos Tempos, 1990.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (p. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: Almeida, Maria Suely. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p.13-38

COSTA, Cláudia Lima. “O feminismo e o pós-modernismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto”. In: J. M. Pedro e M. D. Grossi (orgs.), **Masculino, Feminino**, Plural. Florianópolis: Ed. Das Mulheres, 1998, p. 57-90.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de Gênero e Poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>>. Acessado em: 15/03/ 2016.

COSTA, Suely. Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301 324, 2002.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996)**. Dissertação (Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, Jacques Christophe. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap; EAESP/FGV, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEMO, Pedro. **Os desafios modernos da educação**. Petrópolis, Vozes. 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de Conhecimento: Metodologia Científica No Caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (1996).

DUBAR, Claude. **A socialização: construção de identidades sociais e profissionais**. Porto Editora, 1997.

FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian. (Orgs). **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. Cortez Editora/CFESS (org.), São Paulo, 2003.

FONSECA, João. José. Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORD, Henry. **Os Princípios da Prosperidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964

FORTES, Ronaldo Vielmi Fortes. **Trabalho e gênese do ser social na “ontologia” de George Lukács**. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2001, p. 137-136.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRANÇA, Dirce Barroso. **Mãe Social: O Mito da Reprodução do Amor Materno nas Instituições de Abrigo**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do Caso Acari. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

GALHEIGO, Sandra Maria. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional**. Univ. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago, 2003.

GILLIGAN, Carol. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GROSZ, Elizabeth. Que és la teoría feminista?. In: **Debates Feministas**, Mexico, D.F., Ano 6, Vol. 12, Outubro, 1995, .:85-105.

GUARÀ, Isa Maria Ferreira da Rosa. Abrigo na comunidade de acolhida e socioeducação. In: Myrian Veras Baptista (coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo, Instituto Camargo Corrêa, 2006.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. IN: HIRATA, Helena Sumiko; GUIMARÃES, Nadya. Araújo. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 43, n.148, p. 366-377, jan./abr., 2013.

HADDAD, Sérgio. **Juventude e escolarização: uma análise da produção de conhecimentos**. Brasília: MEC/ Inep/ Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento nº 8).

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102p. Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio_normas_2012.pdf> <http://www.oas.org>: Acesso em 10/05/2015.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, (5), 1995:07-42.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. IN: Sandra Harding (ed.), **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986, pp.:157-180.

HIRATA, Helena Sumiko. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena Sumiko. **A precarização e a divisão internacional e sexual do Trabalho**. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, junho de 2009. Disponível a partir <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

HIRATA, Helena Sumiko. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2001.

HIRATA, Helena Sumiko. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. **In: COSTA, A. A. (Org.) Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT/Brasil, 2002.

HIRATA, Helena Sumiko. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. **In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.)**. Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2010 (Coleção Cadernos Sempre 10viva. Série Economia e Feminismo, 2)

HIRATA, Helena Sumiko; GUIMARÃES, Nadya. Araújo. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 43, n.148, p. 366-377, jan./abr., 2013.

HIRATA, Helena Sumiko; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.37. n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

HOBBSAWM. Eric J. **A era do Capital: 1848/1875**. 5 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HOLLAND, Cecília VASCONCELOS; Szarfarc, Sophia Cornbluth. **Todos juntos ao redor da mesa: uma avaliação da alimentação em abrigos**. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2004.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014.

KANT, Immanuel. **Pesquisa Bibliográfica**. Disponível em <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acessado em 07/03/2014.

KELLER, Evelyn Fox. “Feminism and Science”. In: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.), **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996, p:28-40.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: LOPES, Maria Margareth (Org.). **Cadernos Pagu: Ciência, Substantivo Feminino Plural**, Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.

KERGOAT, Danièle. **De la condition feminine aux rapports sociaux de sexes: Repères pour une évolution de la définition sociologique des catégories de sexe**. (Exposé fait dans le séminaire dans le Université de Provence, sur le thème: “La división sociale du travail”). Aix-en-Provence, Jun/1984.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **HIRATA, Helena. LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele (Orgs.)**. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociedade**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Usos e Abusos do Conceito de Representação Social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano**: As Representações Sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, 2004.

LARANJEIRA, Sonia Maria Guimarães. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. P. 89-93.

LAUFER, Jaqueline. Conciliation vie familiale/vie professionnelle. In: **Institut National De La Statistique Et Des Études Économiques**. Les femmes. Paris: Service des Droits des Femmes/Isee, 1995. p.163-165. (Coll.: Contours et caractères)

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Technologies of gender, Indiana University Press, 1987, p. 1-30. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-GeneroTeresa-de-Lauretis>>. Acesso em 20/03/2016

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Brasília: CEAD, 1999, p. 20-33.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. **“Ser mãe eu sei, o que agora falta é social”**: sobre o processo de constituição da identidade profissional no Acolhimento Institucional de Crianças. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LIMA, Maria Lúcia Chaves; MÉLLO, Ricardo Pimentel. **As Vicissitudes da Noção de Gênero**: por uma concepção estética e antiessencialista. Gênero na Amazônia, Belém, n. 1, jan./jun., 2012.

LIMA, Suzana Canez Da Cruz;. **Coletivo de trabalho e reconhecimento**: uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, 2011.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina**, Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LUFT, Lia. **O Lado Fatal**, Editora Siciliano - São Paulo, 1988. <<http://www.beearte.com/poesias/nac/lyaluft/fatal.htm>>. Acessado em 15/04/2015.

LUKÁCS, György. **A ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.

MAFFI, Bruno. **Introdução à edição Italiana de O capital**. Capítulo VI. Inédito. São Paulo, Moraes, 1969.

MAIA, Marilene; BARBIANI, Rosângela. A formação continuada em Serviço Social: uma experiência em construção. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/949/729>> Acesso em 21/12/2016.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. 48ª Ed. Editora Record, Rio de Janeiro, 1967.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**: Do Operacional ao Estratégico. 4. ed. Futura, São Paulo. 2001.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa Qualitativa um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras editora. 1999. Série Núcleo de Pesquisa.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Livro 1, Volume II, 12a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. Livro I, Vol. I. 24ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã I: Feuerbach**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da pesquisa social. In MINAYO, M. C. (Org.) ; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 29º ed

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio Do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Qualitativa E/Ou Quantitativa**. In aluno on-line USF, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de

intervenção. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda; SPERANCETTA, Andressa. **Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes**. *Psicologia & Sociedade*, 2010, Vol.22(3), p.519-528 [Periódico revisado por pares].

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Izabella F. Gouvêia. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a Universalidade da Teoria e a singularidade dos Fenômenos: Enfrentando o Desafio De Conhecer a Realidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa: editora UEPG, vol1, n.1, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1993

NOGUEIRA, Paula Cristina; COSTA, Liana Fortunato. Mãe social: profissão? Função materna? **Estilos clínicos**., São Paulo, v. 10, n. 19, dez. 2005a. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 03/12/2015.

NOGUEIRA, Paula. Cristina; COSTA, Lana Fortunato. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-48, 2005b.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. V. 1. A crise. Rio de Janeiro, tempo brasileiro, 1989.

OHNO, Taichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Bookman, 1997.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora UNB, 1990.

PEREIRA, Ana Maria Silvello. **Dimensões Psicossociais Das Práticas De Cuidado: Um Olhar Das Mães Sociais De Casas Lares**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2013.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras no curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense**. Niterói: 2007. 31p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. In: Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher. **Cadernos Pagu** (11) 1998: p.141-155. QUEIROZ, F. M. Mossoró, RN: UERN, 2008.

Pizzimenti, Cris. **Uma Pitada de Encanto**. <https://www.facebook.com/UmaPitadaDeEncantoByCrisPizzimenti/?fref=nf&pnref=story>. Acessado em 28/12/2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.

QUELUZ, Gilson Leandro; LIMA FILHO, Domingos Leite. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p.19-28, 2005. Disponível em <http://ser.dppg.cefetmg.br/index.php/revistaet/article/view>. Acessado em: 6 de set.2014.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930** 4º Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.2, n.2, jul./dez. 2003, Maringá. Disponível em: <<http://www.rimar-online.org/artigos/v2n2a2.pdf>>. Acessado em 09/08/2014.

RIBEIRO, Tammy. **Mães Sociais: Que Profissão É Essa?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor educação Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma Questão de gênero**. São Paulo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pillar Baptista. **Metodología de la Investigación**. México: Mc GrawHill, 1991.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SANTOS, Clara. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional. **Interacções** número 8. p. 123-144, 2005.

SARDENBERG, Cecilia. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** NEIM/UFBA, Salvador, 2001. Disponível em: http://www.academia.edu/13188272/Da_Cr%C3%ADtica_Feminista_%C3%A0_Ci%C3%Aancia_a_uma_Ci%C3%Aancia_Feminista. Acesso em 20/03/2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru/ SP: EDUSC, 2001.

- SCOTT, Joan Wallach. “ ‘La querelle des femmes’ no final do século XX”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2/2001, p. 367-388, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC.
- SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. **Revista Projeto História**, No.16, Fevereiro, 1998, pp: 297-326.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Vol. 20 (2), jul.-dez. 1995, p. 71-99.
- SCOTT, Joan Wallach. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista** (Cidadania e Feminismo), n. especial, 2000.
- SILVA, Ermildes Lima da; TAVARES, Márcia Santana. DESCONSTRUINDO ARMADILHAS DE GÊNERO: Reflexões sobre família e cuidado na política de assistência social. **Revista Feminismos**. Vol.3, N.2 e 3, Maio - Dez. 2015. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>. Acessado em 29/10/2016
- SIQUEIRA, Aline. Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. O Impacto Da Institucionalização Na Infância e na Adolescência: Uma Revisão De Literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n. 1, p.71-80, jan/abr. 2006.
- SNIZEK, Barbara Kiechaloski. **Chegadas e Partidas: Um Estudo Etnográfico sobre relações sociais em Casas-Lares**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2008.
- SOARES, Angelo. As Emoções do *Care*. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. São Paulo, Atlas, 2012.
- SOUSA Teixeira, Paulo André; VILLACHAN - Lyra, Pompéia. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. **Psicologia & Sociedade**, 2015.
- SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Emoções e capital: As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista**. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2006.
- SPINK, Mary Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano: As Representações Sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo, 2004.
- STERN, Daniel. **O mundo interpessoal do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.
- STREY, Marlene Neves. (Org.). **Psicologia social contemporânea: livro texto**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SZYMANSKI, Heloisa. **Teorias e “teorias” de famílias**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. Ed: Cortez, São Paulo, 1997.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo, Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; Villachan-Lyra Pompeia. Sentidos de Desacolhimento de Mães Sociais dos Sistemas de Casas Lares. **Revista Psicologia & Sociedade**, 2015, p. 199-210.

TOMÁS, Débora Nogueira; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012 vol:32 iss:3 pg:576 -587.

TRIVINÔS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, V. 24, n. 82, p. 159-178. Campinas, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v. 12, n. 2, p. 441-449, 2008.

WINNICOTT, Donald Woods. **Explorações psicanalíticas**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

WOORTMANN, Kless. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização Ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma Categoria. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da pesquisa: DO LAR DOMÉSTICO AO LAR INSTITUCIONAL: A IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS CUIDADORAS SOCIAIS

Pesquisadora: Glacielli Thiaz Souza de Oliveira

Endereço: Rua: Cascavel, 1184 sobrado 01- Bairro: Boqueirão- Curitiba- PR – CEP: 81750-090

Telefones: (41) 33784865/ (41) 96800373

E-mail: glaciellis@hotmail.com

Orientadora responsável: Lindamir Salete Casagrande

Local de realização da pesquisa:

Instituição

Endereço:

Telefone:

Responsável:

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE**1. Apresentação da pesquisa.**

O interesse pelo tema cuidadoras sociais teve origem no estágio em Serviço Social, no ano de 2013. Observou-se a invisibilidade social estabelecida com relação às Cuidadoras Sociais de uma instituição de acolhimento no que diz respeito as suas condições de trabalho. O modelo de uma casa lar constitui em acolher institucionalmente crianças vítimas de diferentes tipos de violência e negligência que foram judicialmente afastadas de suas famílias de origem. Dessa forma, o cotidiano neste estágio despertou a necessidade de se pesquisar quem são essas mulheres trabalhadoras e como elas compreendem os seus processos de trabalho, no cotidiano das suas práticas profissionais, assim como, a pesquisa busca analisar se a profissão de cuidadora social de alguma forma contribui para a manutenção das separações de funções masculinas e femininas de trabalho. Sendo assim, se faz necessário compreender como esta categoria profissional é vista pelas próprias cuidadoras sociais, considerando que o trabalho reprodutivo, ou seja, aquilo que o sujeito desempenha, possui para o contexto social e cultural um valor moral

e social. Dessa forma, é importante que o conceito de trabalho não seja reduzido apenas à obtenção de renda, mas contemple as questões culturais, sociais, de gênero e afazeres. Identificar quais as construções objetivas e subjetivas que foram cristalizadas na percepção dessas mulheres, assim como as fragilidades encontradas, possibilitará desvelar questões que estão sendo naturalizadas no cotidiano das relações de trabalho, e sendo justificadas pela divisão sexual do trabalho.

2. Objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral:

Analisar as representações sociais de identidade profissional construída pelas cuidadoras sociais de casas lares em Curitiba e Região Metropolitana.

Objetivos Específicos:

- Identificar o papel das cuidadoras sociais da casa lar, a partir dos significados por elas atribuídos;
- Compreender, numa perspectiva de gênero, as dificuldades e gratificações do trabalho na percepção das cuidadoras sociais;
- Analisar as relações de trabalho as quais são submetidas às cuidadoras sociais, bem como a legislação profissional.

3. Participação na pesquisa.

Sua participação na pesquisa será feita por meio de entrevista semiestruturada que será gravada e transcrita para a análise. Após a transcrição os arquivos de voz serão apagados.

4. Confidencialidade.

Todos os participantes da pesquisa terão seu nome mantido em sigilo. Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados com fins exclusivamente acadêmico/científico.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

5a) Desconfortos e ou Riscos:

Os possíveis riscos às pesquisadas é de desconforto devido à demora da entrevista e de constrangimento diante de alguma pergunta que possa afetá-la psicológica e emocionalmente.

5b) Benefícios:

Os benefícios dessa pesquisa lhe são indiretos, pois se espera que com a realização da mesma, possa-se contribuir para a discussão e aprofundamento teórico e para ampliar o conhecimento acerca da prática profissional das cuidadoras sociais.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Serão incluídas as cuidadoras sociais (sexo feminino) das instituições selecionadas que estejam em atividade no momento da pesquisa.

6b) Exclusão: Estão excluídos da pesquisa todas as crianças, adolescentes e funcionários que não fazem parte da categoria das cuidadoras sociais nas instituições selecionadas, bem como cuidadores sociais (sexo masculino) das mesmas instituições.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Os participantes tem a liberdade e direito de recusar ou retirar o consentimento para participação na pesquisa em qualquer etapa, assim como requerer qualquer esclarecimento em qualquer etapa da pesquisa, sem sofrer nenhuma penalidade.

8. Ressarcimento ou indenização.

Esclarece-se que não há nenhum tipo de ressarcimento quanto a sua participação. No que se refere à indenização, essa será garantida conforme legislação vigente.

B) CONSENTIMENTO (do sujeito de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome

completo: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Data: ___/___/___

Assinatura

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Data:

Assinatura pesquisadora:

Nome

completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, via e-mail: glaciellis@hotmail.com ou telefone: (41) 96800373.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4943, e-mail: coep@utfpr.edu.br

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.

APÊNDICE B— Solicitação de Autorização para Campo de Pesquisa**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAMPO DE PESQUISA**

Curitiba, de de 2015.

A/C Sr.^a / Sr.

Eu, Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, responsável principal pelo projeto de pesquisa de mestrado que está se desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), venho pelo presente, solicitar, autorização para realização de pesquisa de campo com as Cuidadoras Sociais que trabalham na Instituição. O objetivo da pesquisa é analisar a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas lares de Curitiba e região metropolitana? A Identidade Profissional Das Cuidadoras Sociais e conta com a orientação da professora Dr^a Lindamir Salete Casagrande.

Ressalta-se que será necessário realizar entrevistas com gravação em áudio com algumas cuidadoras sociais da Instituição. Salienta-se que os dados obtidos por meio desta pesquisa serão utilizados com fins exclusivamente acadêmico/científico e será mantido o sigilo acerca do nome da instituição e das participantes. O projeto será submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa.

Salienta-se a importância e relevância social desta pesquisa, tanto para trazer à tona debate teórico do tema quanto para uma possível proposição de ações no espaço do Acolhimento Institucional. É mencionar que atualmente, no espaço das casas lares, não se tem conhecimento de nenhuma pesquisa que tenha por objetivo propor a discussão das relações de trabalho e a identidade profissional das cuidadoras sociais.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e o seu consentimento, a coleta de dados deste projeto será iniciada, atendendo todas as solicitações administrativas desta instituição.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira

Contatos: glaciellis@hotmail.com

Atenciosamente,

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira

Assinatura do Pesquisador Principal

RG 6883643

Discente de mestrado do programa de pós-graduação em Tecnologia da UTFPR

Dr^a Lindamir Salete Casagrande

Orientadora

APÊNDICE C

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome:		
Idade:	Estado civil:	Religião:
Tem filhos: () sim () não		
Se a responder for sim, responda: () dependentes (..) não dependentes		
Escolaridade:		
Moradia: () Casa Própria () Casa Cedida () Casa alugada		
Renda salarial:		
Observações:		
1.	Há quanto tempo exerce a função de Cuidadora social?	
2.	Já trabalhou em outras instituições?	
3.	Já realizou alguma capacitação profissional para qualificação da sua profissão?	
4.	O que a levou a escolher esta profissão e o que você acha necessário que a cuidadora tenha para exercer esta profissão?	
5.	Como você descreve a importância da sua profissão no dia a dia do seu trabalho junto às crianças e adolescentes acolhidos?	
6.	Quais são as maiores dificuldades que você encontra no dia a dia do seu trabalho na Casa Lar?	
7.	E o que você considera gratificante neste trabalho?	
8.	Como você percebe o trabalho da assistente social junto à cuidadora social?	
9.	Se pudesse mudar alguma coisa hoje em seu trabalho, o que mudaria? Escolheria novamente esta profissão?	
10.	Você acha que a Cuidadora Social passa por fases?	
11.	Você se considera de alguma forma mãe dessas crianças e adolescentes?	
12.	Você acha que as crianças e adolescentes tem você como mãe deles?	

APÊNDICE D

Referência dos nomes compostos das entrevistadas
1. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (04/01/1934- 13/12/2010) foi uma socióloga marxista, professora universitária, pesquisadora da violência de gênero e militante feminista brasileira. (http://novo.fpabramo.org.br/content/heleieth-ousadia-do-livre-pensar-feminista-1-1934-2010 . Acessado em 25/07/2016)
2. Jenny Marx (12/02/1814 a 02/12/1881) foi de Karl Marx tinha um papel muito importante na vida Karl Marx pois o auxiliava nas transcrições de seus manuscritos e a sua importância se materializa em uma fala de Karl após a quatro meses da sua morte quando relata a Engels: "Você sabe que há poucas pessoas mais avessas ao patético-demonstrativo do que eu; contudo, seria uma mentira não confessar que grande parte do meu pensamento está absorvida pela recordação de minha mulher, boa parte da melhor parte da minha vida". (www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/zetkin.htm . Acessado em 25/07/2016)
3. Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón (06/07/1907 a 13/07/1954) ("Frida Kahlo foi uma importante pintora mexicana do século XX. É considerada, por alguns especialistas em artes plásticas, uma artista que fez parte do Surrealismo. Porém, a própria Frida negava que era surrealista, pois dizia que não pintava sonhos, mas sua própria realidade. Destacou-se ao defender o resgate à cultura dos astecas como forma de oposição ao sistema imperialista cultural europeu."). (http://www.suapesquisa.com/quemfoi/frida_kahlo.htm . Acessado em 25/07/2016).
4. Simone de Beauvoir (09/01/1908 a 14/04/1986) era escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. Teve uma influência significativa na teoria feminista (https://avecbeauvoir.wordpress.com/simone-de-beauvoir/ . Acessado em 25/07/2016)
5. Rosa de Luxemburgo (05/03/1871 a 15/01/1919) "Iniciou sua militância no movimento operário (ilegal) em Varsóvia, onde frequentou o liceu para moças. Em Zurique, estudou Ciências Naturais, Matemática, Direito e Economia Política, e com 22 anos fundou, com Leo Jogices, Julian Marchlewsk e Adolf Warski, a Social-Democracia do Reino da Polônia (SDKP). Em 1897 defende doutorado sobre desenvolvimento industrial da Polônia.
6. Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (12/10/1810 a 24/04/1885). Era de origem burguesa, Nísia casou-se aos 13 anos de idade com o proprietário de terras Manuel Alexandre Seabra de Melo. Entretanto, sentia-se infeliz, e abandonando o esposo meses depois, retornando à casa de seus pais. Nísia foi educadora, escritora e poetisa, sendo considerada a primeira feminista brasileira (http://blogueirasfeministas.com/2014/08/nisia-floresta-a-primeira-feminista-brasileira/ > acessado em 27/07/2016)
7. Anita Garibaldi (30/08/1821 a 04/08/1849) nasceu em Laguna (SC), de origem humilde foi obrigada a casar-se com 15 anos após a morte de seu pai com um sapateiro, o casamento durou cerca de três anos, com o surgimento da Revolução Farroupilha Anita conhece Giuseppe Garibaldi com quem foge e se casa mais tarde, Anita luta ao lado de Garibaldi em diversas batalhas no Brasil e fora do país..(http://www.e-biografias.net/anita_Garibaldi . Acessado em 27/07/2016)
8. Lélia Gonçalves (01/02/1935 a 10/07/1994) foi professora universitária, pesquisadora, antropóloga e ativista política. Formada em história e filosofia, com mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia social e sendo considerada uma das principais vozes da militância com enfoque na mulher negra do Brasil. (http://leliareferencia.blogspot.com.br/p/biografia.html . Acessado em 25/07/2016).
9. Clara Zektin (05/07/1857 a 20/06/1933) personagem importante do movimento operário alemão e internacional, foi uma das fundadoras do Partido Comunista da Alemanha e

líder do movimento internacional das mulheres. Era professora, jornalista e política com perspectiva marxista. < https://www.marxists.org/portugues/biblioteca.htm#z >.
10. Patrícia Rehder Galvão conhecida como Pagu (09/06/1910 a 12/12/1962) era escritora, poeta, diretora de teatro, desenhista, tradutora e jornalista foi considerada a musa do movimento modernista e casou-se com o Pagu se envolveu com o partido Comunista junto com seu companheiro Oswaldo de Andrade ex-marido de Tarsila do Amaral e foi a primeira mulher a ser presa por questões políticas em 1931, ao longo de sua vida foi presa por 23 vezes principalmente por transgredir as regras imposta pela sociedade moralista, conservadora e por militar na esquerda.(http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil . Acessado em 24/07/2016)
11. Laudelina de Campos Melo (12/10/1904 a 12/05/1991) foi a mulher que inaugurou o primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas do Brasil e teve papel fundamental para a garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas. Tendo sido fundamental sua atuação na militância pelas trabalhadoras no sentido de oportunizar a carteira de trabalho e a previdência social na década de 1970. (http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/laudelina . Acessado em 26/07/2016).
12. Rose Marie Muraro (11/11/1930 a 21/06/2014) importante feminista do Brasil, tinha deficiência visual, foi autora de vários livros que abordavam a condição da mulher na sua época. Sendo uma das pioneiras a falar do feminismo e a questão da mulher e a sexualidade nas décadas de 1960 e 1970, também traduziu e editou inúmeras publicações em outro idioma, tendo escrito mais de 40 livros e atuando como editora em 1600 títulos Editora Vozes. Murano teve reconhecimento do governo federal em 2005 como patrona do feminismo brasileiro.
13. Olga Benário (12/02/1908 a 23/04/1942) “foi uma militante comunista alemã. Foi companheira de Luís Carlos Prestes e atuante no apoio à Intentona Comunista de 1935. Olga Benário e Carlos Prestes foram presos. Mesmo grávida Olga foi deportada para a Alemanha nazista e entregue a Gestapo. Foi levada para um campo de concentração, onde nasceu sua filha Anita Leocádia Prestes, que depois de várias campanhas, foi entregue a sua avó paterna, D. Leocádia. Em 1942 Olga Benário foi enviada para o campo de concentração de Bernburg, Alemanha, onde foi executada na câmara de gás no dia 23 de abril de 1942.
14. Cora Carolina (20/08/1889 a 10/04/1985) era uma poetisa brasileira e doceira atividade que executou até os últimos dias da sua vida. (Http://www.e-biografias.net/cora_coralina/ . Acessado em 27/07/2016).
15. Dandara dos Palmares foi uma mulher “guerreira do período colonial do Brasil, Dandara foi esposa de Zumbi, líder daquele que foi o maior quilombo das Américas: o Quilombo dos Palmares. Com ele, Dandara teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogiton. Valente, ela foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do quilombo”. (http://www.palmares.gov.br/?p=3338 . Acessado em 27/07/2016)